

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

ELIADA MAYARA CARDOSO DA SILVA ALVES

**MARIAS (IM)POSSÍVEIS
NAS TRAMAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS DA REDE DE
ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA**

**Bagé
2021**

ELIADA MAYARA CARDOSO DA SILVA ALVES

**MARIAS (IM)POSSÍVEIS
NAS TRAMAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS DA REDE DE
ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Mari da Silva Voss.

**Bagé
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A474m Alves, Eliada Mayara Cardoso da Silva
Marias (im)possíveis nas tramas discursivas e não
discursivas da rede de atendimento e enfrentamento à violência
/ Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves.
104 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2021.
"Orientação: Dulce Mari da Silva Voss".

1. Violência contra mulheres. 2. Patriarcado. 3.
Desigualdade de gênero. 4. Poder-saber jurídico. 5. Devires-
mulher. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

ELIADA MAYARA CARDOSO DA SILVA ALVES

**MARIAS (IM)POSSÍVEIS NAS TRAMAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS DA REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À
VIOÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 06 de maio de 2021.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Dulce Mari da Silva Voss
Orientadora
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Adriana Hartemink Cantini
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Eduardo Nunes Jacondino
(UNIOESTE)

Prof. (titulação). (Nome do membro da banca)
(sigla da instituição)



Assinado eletronicamente por **DULCE MARI DA SILVA VOSS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/05/2021, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ADRIANA HARTEMINK CANTINI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/05/2021, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0519466** e o código CRC **D0607472**.





Dedico este trabalho a todas Marias (im)possíveis que dividiram e dividem comigo histórias, sonhos, medos e coragens. E que, apesar de tudo, subvertem a ordem posta para si, ao reinventar suas próprias vidas, tornando-se outras Marias, Joanas, Teresas... devires-mulher.

Fonte: Revista Alegrar, n. 23, jan/jul. 2019.

AGRADECIMENTOS

Tudo começou quando uma amiga, a quem considero como irmã Fernanda Soares de Macedo, me convidou e incentivou a realizar a inscrição para a seleção do PPGMAE. Depois de uma correria indescritível com documentação e estudo, parti para o momento da seleção e fui aprovada, pela graça de Deus.

Mas não foi fácil, desde o dia 09 de julho de 2019, data do resultado final da seleção, muitos foram os percalços (e choros) ao longo desta trajetória, questões pessoais e profissionais que poderiam ter comprometido minha produção, mas não hesitei e me dediquei a este trabalho com persistência. Passarei, então, aos meus agradecimentos direcionados.

Ao meu Deus, por iluminar a minha vida, capacitar e direcionar os meus caminhos em busca do conhecimento.

A minha amada mãe, Magna Cardoso da Silva Alves, pelo constante incentivo e amor incondicional demonstrados, por sempre estar ao meu lado, na subida de cada degrau conquistado em todos os setores de minha vida. Palavras não são suficientes para externar meus sentimentos de amor e admiração.

Ao meu pai, Oseias da Silva Alves, pelas constantes lições de valorização do conhecimento. Além de ser fiel leitor e incentivador de minhas escritas.

Ao meu irmão, Oseias da Silva Alves Filho, pelo torcida, descontrações e risos deferidos durante esta trajetória.

Aos demais familiares, pelo carinho e amor sempre presentes. Em especial as mulheres que fazem parte da minha vida e as amo por suas histórias, pelo cuidado, orações, por toda cumplicidade que tenho com cada uma, minhas irmãs Elisama Maryan Cardoso Alves Fialho e Elifelete Marjorye Cardoso da Silva Alves, minhas avós Suely da Silva Alves e Nilza Cardoso (*in memoriam*), minhas tias Cláudia de Fátima Cardoso, Ester da Silva Alves, Hulda Maria da Silva Alves e Mara Regina Cardoso Jobim, e minha prima, Gabriela Cardoso de Almeida pelas escutas e mensagens de incentivo.

Ao meu grande amor, Ederson Batista Krakhecke, pelo estímulo, conhecimentos compartilhados e debates incessantes sobre gênero e Direito. Compartilhamos sonhos similares e erguemos as mãos um para o outro, numa demonstração de companheirismo jamais vivenciada. A ti, agradeço pela experiência do amor compartilhado.

E, como não poderia deixar de ser, agradeço à minha orientadora, professora Dra. Dulce Mari da Silva Voss, que, com um carinho maternal, me acolheu como orientanda, demonstrando

seu comprometimento com o saber. Não tenho palavras para externar o meu “obrigada”, pois, recebi-me de braços abertos, desbravando em parceria potentes estudos na linha pós-estruturalista. Obrigada por sua dedicação, por não ter deixado me abalar nos momentos difíceis e principalmente pela vontade de potência com que nos lançamos além do comodismo de pensamentos comuns e assim nos movermos para pensar e lutar pela vida de todas/es mulheres que fazem de si um devir. A avidez por nossos encontros me manteve viva durante esta experiência. Sem sua orientação (des)territorializada, apoio, confiança e amizade, não somente neste trabalho mas em todo o caminho percorrido, nada disso seria possível. Obrigada pela luta de mulheres outras, por acreditar nas “MARIAS (IM)POSSÍVEIS”, avante! Dedico a ti não somente este trabalho, como também o meu mais sincero respeito, admiração e a minha eterna gratidão.

Aos meus professores de banca, professora Dra. Adriana Hartemink Cantini e professor Dr. Eduardo Nunes Jacondino, que, com suas colocações, me ajudaram com os debates em torno das concepções, colaboração técnica e materiais para estudo.

À Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) pela oportunidade deste trabalho tão importante e valioso para mim.

Ao Programa de Pós-graduação pela Bolsa que recebi desde novembro/2020 para finalizar este trabalho com dedicação exclusiva.

A todos/as alunos/as e professores/as da turma de 2019 do Mestrado em Ensino, e em especial, meu colega de orientação, Bóris Ximendes Bonfanti, amigo de caminhada.

Aos amigos/as do Grupo de Pesquisa *Philos Sophias* pelos encontros potentes/alegres e aprendizado teórico/metodológico compartilhado.

Aos colegas/amigos da Coordenadoria Municipal da Mulher, em especial à Bernardete Barbosa Pereira, Mislaine de Oliveira Rodrigues, Leila Guimarães, Simone Verber e Zoraia Rivero, às profissionais que fizeram parte do estudo da minha pesquisa e que também compõem a rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulheres - Daniela Barbosa de Borba, Edinara Gomes, Fernanda Soares de Macedo e Isabel Cristina Martins Domingues de Souza.

Enfim, agradeço a todos os amigos/as, os/as quais compreenderam a minha ausência e deram força para sempre continuar, em especial à Jaqueline Barcellos Martins e Pâmela Vaghetti Leite que estiveram ao meu lado incentivando a execução deste mestrado, independente da distância entre nós.

Assim, agradeço a todas as pessoas que participaram dessa construção pessoal, coletiva, política e acadêmica.

Com emoção, o meu muito obrigada!

Rasga a carne

Adriana Maimone Aguilár¹

Essa carne dura, endurecida pela vida, embrutecida pelos brutos, duros. Menina, moça, mulher, quanto essa carne endureceu para ter que suportar tamanha dor, dores e horrores. Uma carne que dia após dia se endurecia, se fechava, se calava. Dura a carne virou pedra. Dura a dor se fixou em minha carne. Carne dura, fechada, calada. Essa carne que se contraiu de tanta dor de falso dissabor. Uma alma pura e doce e tão dançante e alegre e cantarolante, o seu brilho forte e belo de tão cálido e amarelo já cegava os arredores. Esses arredores embrutecidos, coitados, estarecidos não aguentam essa luz. Esse brilho de alegria já ofusca os arredores escurecidos pelas almas brutalmente endurecidas não te querem ver brilhar querida. Te açoitam, açoitam o seu corpo cotidianamente, com gestos brutos e palavras carrancudas, dia após dia apagam cada pedacinho dos seus pontos de luz, vão te jogando terra, paus, pedras, cuspes, palavras-tiros, gestos-armas, vão te jogando pregos, ferros, açoites, pequeninos e grandes, todos os tipos. E a carne dantes mole e bailante de uma pequena infante, vai se firmando em duros blocos, pedaços, calosidades, embrutecimento, endurecimento, calcificação da carne e da alma. Aos poucos o olhar morreu, a luz se foi e somente uma carne dura. Será carne ainda? Ou apenas um pedaço de pau, de ferro, de prata escurecida, de ouro sujo, coberto com cimento, cal, lama endurecida. Esses blocos calcificados de carne empedrada me dificultam o respirar, me entortam o caminhar, me impedem de dançar e embaraçam o meu olhar. Um olhar morto, feio, escuro, baixo, caído. Um pedaço de pau seco e duro tentando sobreviver, rachando. Venha faca afiada, espada, seringas, agulhas, rasguem a minha carne! Furem lá no fundo. Eu imploro mãos fortes, rasguem a minha carne! Abram as minhas fendas, preciso de fendas! De rachaduras, de rasgos. Pobre de mim, menina, moça, mulher! Me rasguem, me cortem a carne dura, me lavem o corpo e a alma! Oh! Lágrimas profundas! Amoleçam este galho ressecado, hidratem essas pedras sujas, limpem este ouro fosco! Águas salgadas de minhas lágrimas limpem esse olhar obscuro.. Me abram fendas para que eu possa sangrar! Esse sangue estancado, essa carne endurecida, que o sangue possa passar... que a água possa limpar e que o ar possa fluir... Rasguem a minha carne dura e arranquem as pedras. Talvez mandar de volta àqueles que me jogaram, talvez embora para longe de todos nós. Essas pedras embrutecidas que me pesam os ombros, deformam as costas e entortam meus pés. Me salve ó mãos amigas, fortes e sábias! Me ajudem a arrancar essas pedras que estão encravadas em minha dura carne. Que eu possa leve, novamente devir.

¹ Revista Alegrar, n. 24, ago/dez. 2019, p. 19-20.

RESUMO

Esta Dissertação apresenta um estudo de caso sobre a rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulheres, baseado na atuação da Coordenadoria Municipal da Mulher na Cidade de Bagé/RS, no ano de 2019, quando prestei atendimento jurídico às mulheres em situação de violência. A recorrência dos atendimentos suscitou em mim o desejo de investigar as condições históricas, políticas, sociais e culturais em que emergem, nas sociedades modernas e contemporâneas, práticas discursivas e não-discursivas que produzem o sujeito mulher “vítima de violência”. A análise que fiz dos documentos feitos sobre os atendimentos, permitiram lançar um olhar mais detalhado para os casos de violência, em âmbito local, e traçar relações entre marcadores de gênero, raça, classe social, idade, condições de moradia e escolaridade que compõem a complexidade de fatores envolvidos na produção da violência. As entrevistas com profissionais que, assim como eu, atuavam na rede, possibilitaram a percepção dos efeitos da cultura patriarcal e heteronormativa na captura dos corpos de mulheres e as relações de poder-saber-prazer que as posicionam como sujeitos assujeitadas pelas desigualdades de gênero. Na casa abrigo, encontrei mulheres atendidas e protegidas em virtude da violência extrema, desde a infância, e que se manteve nos relacionamentos afetivos. A análise fundamentada nas teorias pós-estruturalistas leva-me a entender que a violência está engendradora na vida social e na cultura das sociedades ocidentais. Os dispositivos institucionais do Estado liberal, como o poder-saber-judiciário, fortalecem a distribuição dos sujeitos em categorias binárias – culpados ou vítimas. As leis definem o sujeito mulher como “vítima de violência” e tutelada à proteção, mantendo a posição de subalternidade fabricada pelo patriarcado que educa mulheres a permanecerem no espaço doméstico, presas à condição de esposa e mãe. Patriarcado reforçado pelos discursos que circulam na rede, projetando a responsabilização da violação dos corpos das mulheres à elas próprias. Enunciação da mulher “vítima de violência” que é uma invenção perversa incapaz de definir mulheres que, de um modo ou de outro, lutam, resistem, mas que também, por muitas vezes, aceitam resignadas as amarras de uma vida precária. Desnaturalizar práticas discursivas e não-discursivas que operam na educação e governo dos corpos e das subjetividades de mulheres em situação de violência, foi a estratégia que guiou esta escrita. Alimentada na coragem de criar devires-mulher e provocar o contágio de forças e potências que nos permitam inventar vidas outras.

Palavras-Chave: Violência contra mulheres. Patriarcado. Desigualdade de gênero. Poder-saber jurídico. Devires-mulher.

ABSTRACT

This Dissertation presents a case study on the network of care and coping with violence against women, based on the work of the Municipal Coordination of Women in the City of Bagé / RS, in 2019, when I provided legal assistance to women in situations of violence. The recurrence of care aroused in me the desire to investigate the historical, political, social and cultural conditions in which, in modern and contemporary societies, discursive and non-discursive practices that produce the subject woman "victim of violence" emerge. The analysis I made of the documents made about the care, allowed to launch a more detailed look at the cases of violence, at the local level, and to trace relationships between markers of gender, race, social class, age, housing conditions and schooling that make up the complexity of factors involved in the production of violence. The interviews with professionals who, like me, worked in the network, allowed the perception of the effects of patriarchal and heteronormative culture on the capture of women's bodies and the power-to-pleasure relationships that position them as subjects subjected by gender inequalities. In the shelter house, I found women cared for and protected by virtue of extreme violence, since childhood, and that remained in the affective relationships. The analysis based on post-structuralist theories leads me to understand that violence is engendered in the social life and culture of Western societies. The institutional provisions of the liberal state, such as power-to-legal, strengthen the distribution of subjects into binary categories – guilty or victims. The laws define the subject woman as "victim of violence" and protected to protection, maintaining the position of subalternity manufactured by patriarchy that educates women to remain in the domestic space, imprisoned to the condition of wife and mother. Patriarchate reinforced by the discourses circulating in the network, projecting the responsibility of the violation of women's bodies to themselves. Enunciation of the woman "victim of violence" who is a perverse invention incapable of defining women who, in one way or another, fight, resist, but who also, for many times, accept resigned the bonds of a precarious life. Denaturalizing discursive and non-discursive practices that operate in the education and government of the bodies and subjectivities of women in situations of violence, was the strategy that guided this writing. Fed on the courage to create devires-mulher and provoke the contagion of forces and powers that allow us to invent other lives.

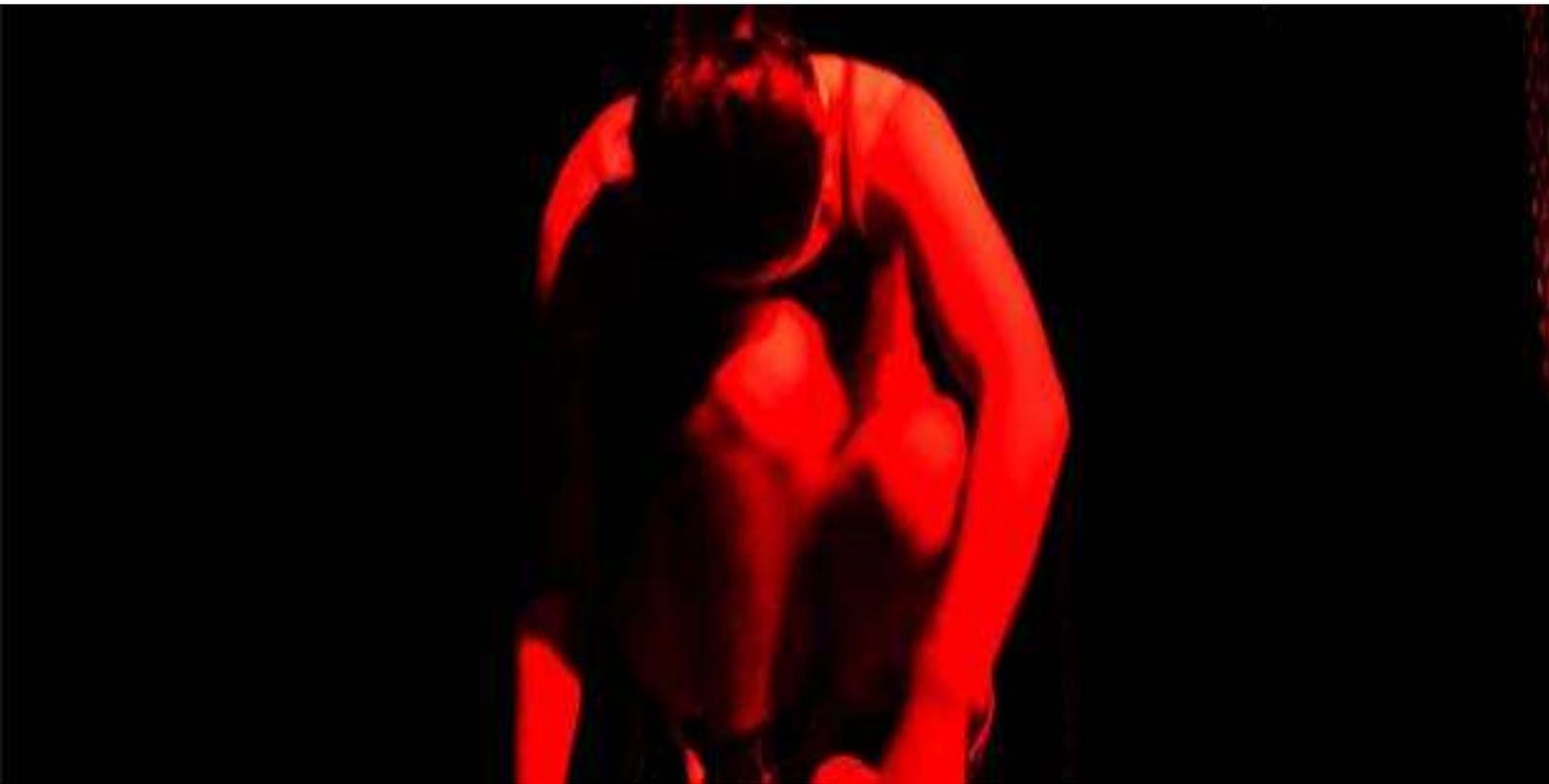
Keywords: Violence against women. Patriarchate. Gender inequality. Legal power-knowing. Devires-mulher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Figura 01: Curta-metragem Vidas Marias.....	64
Figura 02 - Rede de atendimento às mulheres em situação de violência.....	72
Figura 03 - Marcadores étnico-raciais das mulheres atendidas na CMM.....	75
Figura 04 - Quem são os praticantes da violência contra as mulheres atendidas na CMM?.....	75
Figura 05 - Dados geracionais das mulheres atendidas na CMM.....	76
Figura 06 - Condição de maternidade das mulheres atendidas na CMM.....	77
Figura 07 - Renda familiar das mulheres atendidas na CMM.....	77
Figura 08 - Bairros em que residem as mulheres atendidas na CMM.....	78
Figura 09 - Nível de escolaridade das mulheres atendidas na CMM.....	78
Figura 10 - Formas de violência sofridas pelas mulheres atendidas na CMM.....	79
Figura 11 a 14 - A Casa Abrigo.....	87

SUMÁRIO

1 RACHADURAS E RASGOS	14
2 PENSAMENTO EM FLUXO: O MÉTODO DE PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS	20
2.1 Conceitos-Ferramentas da Mirada Pós-estruturalista	26
2.1.1 Relações de Poder-Saber e Governamentalidade: da Sociedade Disciplinar à Sociedade do Controle	29
3 A CONSTRUÇÃO DO REGIME SABER-PODER-PRAZER	36
4 PRODUÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO MULHER	44
5 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	56
5.1 O Aparato Jurídico no Enfrentamento à Violência	57
6 MARIA(S) EM DEVIR	63
7 REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	70
7.1 A Coordenadoria Municipal da Mulher de Bagé (RS)	73
7.1.1 O que dizem Profissionais da Rede	80
7.1.2 O que dizem Mulheres Acolhidas na Casa Abrigo	87
8 DESEJAR VIDAS OUTRAS	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A	103
APÊNDICE B	104



Fonte: Revista Alegrar, n. 20, dez. 2017.

*Não pareis de bailar, encantadoras meninas!
Quem se aproxima de vós, não é um obstáculo ao
vosso recreio, não é um inimigo das jovens.*

Nietzsche - Assim falava Zaratustra

1 RACHADURAS E RASGOS

Marias (im)possíveis, “carne endurecida da menina, moça, mulher”, entre forças capturadas, fendas a abrir, soltar as amarras de todas as tramas que prendem nossas vozes, nossos corpos, desejos, movimentos, por mais sutis que pareçam aos olhos, ouvidos e lábios dos inimigos que insistem em nos silenciar. E que, juntas, possamos alargar e multiplicar fluxos de pensamentos outros, inundando de coragem tantas mulheres, inventando vidas outras, passos soltos, mesmo que tímidos e cambaleantes, de uma nova dança...

Marias nasceram para dançar! Cada Maria pelo mundo afora, precisa prestar atenção às batidas de seu próprio coração, sentir o ar que penetra em suas narinas e enche de vida seus pulmões, arrancar da sua garganta a gritos que desperta o sono do mundo a ecoar pelos quatro cantos da Terra. Pois, “toda mulher carrega o dom e a magia” de ser outra Maria, Maria outra, de “rir quando deveria chorar, essa estranha mania de ter fé na vida”. Tornemo-nos outras! Marias (im)possíveis!

É essa fé que me faz dizer e acreditar em Marias (im)possíveis, mesmo quando me sinto impotente, há uma força que me move ao desconhecido como pesquisadora e mulher e que me faz perceber que somos enredadas em regimes de verdade e relações de poder-saber que naturalizam desigualdades de gênero, a ponto de banalizar violências, o que as agravam ainda mais. Muitas Marias que continuam à espera do seu “príncipe encantado”! Marias que sonham ser “cinderelas”, serem belas aos olhos da “fera” que sonham domar.

Portanto, ao escrever sobre Marias (im)possíveis nas tramas discursivas e não-discursivas da rede de atendimento e enfrentamento à violência, desejo violentar a violência do patriarcado e suas “verdades” que nomeiam e aprisionam “um ser mulher”, banalizando tantas mortes brutais. Marias que sofrem silenciosas e silenciadas inúmeras formas de violência.

Foi assim, que, durante minha atuação como advogada na Coordenadoria Municipal da Mulher da cidade de Bagé (RS), observei que muitas mulheres retornavam em busca de atendimento em razão das situações de violência que se repetiam. Essa recorrência me deixava intrigada e muito frustrada com o trabalho que vinha prestando. Percebi que precisava investigar mais a fundo os casos que atendia.

Então, lancei-me na pesquisa que deu vazão a esta escrita. Comecei o mapa da pesquisa, organizando os arquivos dos casos atendidos. Além desses registros que me permitiram lançar um olhar mais detalhado para os casos de violência em âmbito local, optei por realizar entrevistas com outras mulheres profissionais, que assim como eu, atuavam na rede de atendimento e enfrentamento à violência (a psicóloga da CMM, a delegada da DEAM, a policial

militar que trabalhava na Patrulha Maria da Penha, a coordenadora e a monitora da Casa Abrigo - local que abriga mulheres em situação de risco de morte). Foram encontros potentes com outras mulheres que atendiam e eram atendidas na rede local de enfrentamento à violência. Fiz uma visita à Casa Abrigo para conversar, também, com as duas mulheres que estavam lá acolhidas.

Esses encontros, me fizeram entender que, mesmo com as medidas protetivas adotadas, as violências físicas, psicológicas, institucionais, não cessam, pois, as desigualdades permanecem. Basta lembrar, como mostram os dados da pesquisa, que muitas mulheres dependem exclusivamente dos parceiros para sobreviver, o que as impede de romper relacionamentos agressivos pela dependência econômica. Além de assumirem sozinhas as responsabilidades pelo cuidado e educação de seus filhos/as que também são colocados em situações precárias e de profunda vulnerabilidade, podendo comprometer a saúde física, psicológica, fisiológica, educacional em razão de crescerem num ambiente familiar conturbado e quando as mães decidem romper com seus parceiros, assumem sozinhas as responsabilidades pelo cuidado das crianças. Mesmo que inseridas no mercado de trabalho, são as mulheres que ainda recebem salários mais baixos e ocupam cargos de menor poder de decisão, entre outras contingências que mostram a necessidade de intensificar o combate às violências contra mulheres, lançando um olhar mais minucioso sobre esse problema.

Com base nos estudos que fiz, passei a entender que a violência não é apenas resultado da ineficácia das instituições e do Estado liberal, mas está engendrada e fortalece seu próprio funcionamento, pois os dispositivos institucionais que compõem as macro e micropolíticas de produção subjetiva e dos corpos apoiam-se num estatuto heteronormativo e patriarcal, concebido desde a modernidade pelas ciências naturais e humanas. Regimes de verdade estabelecidos pela medicina, psiquiatria, judiciário, educação familiar e religiosa, entre outras práticas discursivas e não-discursivas que nomeiam corpos, gêneros e sexualidades, estabelecem normas de conduta e agem para controlar, sanar e punir desvios em relação ao padrão de normalidade e a ordem social vigente.

Assim, se constitui os modos de ser de um humano universal, cujo sujeito e corpo (masculino ou feminino) é inventado e legitimado historicamente e, a partir dessa verdade, operam-se tecnologias de vigilância e controle via direito canônico, pastoral cristã e lei civil para que a vida social garanta a preservação de certos valores sob as demais formas de existência. No bojo dessa ordem biopolítica, como mostra Foucault (2008), o poder-saber do judiciário age como moldura de regulação da vida social, pois o aparato jurídico serve como mecanismo de equilíbrio, contenção e punição dos casos de violência, fortalecendo a

distribuição dos sujeitos em categorias binárias – culpados ou vítimas. As leis definem o sujeito mulher “vítima de violência” e tutelada à proteção. É desse modo que o sujeito mulher é enunciado na Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006). Práticas discursivas que inventam um modo de ser e existir mulher na vida social, o que gera efeitos de regulação das populações afetadas pelas distintas formas de violência, particularmente as mulheres que enfrentam a violência nas relações cotidianas.

Embora seja inegável a importância da regulamentação legal como mecanismo de proteção e coibição da violência, tal dispositivo reforça a necessidade de garantir políticas sociais por parte do Estado liberal, tais como o direito à habitação, trabalho, saúde e educação.

No que tange a educação, percebo que nós mulheres somos reiteradamente educadas por discursos e relações de poder-saber que podem reforçar a heteronormatividade e o patriarcado e, em nossa atuação profissional na rede de atendimento às mulheres, tendemos a formar uma visão parcial do problema, ao responsabilizar as próprias mulheres pela violação dos seus corpos, à medida que atribuímos a elas a incapacidade de “escolher” seus parceiros e cônjuges, indícios de uma legitimação moral do patriarcado, uma vez que limita a violência ao espaço doméstico e as relações matrimoniais, o que legitima as desigualdades de gênero e a posição de subalternidade da mulher na vida social.

Desse modo, violências permanecem negligenciadas e/ou naturalizadas pelos discursos que desqualificam e inferiorizam as mulheres, reservando a elas o papel de coadjuvantes nos cenários públicos e privados. Discursos que colocam em circulação dispositivos de uma ordem biopolítica, como expressa nos estudos de Foucault (2008), onde recorre-se constantemente a manipulação de categorizações, índices e estatísticas, como por exemplo, o levantamento do Atlas da Violência (2020) feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública onde aparece a enunciação que “em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas”.

Práticas discursivas colocadas em jogo em micro e macropolíticas que capturam o inconsciente, tanto para conservar a ordem biopolítica estabelecida quanto para mover sujeitos e instituições a reagirem contra a violência, seja no sentido de culpabilizar ou vitimizar. Como aponta Rolnik (2018), trata-se de um “regime colonial capitalístico” que aprisiona corpos cativos do conservadorismo extremo, associado ao neoliberalismo, uma regressão brutal ao que há de mais arcaico e fatal, uma contra-revolução aos direitos conquistados pelas categorias sociais, como os movimentos de mulheres. Operação macropolítica que a autora chama de “cafetinagem” em que “a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência” é canalizada para a extração de forças que mantenham a produção, não apenas

econômica, mas também, intrínseca a ela, a cultura e a subjetividade, o que confere a esse regime “um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater” (ROLNIK, 2018, p. 33).

A enunciação “mulher vítima de violência” é pura ficção, uma invenção perversa incapaz de definir mulheres que, de um modo ou de outro, lutam contra essa ordem, resistem, mas que também, por muitas vezes, aceitam resignadas uma posição que as impede de quebrar as amarras de uma vida precária, indigna que soterra nossas potências. Colocar em questão a desnaturalização de práticas discursivas e não-discursivas que operam na educação dos corpos e das subjetividades de mulheres e fortalecem a banalização da violência, é uma das possíveis estratégias de transformação das verdades estabelecidas.

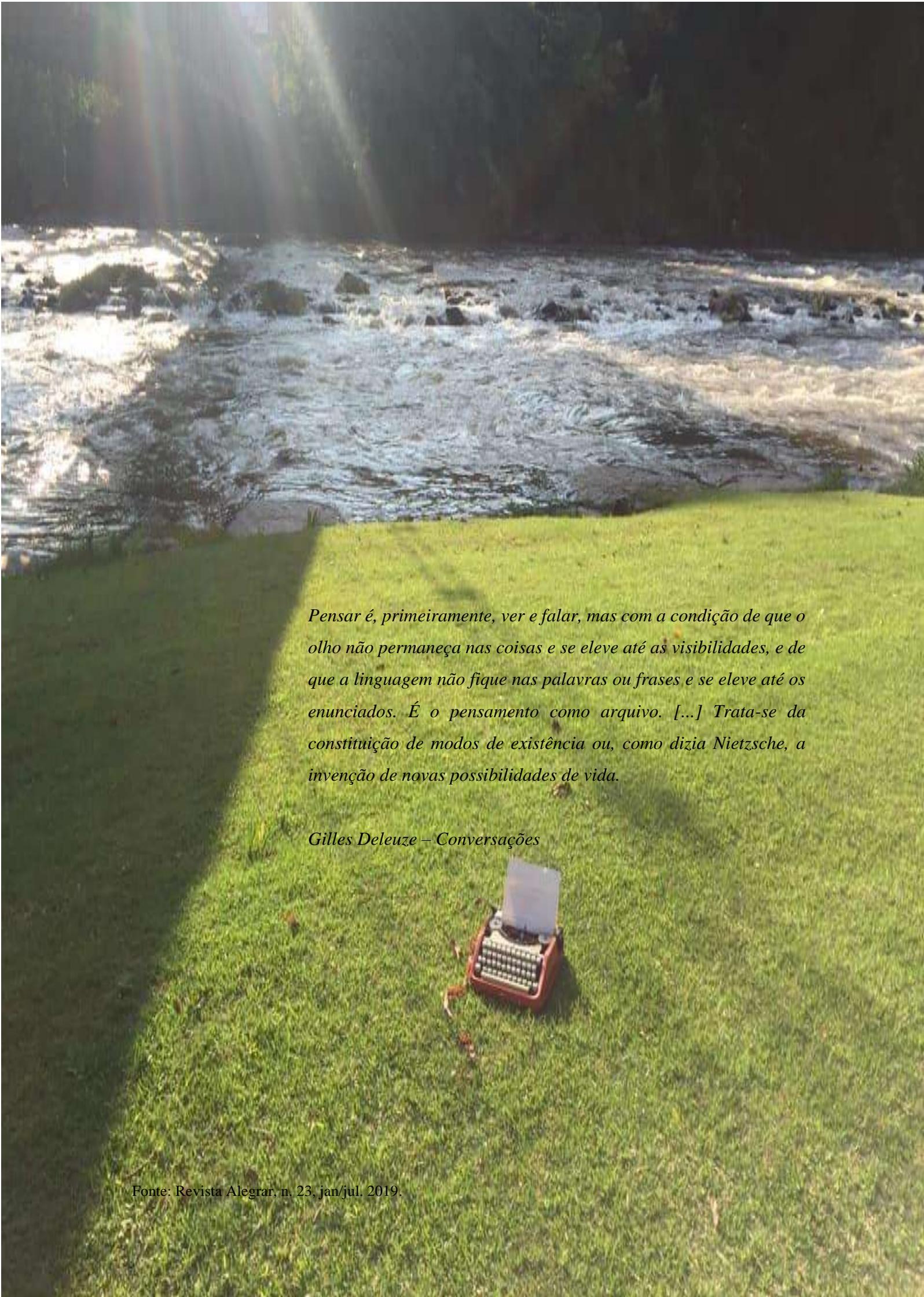
Por isso, esta dissertação tem como foco a problematização do discurso “violência contra mulheres” e seus atravessamentos em metanarrativas de gênero e proteção aos direitos das mulheres. Práticas discursivas reiteradamente sustentadas e que sustentam a política social de combate às situações de violência contra mulheres por meio de uma complexa rede de enfrentamento à violência formada pelo Estado liberal em aliança com outras instituições, como as famílias, as igrejas, as escolas, os sistemas jurídicos e demais agências atuantes no governo de corpos femininos e masculinos como oposições binárias que compõem assimetricamente relações afetivas sustentadas como um fenômeno natural, normal e, até, banal.

Para elaborar esta escrita usei como ferramentas de análise os dados obtidos nos registros dos atendimentos feitos pela CMM e as narrativas de mulheres que atendem ou são atendidas na rede do município de Bagé, no período em que atuei como advogada da Coordenadoria. Procedi a análise arquegenealógica, que, como explicam Tedeschi e Pavan (2017, p. 03): propõe-se a escutar a história, considerando seus acasos e descontinuidades para aprender que “[...] atrás das coisas há algo inteiramente diferente: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”. Mesmo a razão, diz Foucault (2017), nasceu do acaso, da paixão dos cientistas, da vontade de verdade e da necessidade de superar as paixões.

No trajeto de produção do pensamento suscitado pela pesquisa aliada ao referencial teórico estudado, procurei responder: sob que condições históricas, políticas, sociais e culturais nas sociedades modernas e contemporâneas emergem práticas discursivas e não-discursivas que produzem um sujeito mulher posicionado como subalterno na vida social? Como tal sujeito é capturado pelas políticas públicas da rede de proteção e enfrentamento à violência contra mulheres? Que atravessamentos são constituídos no interior dessa rede no que tange às relações

de gênero e as medidas protetivas adotadas no atendimento às mulheres afetadas pela violência em âmbito local? Como mulheres em situação de violência são subjetivadas nas narrativas das profissionais que prestam esse atendimento? O que dizem as mulheres sobre si mesmas e sobre as contingências em que buscam se desvencilhar das violências?

Em suma, o que move essa escrita não é a produção de uma nova verdade, mas a intenção de desnaturalizar modos de subjetivação e práticas de governo de si e dos outros enredados por uma vontade de verdade que fragiliza, vulnerabiliza, penaliza as próprias mulheres. Desejo aqui mover forças que nos permitam pensar diferentemente do que temos pensado e, quiçá, possamos multiplicar brechas na malha das tramas que prendem nossos corpos, inventando possibilidades outras de existir mulheres.



Pensar é, primeiramente, ver e falar, mas com a condição de que o olho não permaneça nas coisas e se eleve até as visibilidades, e de que a linguagem não fique nas palavras ou frases e se eleve até os enunciados. É o pensamento como arquivo. [...] Trata-se da constituição de modos de existência ou, como dizia Nietzsche, a invenção de novas possibilidades de vida.

Gilles Deleuze – Conversações

2 PENSAMENTO EM FLUXO: O MÉTODO DE PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS

Os intensos desafios de quem se lança na pesquisa de temáticas densas e complexas como produção subjetiva das mulheres na rede de atendimento e enfrentamento às violências, demanda muita coragem, quando o que se deseja vai além das coisas ditas e das relações estabelecidas pela vida social e cultural que nos posiciona desse ou daquele modo. Lanço-me, aqui, na criação de uma arte peculiar que força meu pensamento a se deslocar do esperado, dito, anunciado, no sentido de colocar em funcionamento as afecções que sinto ao viver na carne as implicações éticas e estéticas que movem a crer em possibilidades de vidas outras.

Ao protagonizar esta arte, encontro o “Manual infame... Mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou Dissertação”, escrita por Corazza (2016), um texto temperado de bom humor que parece tornar mais divertido e um pouco mais leve o desafio do/a pesquisador/a:

Misture em sua cabeça (a mistura deve ficar bem seca): a. 3 xícaras de porcelana do melhor Foucault da época pós-estruturalista b. 1 envelope de fermento arqueológico (o mais profundo que encontrar, sem ter de passar pelos horrores da Arqueologia do saber) c. 1 colher de chá de sal-da-vida (Mas só o sal, quanto à vida, propriamente dita, esqueça! Enquanto estiver fazendo esta receita, você não viverá, a não ser uma vez por semana – e olhe lá, já é lucro! Só que, aí, já estará tão cansado que, logo, logo, se embriagará, mesmo que não esteja tomando um “30 anos”. A comida lhe dará azia, gastrite, até úlcera. O antológico filé de linguado com alcaparras do Gambirinus terá gosto de pirão. O filme lhe trará novas – e disparatadas, sempre inúteis! – ideias para adicionar à sua tese. A Bienal do Mercosul lhe mostrará que você não é, nunca foi, não será, não tem a mínima chance de ser criativo. O jazz do Café Majestic será ouvido como se fosse pagode e as músicas do Bar do Nito como pura perda de tempo. As conversas com os amigos lhe parecerão terrivelmente triviais e os próprios amigos, tremendamente banais. O cigarro terá o amargor do fel, além de você ficar cheio de picumã. O café espresso, que você tanto curte, terá gosto de cevada braba. Você terá de dominar os seus impulsos zoocidas, quando os três cachorros e os cinco gatos lhe pedirem comida. O próprio fazer-amor terá sabor de um perigoso suplemento, como diria Derrida, que o desvia de seu verdadeiro amódio atual: a tal da tese. E a maior de todas as desgraças é que você ficará, nesta única vez na semana, com uma vontade imensa, inegociável, quase incontrolável, de regressar aos livros, às notas manuscritas, ao teclado, a seu texto, em suma.) d. 1 colher de chá de bicarbonato de sódio (não para que a massa cresça, mas para combater aquela maldita queimação estomacal). (CORAZZA, 2016, p. 103).

Também, Veiga-Neto e Rech mostram a complexidade da ação investigativa ao sugerir uma crítica consistente aos “usos impertinentes” das teorias foucaultianas na pesquisa educacional, e argumentam que muitas vezes, é melhor esquecer Foucault, pois “Foucault não é nem nunca será ‘pau para toda obra’.” (VEIGA-NETO; RECH, 2014, p. 79).

Nesse sentido, explicam Veiga-Neto e Rech (2014, p. 72): “Ser pertinente não implica copiar e reproduzir”, pois se tratando do filósofo, a pertinência é uma condição a ser matizada.

Ser pertinente em relação ao seu pensamento não implica uma fidelidade irrestrita ao filósofo. A adesão a Foucault não exige manter-se fixo ao que ele nos deixou. Ao contrário, é preciso abrir novos caminhos. Examinar seus conceitos, suas investigações, para segui-los naquilo em que podem ser úteis e importantes para nossas próprias pesquisas, ou seja: “Conservar e preservar as únicas duas partes envolvidas nisso tudo: de um lado, conservar Foucault e sua potência; de outro lado, preservar aqueles que vão a ele em busca de encaminhamentos para seus próprios problemas de pesquisa (VEIGA-NETO; RECH, 2014, p. 74)

Portanto, fazer “uso” dos estudos foucaultianos na pesquisa significa tomar as ferramentas conceituais do filósofo que possam ser úteis para o nosso trabalho. Em outras palavras, usá-lo aqui, ali e em muitos lugares; mas não necessariamente sempre, pois, é necessário ir além, ou seja, transcender um pensamento que opera apenas a repetição do já dito, ou que se organiza em antagonismos, isso ou aquilo. Nesse sentido, explica Fischer (2003, p. 385): “Foucault entende que o ofício do pensador [e eu acrescento, do pesquisador, do estudioso da educação também] é o ofício daquele que investe em pensar diferentemente do que ele próprio pensa, em perceber diferentemente do que ele mesmo vê”.

É fazer uso apenas daquilo que convém às nossas investigações, escolher as ferramentas *a priori*. Quanto ao exercício de análise, pelo menos dois tipos de ferramentas são fundamentais: as metodológicas e as conceituais. Valer-se de Foucault para pensar o próprio pensamento; para fazer disso um exercício diário que mistura rigor e sutileza, curiosidade e abandono. Assim, há muito sobre o que pensar, sentir, ouvir e dizer (VEIGA-NETO; RECH, 2014).

Atenta a essas recomendações e prerrogativas do ofício de pesquisar pela via dos estudos e teorias pós-estruturalistas, entendo que seja pertinente também indicar com mais clareza o tipo de investigação que realizei. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa acerca das práticas discursivas e não-discursivas que produzem e colocam em circulação o sujeito mulher “vítima de violência”, fazendo funcionar a rede de atendimento e enfrentamento via Coordenadoria Municipal da Mulher de Bagé (RS) e demais instituições públicas atuantes na proteção aos direitos das mulheres em âmbito local.

Sabendo que o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico, entendo que a abordagem qualitativa denota a ideia de que nada é trivial, cada pista encontrada permite estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo.

Os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. Questionar os sujeitos da investigação, com o objetivo de perceber

aquilo que eles experimentam, como interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Segundo dito por esses autores:

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais. Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativas e outros dados a símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

Afirmam também que, na pesquisa qualitativa, a fonte de dados é o ambiente natural, o principal instrumento é o pesquisador e, embora alguns investigadores utilizem outros equipamentos, como vídeo, áudio, um bloco de apontamentos, os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém através do contato direto.

Boggan e Biklen (1994) explicam, ainda, que a análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transações de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a compreensão desses materiais e de permitir apresentar aos outros aquilo que se encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, procura de padrões.

Nesse sentido, todo o conhecimento não é a descoberta de algo que estava velado, mas é um ato de criação e invenção que nada tem de neutralidade e objetividade, pois é resultante da ação das forças que movem a vontade de potência. Cada pessoa, ao pensar, desejar e sentir, institui uma interpretação provisória de mundo que resulta de uma hierarquia de forças em disputa entre si, de vontades que atuam sobre vontades, expressando a provisoriedade, o movimento, o caráter dinâmico das diversas interpretações (TEDESCHI; PAVAN, 2017).

Portanto, no estudo de caso que realizei, a produção dos dados se deu por meio da organização de registros escritos dos atendimentos prestados às mulheres que recorreram à Coordenadoria em 2019 e depoimentos obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuam nessa instituição, na Delegacia da Mulher, na Patrulha Maria da Penha e na Casa Abrigo, que compõem a rede de enfrentamento à violência contra mulheres, bem como narrativas das mulheres acolhidas na Casa Abrigo. As entrevistas foram gravadas em conversas presenciais e virtuais.

Os registros escritos dos atendimentos prestados na Coordenadoria, possibilitaram

constituir uma fonte estável e rica para análise documental, o que deu mais estabilidade aos resultados obtidos. Tornaram-se uma fonte poderosa de análise e contextualização das situações de violência ocorridas e de produção de relações e intersecções do pensamento no que tange aos marcadores de gênero, raça, idade, escolaridade, classe social, como elementos que interferem nos casos recorrentes. Na análise, segui a perspectiva epistemológica pós-estruturalista. Conforme explicam Tedeschi e Pavan (2017) trata-se de um entendimento metodológico relacionado a certo modo de elaborar perguntas e interrogações, de articulá-las com a produção de informações e de encontrar mecanismos ou estratégias de descrição e análise que não se resume a apreender o real da forma como pretendia a modernidade, mas busca-se possibilidades de contextualizar, problematizar, verdades.

Enquanto o método, entendido na perspectiva moderna, indica o caminho da pesquisa, regrado por princípios fixados de antemão e se empenha, em buscar a essência exata das coisas, sua possibilidade primeira, sua identidade fechada em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo e acidental, o Pós-estruturalismo aproxima-se da pesquisa genealógica. Assim como aponta Fischer (2003, p. 377): “uma atitude metodológica foucaultiana é justamente essa: a de prestar atenção à linguagem como constituidora, como produtora, como inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana”.

Se nos dedicarmos às multiplicidades das práticas, chegaremos a descrever não apenas gestos, fatos que se sucedem, mas um conjunto de rituais, passos, coisas a fazer, regras de conduta, respostas e perguntas esperadas, normas a obedecer, olhares eloquentes, disposições espaciais, objetos indispensáveis àquela prática, junto com uma série de enunciações, de palavras, de imagens que serão para nós riqueza e variedade na exata medida em que nos abriremos sensivelmente a recebê-las nessa condição, a condição de fatos ao mesmo tempo óbvios e inesperados, cotidianos e excepcionais; na medida em que não os procuramos para comprovar o que já sabemos; na medida em que fizemos a tentativa de nos despir do que já sabemos e que nos oferece terra firme para todas as explicações (FISCHER, 2003).

Dessa forma, diz a autora:

Para Foucault, descrever práticas discursivas e não-discursivas em torno de um certo objeto ou tema tem a ver com um trabalho dedicado e pormenorizado de investigar e expor aqueles espaços não óbvios, aqueles vazios (ou seja, aquilo que fica para além do óbvio, do já-dito, do já sobejamente conhecido e nomeado) que se localizam em torno de nossos objetos, aquilo que, numa certa época histórica, está virtualmente posto para que tais e tais objetivações ocorram. Esse “virtualmente posto” diz respeito, a meu ver, aos regimes de verdade de uma época e que, como num pontilhado pouco definido, estão ali, não como determinação mecânica, mas como condição de possibilidade para que certas enunciações sejam aceitas. (FISCHER, 2003, p. 379).

As metodologias nesse campo teórico-metodológico são construídas/inventadas e podem ser ressignificadas ao longo do processo de investigação. Então, mesmo tomando os conceitos como centrais no processo de pesquisa, sabemos que eles não são naturais e eternos, fixos e estáveis. Eles são criados dentro de determinados contextos a fim de tornar a “realidade” compreensível. Dessa forma, precisamos ficar atentos para não nos tornarmos prisioneiros também desses conceitos ou ferramentas analíticas que apresentamos (TEDESCHI; PAVAN, 2017).

Trata-se de compreender que os conceitos apresentados, ou os conceitos que utilizamos em nossas pesquisas, dizem sobre os acontecimentos, não sobre a essência ou as coisas. Os conceitos não são uma representação universal da realidade; eles se voltam sobre a concreticidade dos fatos, dos acontecimentos, da realidade, re/significando e transformando o mundo (TEDESCHI; PAVAN, 2017).

Talvez Michel Foucault seja um autor que possa revolucionar a pesquisa em educação na medida em que os conceitos desenvolvidos em suas obras, servem de ferramentas efetivamente produtivas na construção de nossos objetos de investigação. Refiro-me aqui a práticas discursivas e não discursivas, que deem conta das descontinuidades históricas no campo da educação, do pensamento pedagógico; práticas discursivas e não-discursivas pelas quais possamos tratar dos discursos e das relações de poder nas mínimas práticas cotidianas e institucionais, seguindo o que Foucault nos ensinou em suas pesquisas, é um modo de fazer história, história do nosso presente, lançando um olhar profundamente crítico a todas as formas de sujeição do homem (aqui tomado como categoria universal que identifica o humano), as quais são visíveis nos diferentes campos institucionais e nas inúmeras técnicas, procedimentos, estratégias, discursos e arquiteturas construídos historicamente (FISCHER, 2003).

Desse modo, penso que uma das contribuições da perspectiva pós-estruturalista, como abordagem epistemológica para a pesquisa em educação, consiste na leitura desconstrutora das categorias essencializadas e naturalizadas da modernidade. Nas palavras de Tedeschi e Pavan:

Os teóricos de viés pós-estruturalista, ao não considerarem os conceitos/as verdades da racionalidade moderna ocidental como *a priori* histórico - pelo contrário, *o a priori* é deslocado para a história -, fazem-nos ver que as metanarrativas modernas derivam dos próprios arranjos históricos que engendraram o pensamento de uma época. Assim, potencializam nossas pesquisas em educação para saírem constantemente do traçado prévio, do caminho estabelecido, dos conceitos dados; por conseguinte, abrem espaços para as re/significações dos processos educativos, tão importantes para as instituições educacionais. (TEDESCHI; PAVAN, 2017, p. 102).

Há momentos de ruptura nos discursos, momentos estes produzidos por variadas

práticas institucionais e relações de poder que possibilitam desconstruir a ideia de um sujeito soberano, de um sujeito constituinte do saber, para entendê-lo como constituído na dispersão e na empiricidade dos acontecimentos; possibilita forçar o pensamento a sair da lógica das oposições binárias para poder ver que os sujeitos de nossas pesquisas não são somente sujeitos sujeitados, são, também, e, ao mesmo tempo, produtivos, criativos, inventivos. Para dizer de outra forma, a pesquisa nessa perspectiva faz-nos trilhar caminhos diferentes dos estabelecidos, faz-nos resistir a práticas e saberes que se colocam como permanentes, a sentidos que se apresentam como fixos, a tempos e espaços que parecem lineares demais (TEDESCHI; PAVAN, 2017).

Procurei, portanto, compreender e problematizar os modos como a produção do sujeito mulher “vítima de violência” acontece no interior da rede de atendimento e enfrentamento à violência, seus atravessamentos com/na vida social e cultura moderna, entendendo que tal sujeito é forjado em relações de poder-saber que estabelecem formas de nomeá-lo, normalizá-lo e governá-lo, sem que possibilidades de engendrar resistência e subversão lançadas por mulheres que desejam inventar existências outras sejam anuladas completamente.

Coisas ditas e coisas feitas, fatos surpreendentes, questionados naquilo que até então tinham de óbvios e mostrados a partir de saliências, reticências, descontinuidades, acasos históricos. Um tal modo investigativo faz-nos participar da produção de um saber que não só torna mais vivas as teorias, autores e conceitos que utilizamos, como nos faz partícipes da descrição e do questionamento da história de nosso presente, particularmente no campo em que atuamos (FISCHER, 2003).

Ora, toda a visibilidade conquistada pela mulher, como sujeito político e social, nas últimas três ou quatro décadas, pode ser pensada, na perspectiva metodológica que vimos expondo até aqui, a partir da complexidade das práticas experimentadas em torno dessa mesma visibilidade; ou seja, é possível imaginar que se trata de uma luta por melhores condições de vida de mulheres e subversão das culturas heteronormativas, machistas e patriarcais. Mas o que está em jogo? Certamente, estamos diante de uma trama discursiva em torno do controle sobre o corpo da mulher, para não falar em tantos outros acontecimentos de nosso tempo, no que se refere às lutas e conquistas relativas às relações de gênero (FISCHER, 2003).

O importante a ressaltar aqui é que, na perspectiva foucaultiana, as análises precisarão dar conta das pequenas lutas, das lutas por imposição de sentidos, das lutas pelo poder da palavra, num certo foco específico de relações de poder; ora, essas lutas não são verticais somente, elas existem lado a lado, por todos os lados, e não são linearmente compreensíveis ou compreendidas.

Ao pesquisador que se deixa subjetivar pelo pensamento foucaultiano vai interessar justamente isto: ampliar o leque das práticas a descrever no que se refere a uma temática e a um problema levantado, entendendo que há uma força nas práticas institucionais e que há igualmente uma força considerável nas construções discursivas correspondentes.

Sendo assim, o trabalho dos pesquisadores não será ir atrás das origens, dos começos, de onde tudo um dia teve sua eclosão, e ir marcando as sucessivas transformações e evoluções. Data se locais não são pontos de partida nem dados definitivos, mas elementos que compõem a rede das condições de produção de um discurso que ali, naquele lugar, estabelece uma ruptura, produz um acontecimento díspar, uma descontinuidade em um determinado campo de saber (FISCHER, 2003).

Pesquisar a partir dos pressupostos históricos, políticos e filosóficos pós-estruturalistas requer dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades para cada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios. Significa também, e finalmente, dar conta de possíveis linhas de fuga, daquilo que escapa aos saberes e aos poderes, por mais bem montados e estruturados que eles se façam aos indivíduos e aos grupos sociais. Isso, porém, exige trabalho, dedicação, estudo pormenorizado de práticas, apropriação criativa do referencial teórico escolhido (FISCHER, 2003).

No entanto, não podemos esperar que esse posicionamento epistemológico traga mais tranquilidade para nossas pesquisas; pelo contrário, faz surgir novos questionamentos, novas dificuldades e novos desafios. Nossas pesquisas em educação serão mais multiplicadoras de inquietações e problematizações, mais instigadoras e estimuladoras de pensamentos e ações do que preocupadas em buscar respostas totais e universais para os problemas educacionais. Assim, a potencialidade dessa perspectiva epistemológica e metodológica para a pesquisa em educação está na multiplicidade de possibilidades que ela proporciona (TEDESCHI; PAVAN, 2017).

2.1 Conceitos-Ferramentas da Mirada Pós-estruturalista

Considero necessário apresentar de antemão os conceitos que nortearam minha perspectiva de análise, à medida que proponho operar a problematização e desmontagem de metanarrativas que marcam a produção discursiva e não-discursiva da enunciação violência contra mulheres que interpelam corpos em relações de poder-saber e induzem modos de

subjetivação, via políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres nas contingências sociais, políticas, jurídicas e educacionais contemporâneas.

Ao dizer práticas discursivas, refiro-me a noção de discurso como ação produtora do sujeito de que fala, o que possibilita entender que a enunciação “mulher vítima de violência”, encontrada nos dispositivos institucionais e legais que formam a rede de proteção às mulheres, torna-se prática discursiva fundante do sujeito mulher que visa proteger. As coisas ditas não se confundem com meras designações. Palavras e coisas produzem sujeitos e estabelecem relações de poder-saber extremamente complexas, justamente porque são históricas. São práticas discursivas e não-discursivas que jamais fogem a relações de poder-saber que geram acontecimentos nos contextos onde circulam e se tornam verdades legitimadas.

O discurso é, então, de acordo com Foucault (2014), constituído de práticas discursivas e não-discursivas que formam dispositivos de poder-saber e regimes de verdade os quais incidem nos modos de subjetivação. Logo, trata-se de compreender os discursos como materialidades e não apenas:

[...] conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2014, p. 55).

Além de estabelecer aquilo que é dito, a materialidade do discurso refere-se àquilo que não é dito e concerne a gestos, atitudes, comportamentos e organização dos espaços. Em outras palavras, nas pesquisas que se orientam epistemologicamente e metodologicamente pelas teorias pós-estruturalistas buscamos criar estratégias de descrição e análise que nos possibilitem trabalhar com as formações discursivas, ou seja, o conjunto de enunciados e os acontecimentos que tal discurso coloca em funcionamento. Fazer pesquisa em ciências humanas e educação – é ocupar-se do visível e do enunciável, do não-discursivo e do discursivo, entendendo que ambos estão em plena e permanente conexão entre si.

Importa, pois, nas palavras de Fischer (2003, p. 374): “que qualquer material empírico escolhido seja estudado na multiplicidade de acontecimento. Todo e qualquer documento será tratado na condição de objeto que existe no interior de um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas”.

Com base nesses princípios, lanço-me na análise dos ditos que se cristalizam como regimes de verdade e induzem efeitos nos modos como o sujeito mulher “vítima de violência”

é fabricado discursivamente e incide nas relações de poder-saber que posicionam mulheres socialmente, culturalmente. Busco analisar a multiplicidade e a complexidade das coisas ditas, que são, por isso mesmo, raros, no sentido de que não são óbvios, não são naturais, não estão imunes a imprevisibilidades. Pois, expor essas multiplicidades permite descrever regimes de verdade de uma certa formação histórica e de determinados campos de saber (FISCHER, 2003).

Trata-se, assim, de problematizar práticas discursivas e não-discursivas que nada tem de natural, visto que a própria ideia de naturalidade das coisas ditas e preservadas como verdades é forjada historicamente à medida que cada sociedade coloca em funcionamento certa política geral de verdade, ou seja, cada sociedade possui determinados discursos que aceita e faz funcionar como verdadeiros. Cada sociedade em cada tempo histórico é produzida e funciona por meio de mecanismos e instâncias que permitem “[...] distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro” (FOUCAULT, 2017, p. 12).

Logo, tudo tem uma história e a própria história é uma construção decorrente de determinadas interpelações engendradas por discursos, relações de poder-saber e regimes de verdade passíveis de serem transformados. Ou seja, cada um/a de nós individualmente e em conjunto com outros/as que formam certa malha social, somos interrogados/as e colocados/as à prova no sentido de manter ou desestabilizar as verdades reiteradamente ditas e aceitas socialmente. Ou seja, por meio da cultura, da vida social e da ordem política somos interpelados a responder de alguma maneira às violências praticadas em meio a nós, diariamente, tanto em espaços privados quanto públicos, o que atinge diretamente os corpos posicionados como vulneráveis nas relações humanas: mulheres, crianças, idosos/as, pretos/as, homossexuais, transsexuais, e tantos outros/as que escapam ao padrão cultural heteronormativo, patriarcal e eurocêntrico tido como o normal.

Levando em conta que não há prática discursiva e não-discursiva que não encontre resistência, como diz Foucault (2019, p. 104): “onde há poder há resistência”, coloco em questão o dito, o enunciável que nomeia e posiciona o sujeito mulher “vítima de violência” na rede de atendimento e enfrentamento à violência, visando corroborar na produção científico-acadêmica que aponte novas perspectivas de análise e formas de atuação educativas que invistam na atenção à singularidade de existências possíveis.

Nesse sentido, apoio essa escrita também na filosofia de Deleuze e Guattari (2012), especialmente no conceito devir mulher para pensar as contingências e estratégias de subversão à ordem estabelecida criadas pelas próprias mulheres que escapam à violência, gesto ético-

estético e político de profunda coragem ao ensaiarem formas singulares de existência.

2.1.1 Relações de Poder-Saber e Governamentalidade: da Sociedade Disciplinar à Sociedade do Controle

O aporte teórico dos conceitos discurso, governamentalidade, relações de poder-saber e modos de subjetivação engendradas pela sociedade disciplinar e biopolítica e os estudos de gênero filiados às teorias pós-estruturalistas servem de subsídio para analisar as contingências históricas, políticas, sociais e culturais em que as violências são produzidas na contemporaneidade, cabendo indagar: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2014, p. 33).

A obra de Foucault “As palavras e as coisas”, é um dos seus estudos que evidencia as práticas discursivas como dispositivo que institui verdades em torno do humano enquanto objeto de estudo subjetivado pelas Ciências Humanas. É no interior dos próprios discursos científicos modernos que se estabelece o que é o homem, a mulher, categorias naturais e transcendentais, verdade do humano que é sua própria finitude (FOUCAULT, 2006).

O autor refere que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante verdades que não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo, porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem produções de verdade que têm, elas próprias, efeitos de poder.

No entanto, entende-se como poder efeitos de dominação que estão ligados à existência de um Estado e ao funcionamento de seus aparelhos como as instituições: o exército, a polícia, a justiça, a escola, entre outras. Mas, é preciso dizer também que não se pode conceber as relações de poder como uma espécie de dominação brutal que imobilize indivíduos. Essas não são senão situações extremas de poder. Relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Assim, não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Por serem relações de poder, essas acontecem e funcionam sempre sob sujeitos livres, passíveis de resistir e delas escapar (CASTRO, 2016).

Além disso, Castro (2016) lembra que a interrogação filosófica foucaultiana quanto às relações de poder tem outras motivações teóricas e políticas. Os fenômenos políticos da Modernidade como o Estado centralizado, a burocracia, os campos de concentração, as políticas de saúde, etc., nos colocam diante do problema da relação entre o processo de racionalização da modernidade e as formas do exercício do poder. Na linha foucaultiana, a particularidade

histórica das formas políticas da Modernidade, não só o Estado moderno, reside em que em nenhuma outra sociedade encontramos uma combinação tão complexa de técnicas de individualização e de procedimentos de totalização.

Nesse sentido, explica Foucault (2006) que relações de poder existem em níveis macro e micropolíticos, desde o Estado e a população, as instituições sociais até as relações entre casais, pais e filhos, professores e estudantes, patrões e empregados. Na sociedade há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força e de enfrentamentos. A estrutura de Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, mesmo de violento, não chegaria a manter, contínua e cautelosamente, todos os indivíduos sob domínio, se ela não se enraizasse como uma espécie de grande estratégia, em pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um de nós. Além disso, as relações de poder utilizam métodos e técnicas muito diferentes umas das outras, segundo épocas e níveis. Toda uma série de procedimentos pelos quais o pai exerce poder sobre seus filhos, mas também os filhos sobre os pais, o homem sobre a mulher, a mulher sobre o homem, sobre os filhos, entre outras intersecções micropolíticas.

Foucault, mostra como, na vida cotidiana, nas relações entre os sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos, enfim, em tudo isso, há inflação de poder: “Dito de outro modo, a inflação de poder, em uma sociedade como a nossa, não tem uma origem única, que seria o Estado e a burocracia do Estado” (FOUCAULT, 2006, p. 233).

As relações de poder-saber se assentam e sustentam regimes de verdade. Foucault entende por verdade: “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (FOUCAULT, 2006, p. 233). Pode-se, então, dizer que, em toda sociedade, a produção e circulação de discursos coloca em funcionamento relações de poder-saber e regimes de verdade. Assim, cada sociedade estabelece procedimentos considerados válidos para obtenção e preservação de certas verdades que garantem estabilidade na vida social.

Poder não é uma substância ou uma qualidade, algo que se possui ou se tem; é, antes, uma forma de relação. Assim, as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há uma possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força e astúcia quanto maior for a resistência, pois:

Desde as extremidades, desde um ponto de vista positivo e reticular sobre o poder, haverá que se perguntar: a) que sistemas de diferenciação permitem que uns atuem sobre outros (diferenças jurídicas, tradicionais, econômicas, competências cognitivas,

etc.); b) que objetivos se perseguem (manter um privilégio, acumular riquezas, exercer uma profissão); c) que modalidades instrumentais se utilizam (as palavras, o dinheiro, a vigilância, os registros); d) que formas de institucionalização estão implicadas (os costumes, as estruturas jurídicas, os regulamentos, as hierarquias, a burocracia). E) que tipo de racionalidade está em jogo (tecnologia econômica). Cada uma dessas instâncias quer descrever e analisar modos de ação que não atuam direta e imediatamente sobre os outros, mas sobre suas ações. O poder consiste, em termos gerais, em conduzir condutas e dispor de sua probabilidade, induzindo-as, afastando-as, facilitando-as, limitando-as, impedindo-as. Por isso, a partir do conceito de governo, Foucault opõe as lutas e a resistência como práticas de liberdade à luta contra o poder na forma de revolução ou liberação. (CASTRO, 2016, p. 326).

Quanto ao conceito de e governo, há dois eixos sob os quais é possível expressar tal noção: como relação entre sujeitos e é na qual um conjunto de ações sobre ações são possíveis, à medida que essa: incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, estende ou limita, torna mais ou menos provável e, no limite, obriga ou impede absolutamente ações divergentes do que está, até certo ponto, estabelecido como ação verdadeira. Mas é sempre uma maneira de atuar sobre um ou vários sujeitos atuantes, no segundo sentido, é também da ordem do governo a relação que se pode estabelecer consigo mesmo.

Nesse sentido, refere Castro (2016, p. 327) que “o poder não se exerce senão sobre sujeitos livres e na medida em que eles são livres”. Entendemos por isso que sujeitos individuais ou coletivos têm diante de si um campo de possibilidades em termos de condutas, relações e diferentes modos de comportamento. “Não há, pois, um cara a cara do poder e da liberdade, com uma relação de exclusão entre eles (em todo lugar onde se exerce o poder, desaparece a liberdade); mas um jogo muito mais complexo. Neste jogo, a liberdade aparece como a condição de existência do poder”. Portanto, trata-se do problema da governamentalidade, que Foucault denomina como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Governamentalidade é a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de todas as séries de aparelhos específicos de governo e por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornada nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2006, p. 303).

Com base nas teorias foucaultianas, Castro (2016) aponta duas ideias de governamentalidade. Em primeiro lugar, um domínio definido como conjunto constituído pelas

instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício de poder sobre a população, por meio da economia política e dos dispositivos de segurança, a biopolítica que se sobrepõe às formas de soberania e disciplina levadas à efeito nas sociedades modernas. Resultado do processo, pelo qual o Estado de justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente Estado governamentalizado de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização. Trata-se, nesse caso, do que se poderia chamar de “governamentalidade política”. Em segundo lugar, Foucault chama “governamentalidade” ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si. Exame das artes de governar a si e aos outros e que induzem ao cuidado de si e dos outros, diferentes formas ascéticas engendradas pela moral cristã, o poder pastoral, as disciplinas, as práticas de confissão e outras tecnologias a serviço da Igreja cristã, do Estado, da polícia, da justiça, da escola, dentre outras instituições modernas.

Portanto, desde uma perspectiva foucaultiana, o poder pastoral está integrado à forma jurídica do Estado moderno. Nos dizeres de Castro (2016), que faz uma análise das categorizações de poderes de Foucault, primeiramente, o Estado ocidental moderno integrou em uma forma político nova, uma velha técnica de poder que nasceu nas instituições cristãs: o poder pastoral. O poder pastoral é, na realidade, uma figura que se forma com o cristianismo a partir da tradição hebraica e em certas técnicas de vida da tradição grega, sobretudo da filosofia da época helenística. É com o monasticismo que essas duas tradições se conjugaram para constituir a primeira versão do poder pastoral. O poder pastoral é, em definitivo, uma técnica de individualização.

Segundo Foucault essa multiplicação dos objetivos do poder pastoral e do fortalecimento das instituições que o exercem permitiu o desenvolvimento das ciências do homem. Assim, onde antes só haviam sujeitos, sujeitos jurídicos aos quais se podia tomar seus bens, a vida também, por outro lado. Agora, há corpos e populações. O poder se tornou materialista. As novas formas do poder pastoral, concernem, precisamente, ao governo dos corpos, à disciplina, e ao governo das populações, a biopolítica.

Foucault (2008) em seu curso de 1978-1979, *Naissance de la Biopolitique* [Nascimento da biopolítica], coloca as questões fundamentais relacionadas à biopolítica. Nesse sentido, para o filósofo, na chamada sociedade de soberania, o poder é, antes de tudo, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida, e culmina com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la, sintetizando, dir-se-ia que o poder nessas sociedades age sobre a morte ou o deixar viver.

Na sociedade disciplinar, por sua vez, explicam Hardt e Negri (2001), o comando social é exercido por meio de uma rede de dispositivos, que produzem, regulam e controlam as práticas discursivas: Coloca-se, assim, em funcionamento a obediência, regras e mecanismos de inclusão/exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas à disciplina.

Foucault entende por disciplina uma forma de exercício de poder que: 1) é uma arte da distribuição dos indivíduos no espaço; 2) não exerce seu controle sobre os resultados, mas sobre os procedimentos; 3) implica uma vigilância constante sobre os indivíduos. É o poder da singularização cujo instrumento fundamental é o exame. O exame de vigilância permanente, classificatória, que permite repartir os indivíduos, julgá-los, avaliá-los, localizá-los e, assim, utilizá-los ao máximo. As instituições disciplinares (o exército, o hospital, a fábrica, a escola) são, com efeito, instâncias de normatização. A repartição, a classificação, a diferenciação e a hierarquização dos indivíduos supõem uma regra que permita cada uma dessas operações (HARDT; NEGRI, 2001).

Conforme explana Castro (2016, p. 332), a norma afeta todas as condutas, refere todos os atos e as condutas individuais a algo que não é simplesmente da ordem do permitido/proibido, mas, ao mesmo tempo, um campo de comparação e de diferenciação, o normal. É aqui, na elaboração da regra da normalidade, em que se pode desenvolver esse novo campo de conhecimentos que chamamos de ciências humanas ou, melhor, é pelo entrelaçamento de saber- poder, característico do funcionamento das instituições disciplinares, que elas puderam formar- se. Em definitiva, “as disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas”. A disciplina representa a tecnologia moderna de governo dos corpos, a técnica para criar indivíduos dóceis e úteis, a biopolítica, por sua vez, foi a tecnologia política das populações. Ambas funcionam a partir da definição do normal, mas, à diferença das disciplinas, as técnicas de governo das populações levam em consideração fenômenos coletivos, que têm duração mais longa: a proporção do nascimento, os óbitos, a taxa de reprodução, as enfermidades endêmicas, a higiene pública, a velhice, as relações com o meio ambiente, o urbanismo. Por isso, os mecanismos de previsão e de estimativa estatística tendem a estabelecer medidas globais que têm como objetivo equilíbrio da população, sua homeostase e sua regulação.

Já na sociedade de controle, aquela que toma forma nos limites da modernidade, os mecanismos de comando se tornam cada vez “mais democráticos”, no sentido de que se tornam imanentes ao campo social, distribuídos nos corpos e cérebros dos cidadãos. Para Hardt e Negri

(2001), o poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro e os corpos. Nessas sociedades ditas de controle há, concomitantemente, uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização e de disciplinaridade. Por isso, é na chamada sociedade de controle que toma forma com mais precisão o biopoder.

Nas sociedades biopolíticas, na verdade, nem o poder soberano se esvai por completo, nem o poder disciplinar se evapora, mas, diante de uma nova ordem mundial, a lógica do regime disciplinar transcende o muro da prisão, da fábrica, da escola e se generaliza por todo o campo social: o poder torna-se mais sutil e penetra mais profundamente no corpo social e individual. Não que não haja mais o antigo confinamento, ao contrário, ele existe, mas sem a necessidade de muros que separem o interior das instituições do seu exterior. Situando-se em redes flexíveis e com a possibilidade de ser exercido à distância, o poder controlador é como uma disciplina aumentada exponencialmente por meio de novas formas mais móveis e fluidas (HARDT; NEGRI, 2001).

Então, não se pode reduzir o estudo do funcionamento do poder ao funcionamento do Estado ou da administração. O biopoder não é um conceito aplicável exclusivamente ao governo considerado institucionalmente, mas ao funcionamento entrelaçado de saber em geral nas sociedades modernas.

Daí decorre o entendimento do saber-poder judiciário como regulador das relações entre sujeitos e instituições no interior de um território nacional delimitado, nos espaços públicos e privados, tecnologias de governo que fabricam quem somos e o que podemos. O saber-poder judiciário estabelece determinadas normas para regular as relações sociais sob a lógica de uma natureza humana universal e de uma justiça social comum, limitando e punindo o que não se entende como legal e justo.

É nas tramas das redes discursivas e não discursivas de relações de poder e saber que a produção do sujeito mulher acontece. O aparato jurídico faz parte desta trama ao corroborar para a manutenção de relações patriarcais nas sociedades ocidentais contemporâneas, as quais são forjadas no regime de poder-saber-prazer, como apresento a seguir.



Fonte: Revista Alegrar, n. 20, dez. 2017.

[...] é a mulher enquanto tomada numa máquina dual que a opõe ao homem, enquanto determinada por sua forma, provida de órgãos e de funções, e marcada como sujeito.

Deleuze e Guattari - Mil Platôs

3 A CONSTRUÇÃO DO REGIME SABER-PODER-PRAZER

Desde cedo aprendemos que o corpo no que concerne ao sexo é um assunto privado, alguma coisa da qual só se pode falar com alguém muito íntimo e, preferencialmente, de forma reservada. A sexualidade parece ser, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto. Como meninas e meninos constroem e aprendem sobre gênero, sexo e sexualidade?

Na verdade, esta questão se desdobra em muitas outras quando se leva em conta que gêneros, sexos e sexualidades são produzidos no entrelaçamento com diferenças culturais, geracionais, étnico-raciais, sociais, geográficas, econômicas, históricas, dimensões da vida privada e pública.

Traço aqui alguns pontos comuns para análise da produção discursiva e não-discursiva em torno de gênero, sexo e sexualidade que acontecem em razão das relações de poder-saber construídas ao longo da história ocidental e que incidem de diferentes modos na categorização dos sujeitos nos tempos e lugares em que vivem.

Para Louro (2000) a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é - ou não - natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros e sexualidades nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, como marcas dessa cultura. As possibilidades de expressar os desejos e prazeres também são socialmente estabelecidas e codificadas.

O indivíduo é autenticado pela referência do outro e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção) por meio de discursos e regimes de verdade que induzem o governo de si e dos outros. A confissão da verdade se inscreve no cerne dos procedimentos de individualização em que o poder funciona como:

[...] multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemônias sociais. (FOUCAULT, 2019, p. 100-102).

Logo, os estudos de Foucault acerca da sexualidade indicam que o poder disciplinar, assim como, o biopoder, fazem do sexo “o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve: “o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie; isto é, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população como um todo” (WEEKS, 2000, p. 36).

Por isso, Foucault refere-se a sexualidade como dispositivo:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 1999, p. 244).

Ao estabelecer uma esfera especializada de conhecimento, ao buscar descobrir as leis da natureza que supostamente governam o mundo sexual, ao argumentar que a sexualidade tem uma influência particular em todos os aspectos da vida e que o corpo fala uma verdade final, os sexólogos ajudaram, num certo sentido, a inventar a importância que nós atribuímos ao comportamento sexual (WEEKS, 2000).

Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, o filósofo tem por intenção desmontar a “hipótese repressiva”, ou seja, negar que sexo tenha sido um assunto interdito e que as diversas experiências sexuais sejam reprimidas socialmente e culturalmente. Foucault nos mostra que, desde o século XVIII, nas culturas ocidentais, proliferam práticas discursivas e não-discursivas envolvendo os modos como os sujeitos experimentam seus corpos e sexualidades. Para isso, entram em ação as confissões da carne que não permitem obscurecer o sexo, já que até sonhos e pensamentos devem ser revelados na igreja, literatura, medicina, psiquiatria, justiça penal, como “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2019, p. 28).

Com base em Foucault, Weeks explica que a história da sexualidade é:

[...] uma história de nossos discursos sobre a sexualidade, discursos através dos quais a sexualidade é construída como um corpo de conhecimento que modela as formas como pensamos e conhecemos o corpo. A experiência ocidental da sexualidade, ele sugere, não é a da repressão do discurso. Ela não pode ser caracterizada como um “regime de silêncio”, mas, ao contrário, como um constante e historicamente cambiante incitamento ao discurso sobre o sexo. Essa explosão discursiva sempre em expansão é parte de um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, controle não através da negação ou da proibição, mas através da produção; pela imposição de uma grade de definição sobre as possibilidades do corpo, através do aparato da sexualidade. (WEEKS, 2000, p. 35).

A sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade e com a sociedade. As duas estão intimamente conectadas porque no centro de ambas está o corpo e suas potencialidades. Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros, ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos. Isso deu lugar a métodos intrincados de administração e de gerenciamento; a um florescimento de ansiedades morais, médicas, higiênicas, legais e a intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científico, todas planejadas para compreender e regular o comportamento sexual (WEEKS, 2000).

Foucault define sexualidade como: “conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (FOUCAULT, 2019, p. 139). E aponta quatro unidades estratégicas que ligam, desde o século XVIII, uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder. Juntas, elas formam mecanismos específicos de conhecimento e poder centrados no sexo. Elas têm a ver com a sexualidade das mulheres, a sexualidade das crianças, o controle do comportamento procriativo e a demarcação de perversões sexuais como problemas de patologia individual (WEEKS, 2000).

Assim, chama a atenção para o sexo posto em discurso, para as técnicas de poder, questiona os modos como discursos acerca da sexualidade regulam a vida dos indivíduos: “Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 2019, p. 16).

Em outras palavras, gênero e sexualidade são inventados na vida social, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem verdades e uma ciência denominada *scientia sexualis*. Esclarece Louro (2008) que a construção de gêneros, sexos e sexualidades dá-se em inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo dos corpos generificados e sexuados.

Portanto, gênero e sexualidade se desenvolvem como aparatos discursivos e não-discursivos numa rede complexa de regulação social que organiza e modela os corpos e os comportamentos individuais e sociais. Assim, criam-se regras de comportamento para encaixar

o sujeito multifacetado em blocos sociais. A partir de Foucault é possível problematizar as condições de discurso e assim, questionar aquilo que é atribuído à figura do homem e da mulher, assim como a percepção das relações de poder-saber envolvidas.

Todas essas práticas discursivas e não-discursivas constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos como categorias universais e binárias identificadas pela genética. Porém, esse não é um processo educativo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados, e são participantes ativos na construção de suas subjetividades. Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (LOURO, 2000).

Para Judith Butler uma guinada na produção discursiva se faz necessária no sentido de desestabilizar definitivamente a categoria “gênero” tal como é trabalhada. Relendo com radicalidade a histórica declaração de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a filósofa afirma que o gênero não é um atributo social ou cultural, mas uma categoria construída por meio de performances normativas inscritas e reforçadas pela cultura heterocapitalista (KUHNERT, 2018, p. 60).

A noção de performance é extremamente importante para compreendermos como corpos transgêneros, transexuais e travestis perturbam e rompem a estabilidade do regime poder-saber-prazer no mundo. Essa estabilidade sexo-gênero se dá por um processo de associação compulsória entre o genital e o gênero. Logo, haveria um sexo biológico feminino, que corresponderia, inexoravelmente, a uma mulher, e um sexo biológico masculino, que corresponderia a um homem. Essa compulsoriedade assumiu as formas binárias de organização do pensamento ocidental, descartando, por exemplo, o caráter histórico da noção de “dois sexos” (VIEIRA, 2018, p. 241).

Ora, se a própria noção de sexo pode ser compreendida histórica e situacionalmente, então as “causalidades compulsórias” vagina-mulher-feminilidade/homem-pênis-masculinidade se desestabilizam, e começamos a pensar, portanto, nos corpos que escapavam dessas tríades, os corpos transexuais e travestis. Há aqui o segundo rompimento “biologia/anatomia × identidade”; ou seja, a existência de pessoas trans e travestis revela que não há universalidade na constituição da relação entre genital e gênero (VIEIRA, 2018, p. 241).

Gênero, como já disse aqui, não é “o corpo”. Ele é uma interpretação do corpo dada pela cultura que designa, por relações semióticas arbitrárias, o que é masculino e feminino. O gênero

é pré discursivo, está dado antes mesmo do nascimento, é pressuposto e é performático. Depois de nascer, é preciso aprender a ser do gênero que lhe deram: cruzar as pernas, falar grosso, não mexer tanto as mãos. Há um esforço intenso no enquadramento do sujeito em um dos polos de gênero. Entendemos hoje a fuga desse enquadramento como “disforia de gênero”, ou seja, o discurso médico-clínico transforma em patologia o que é uma questão identitária (VIEIRA, 2018, p. 246).

Também para Bento (2017, p. 109), gênero está relacionado à performance, à prática e ao reconhecimento social. Para que eu seja reconhecida socialmente como uma mulher, preciso desempenhar um conjunto de práticas, de performances que possibilitam esse reconhecimento. Nesse sentido, a roupa que eu uso, o jeito que posiciono minha mão, a maneira como cruzo as pernas, são esses indicadores e visibilidades de gênero que fazem o gênero. Não existe gênero em uma estrutura corpórea, existe na prática. Nós fazemos gênero no dia a dia.

Essa disputa está instaurada, principalmente depois dos movimentos sociais em torno dos gêneros dissidentes. Quando alguém diz ‘você não é mulher’, imediatamente se pergunta ‘o que é mulher para você?’. Seja nos dispositivos discursivos que localizaram a verdade dos gêneros nos hormônios, nos cromossomos, nas estruturas neurais ou nas instituições disciplinares, em processos históricos, culturais e políticos, enfim, para onde quer que nos viremos, uma verdade é posta em cena: não há nenhum consenso sobre o que faz o feminino-feminino e o masculino-masculino. Existe um fato inegável: a concepção de gênero que hegemonizou historicamente o feminismo, que define as políticas públicas ou que atravessa as concepções médico-psi-biológicas excluiu de suas fileiras as pessoas trans (BENTO, 2017, p. 126).

Hegemonicamente, quem tem a prerrogativa de pensar sobre, de falar sobre os gêneros, ainda são as ciências *psi* (Psicanálise, Psiquiatria e Psicologia) e a medicina. Por um lado, se faz uma disputa desnaturalizando, radicalizando a ideia do que é ser homem/mulher, a partir da performance, do tornar-se (e lembrando que se tornar não é um ato fundante, é, antes, processos inclusos e ontologicamente precários – adendo: precário ao lado de ontológico é para negar a ideia da ontologia do ser). É através das práticas generificadas que se produz reconhecimento ou negação. Por outro lado, a neurociência é o mais recente dispositivo discursivo que sustenta o dimorfismo sexual. Não são mais os cromossomos os responsáveis pela criação da diferença sexual, mas a crença agora está no valor heurístico dos hormônios e das estruturas neurais (BENTO, 2017).

Lutas feministas, de classe, de raça, de sexualidade, formam a polifonia de vozes que se negam a subsumir à categoria mulher. Não existe ‘a mulher’ ou ‘o homem’. O que é mulher?

Um corpo com útero? Mulher negra, mulher da floresta, mulher favelada, mulher lésbica, mulher trans, multiplicidade de movimentos feministas que lutam por representação política, judicialização da homofobia, transfobia, lesbofobia, legalização do aborto, entre outras reivindicações.

Então, para que possamos problematizar o lugar essencializado do par binário ser mulher ou homem, precisamos acionar outros marcadores da diferença social e fazer cruzamentos, seja da questão sexista, racial, religiosa, de regionalidades e também geracional. Performances de gênero e sexualidade que rompem a ordem heteronormativa vigente sob os corpos e o desejo resultando numa ressignificação para além do binarismo presente na sociedade.

A ideia de um sujeito mulher que estabilize o coletivo feminista e a própria noção de corpo feminino, passam a ser problematizadas. Outras pessoas que não têm essas marcas corporais se colocam no mundo a partir desse lugar de identificação que diz ‘eu sou feminista’, ‘eu sou um homem, sou feminista’. Hoje, talvez não nos soe muito estranho, mas, até muito recentemente, era quase uma heresia pensar em um homem feminista ou em uma mulher trans feminista.

Tendo em vista a complexidade dos conceitos abordados até aqui, não é possível oferecer respostas prontas aos embates que se apresentam como necessários e fundamentais nas relações cotidianas e na vida social no que tange a pluralidade dos corpos, gêneros e sexualidades. Contudo, algo de comum atravessa todas essas lutas: o combate às inúmeras formas de violência praticadas pelo crescente abuso contra a vida.

Entendo por violência, portanto, práticas que colocam em funcionamento a captura das subjetividades, dos desejos e a violação das diferentes formas de existir pela imposição de uma relação que anula ou restringe a ação de uma parcela dos sujeitos envolvidos nessas situações. Como dito por Souza (2015), a violência é produtiva, não meramente destrutiva, pois os sujeitos se movem em relação a ela e são por elas movidos, agem sobre ela e a tecem narrativamente.

Violência intensificada pelo regime capitalístico contemporâneo que reativa forças conservadoras produzidas ao longo da história nas culturas ocidentais e demarcam a própria formação e funcionalidade das instituições modernas, como a família, a escola, a justiça e o Estado neoliberal.

Ao recorrer à defesa de uma moral e um modelo de “família tradicional” está baseada, fundamentalmente, no controle da sexualidade feminina. Nesse modelo, o homem é o chefe da casa, é responsável pelo trabalho remunerado, exercendo autoridade sobre a mulher e os filhos. A mulher cabe a exercer exclusivamente as funções domésticas, dedicando-se aos filhos e ao

marido.

Relações de gênero que naturalizam o patriarcado, reforçando o domínio dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre os filhos inclusive quando esse controle opera a favor de uma pedagogia da violência.

No entanto, faz-se mister salientar, que as práticas de violência não se mantêm e se aprofundam, assim contínua e cautelosamente, sem que estejam enraizadas na cultura e continuem encontrando ressonância na vida social pública e privada. Quanto mais adeptos de velhas e cruéis táticas de domínio, discriminação, perseguição, extermínio do que se considera fora da normalidade socialmente aceita e naturalizada, mais forças e resistências precisam ser geradas nesse jogo para que violências que encerram a vida não sejam banalizadas.

Nesta teia de relações de poder-saber, o aparato estatal atribui à especialistas, como os magistrados, o direito legítimo de falar em nome de, de pronunciar certas verdades acerca de sujeitos e modos de existência que, por muitas vezes, se calam ou são caladas, desacreditadas por recorrer repetidamente às instituições públicas para, mesmo que por um curto tempo, escapar às violências e poder usufruir de direitos até então negados.

Portanto, as subjetividades são compostas e definidas por relações sociais, em outros termos, são reguladas por relações de poder-saber-prazer que, engendradas na cultura, nomeiam e educam corpos, gêneros e sexualidades, de modo a distribuir certas posições na vida social, ao longo da história. Posições que se modificam nas contingências das lutas que tecem resistências ao instituído, assim, novas configurações são forjadas. Como mostram os processos históricos, sociais e culturais nos quais o sujeito mulher vem sendo construído e transformado, historicamente.



Fonte: Revista Alegrar, n. 25, jan/jul. 2020.

*Triste, louca ou má
 Será qualificada
 Ela quem recusar
 Seguir receita tal
 A receita cultural
 Do marido, da família
 Bem conhecida receita
 Quem não sem dores
 Aceita que tudo deve mudar
 Que um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define
 Você é seu próprio lar*

Francisco, El Hombre - Triste, louca ou má

4 PRODUÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO MULHER

Um sujeito mulher é inventado desde o Cristianismo, nas figuras bíblicas de Maria, mãe de Jesus, exemplo de doação ao Senhor, e da Eva pecadora que causou a expulsão do paraíso por seduzir Adão a provar os prazeres da carne. Daí que as sociedades ocidentais inventam a categoria feminina oposta ao masculino, ocupando-se da educação moral das mulheres para que se conservem sob o domínio dos homens na vida cotidiana e social. Mulheres recatadas cujo destino é o matrimônio e a maternidade.

No Brasil, a violência física contra as mulheres inicia-se desde a colonização europeia com o abuso sexual das meninas e moças dos povos indígenas pelos colonizadores e se expande com a escravidão de mulheres negras. É nesse tempo, também, que se funda um modelo civilizatório europeu e eurocêntrico que acarreta a imposição de culturas, valores, costumes, credos, idiomas dos colonizadores e o genocídio de enormes contingentes de populações colonizadas. Colonialidade que gerou resistências dos povos originários e das comunidades tradicionais.

Inúmeros movimentos de resistência foram deflagrados e desembocaram na adoção de regimes republicanos em países das Américas, desde meados do século XIX e início do século XX. Contudo, somente após ingressar na primeira fase da industrialização, a mão de obra obtida via escravidão indígena e negra é substituída pelo operariado branco decorrente da imigração europeia e oriental. Produção fabril, fruto do processo de reestruturação do modo de produção capitalista mundial, que passa a recrutar o trabalho das mulheres, mão-de-obra mais barata que os homens.

É no bojo das lutas operárias que surgem, os movimentos de mulheres contra as desigualdades sociais que reservavam a elas a condição de mão de obra barata no mundo produtivo e, ao mesmo tempo, as mantinham presas às obrigações de esposa, mãe e vigilantes do lar:

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial. (RAGO, 1985, p. 62).

No Brasil, a inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho começou com o exercício das carreiras de professoras primárias, enfermeiras, quando detinham maior nível de

instrução, domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório (RAGO, 1985).

Desde então, uma relação pedagógica paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, se estendeu dos espaços privados aos espaços públicos. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social. Tanto na legislação trabalhista, quanto no discurso operário, a mulher é pensada na linguagem romântica das classes dominantes, fundamentada pelo saber médico, como encarnação das emoções, dos sentimentos, irracional, incapaz de resistir.

Assim, com a modernidade, o mundo ocidental inaugura os chamados regimes políticos democráticos que, no plano legal, passam a considerar reivindicações de segmentos sociais até então relegados a uma situação de exclusão no cenário social e cultural e na vida pública, como foi o caso das mulheres. Explica Rago que, a sociedade brasileira, ao adentrar no mundo burguês, reconfigura o papel da mulher segundo uma feminilidade de esposa, dona de casa, mãe de família e operária:

frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada [...]. (RAGO, 1985, p. 61).

Em contraposição ao modelo burguês, o imaginário operário forjado na militância anarquista produzirá uma nova imagem da mulher e da organização familiar. Militantes anarquistas dirão que a mulher não deixou de ser romântica, ingênua, explorada, desamparada, etc. Discurso operário masculino que constitui e reforça a visão patriarcal da mulher como frágil e incapaz de lutar por seus direitos. Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não.

Com muita frequência, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunham a indignação e o sentimento de humilhação dos homens, quando substituídos pelas mulheres no processo de produção. Como mostra a nota trazida por Rago em relação a um fragmento retirado

de um Jornal Operário de 1908: “Convém notar que nesta fábrica (de fósforos A Paulicéia) estão empregados meninos de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças, que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiras” (RAGO, 1985, p. 64).

A imagem da mulher como mãe devotada e abnegada à família, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Mulher em si que não é nada, e que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. Desvalorização presente ainda hoje, pois, mesmo as mulheres tendo conquistado direitos sociais, políticos, e terem, em relação aos homens, um grau de escolaridade maior, ainda recebem salários mais baixos e ocupam cargos de menor poder de decisão.

A revelia da intensa mobilização política das mulheres nas fábricas, nas ruas, nas artes, nas ciências, e nos movimentos sociais, seu lugar na sociedade é definido pelos homens e pela cultura patriarcal. É sobre a questão moral que recai o maior peso da opressão sobre a mulher. A não-amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel da esposa-mãe-dona-de-casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres:

[...] mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente as ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário afirmou. (RAGO, 1985, p. 73).

O protagonismo político, social e cultural das mulheres surge com os movimentos feministas. Segundo Meyer (2013), o feminismo no mundo ocidental aconteceu em duas ondas, sendo a primeira um movimento heterogêneo e plural, ocorrido no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, que se desdobrou pela ação de três vertentes: (1) liberal: a luta das mulheres se deteve no direito ao voto e acesso ao ensino superior; (2) socialista: marcada pela luta sindical; (3) anarquista: direito à educação, liberdade do corpo e da sexualidade.

Já a segunda onda, situada nos anos 1960 à 1970 do século XX, foi um desdobramento dos movimentos de maio de 1968 na França que por sua vez, revelaram a oposição frente aos episódios da guerra do Vietnã nos Estados Unidos, à luta armada na América Latina e na África da juventude e do mundo universitário (THIOLENT, 1998).

No Brasil, os movimentos feministas desta época estavam associados à luta contra o regime militar e se deram por meio do investimento da produção de estudos e pesquisas que visavam, não só denunciar, mas também compreender e explicar a subordinação social e

invisibilidade política das mulheres, através da teoria do patriarcado. É também nesse momento que estudiosas anglo-saxâ começam a usar o termo gênero (*gender*) para argumentar que diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são construídas social e culturalmente e não determinadas biologicamente. Gênero passou a ser usado como conceito que se opunha ou complementava a noção de sexo, para referir-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade inscritos nos corpos sexuados pela cultura.

Hollanda (2018), em seu livro “Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade” descreve a transformação recente do feminismo no Brasil em um movimento de massas, destacando o papel das ferramentas de comunicação digital na difusão do seu ideário e as consequências de sua expansão e heterogeneidade, propondo um panorama dos “feminismos da diferença” na atualidade pelos testemunhos de algumas de suas protagonistas. Descrito pela própria autora como um “livro-ocupação”, a estrutura de capítulos procura observar os diferentes “lugares de fala” estabelecidos no campo político do feminismo contemporâneo.

Nesse sentido, refere Hollanda (2018, p. 10):

O feminismo hoje não é o mesmo da década de 1980. Se naquela época eu ainda estava descobrindo as diferenças entre as mulheres, a interseccionalidade, a multiplicidade de sua opressão, de suas demandas, agora os feminismos da diferença assumiram, vitoriosos, seus lugares de fala, como uma das mais legítimas disputas que têm pela frente. Por outro lado, vejo claramente a existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração.

A autora assinala que nos anos de 1980 o discurso hegemônico do feminismo no Brasil se conjugava no singular, afirmando a especificidade da “mulher” e a relativa autonomia do feminismo em face das outras lutas sociais. Hoje, o espaço público do feminismo rechaça a ideia de uma “condição feminina” universal e conjuga o feminismo no plural, combinando elementos como gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, deficiência, religião, etc. A ideia que predomina é que o feminismo deve se ocupar das diversas opressões existentes na sociedade brasileira, resquícios das condições históricas em que as mulheres de diferentes culturas foram subjugadas pelo padrão eurocêntrico, patriarcal e cis-heteronormativo.

No capítulo “Os feminismos da diferença” a autora cita mulheres negras, indígenas, asiáticas transfeministas, lésbicas, radicais e protestantes, o que mostra a necessidade de desconstrução das verdades estabelecidas pelas práticas discursivas de um feminismo universal e da mulher como categoria identitária uniforme:

No seio desse processo de desnaturalização da identidade mulher, as epistemologias feministas se viram frente a uma série de contestações. Exemplo disso é o feminismo negro questionando discursos combatidos pelo feminismo branco, como a ideia de um lugar da mulher sendo confrontado com o que a sociedade produziu como um lugar da mulher negra. A desnaturalização da identidade da mulher, resultou, portanto, na denúncia da multiplicidade das experiências resultantes no que socialmente se chamava de mulher e na impossibilidade de uma resposta categórica e universal à pergunta, aparentemente simples: ‘O que é ser mulher?’. (VIEIRA, 2018, p. 240).

A virada multicultural das lutas de mulheres que colocam em debate a interseccionalidade vem se desdobrando desde a segunda onda feminista, quando passou a desmoronar o caráter socialmente construído do “sujeito mulher” baseado na produção biológica da condição de gênero, mostrando que toda enunciação para tornar inteligível e normal o corpo dito feminino não passa do resultado da opressão patriarcal sobre a mulher, como dito por Vieira (2018, p. 239):

Perceba que há um primeiro enfrentamento à biologia como suporte da norma social: gênero não determina, por natureza, o lugar da mulher. A esse enfrentamento chamaremos ‘identidade × expressão’: o rompimento da noção de que a ‘identidade mulher’ implicaria, necessariamente, uma adequação às normas patriarcais do que é ser mulher (ou seja, se expressaria sempre com submissão, brandura, maternidade etc.). A contestação da ‘natureza feminina’ e o entendimento dos mecanismos de produção da diferença e das subalternidades foi fundamental para amparar, do ponto de vista epistemológico, o acesso da mulher ao mundo ‘público’ (pólis), ou seja, para promover a saída da mulher do lar e das funções de cuidado para o mundo do trabalho, da escolaridade, das garantias legais que reconheçam a integralidade da mulher enquanto sujeito político e de direito e, principalmente, para construir estratégias de resistência aos mecanismos de dominação e controle sobre o corpo das mulheres.

Logo, a noção de “feminismo” não acomoda confortavelmente os horizontes e experiências de várias mulheres. O campo social é atravessado por relações complexas de diversas desigualdades e dimensões da vida. As próprias conquistas obtidas pelas feministas e plasmadas em forma de leis e políticas públicas atingem de maneira diversa e desigual o coletivo difuso que chamamos de “mulheres”. Portanto, o termo “mulher” denota uma identidade comum inexistente. “Ser mulher” não é tudo que um sujeito é. O gênero não se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos. A categoria gênero se constitui em intersecção com outras modalidades racistas, classistas, étnicas, sexuais, regionais, religiosas, etc.

Na contemporaneidade emerge a vertente pós-estruturalista que coloca em questão a produção feminista no que se refere ao conceito de gênero, trazendo a tona a ideia de prática discursiva decorrente do constructo socio-cultural e linguístico e das relações de poder e saber. Assim, esta nova abordagem afasta-se da tendência a focalizar as desigualdades de gênero na

discussão de papéis e funções distribuídas assimetricamente na vida social e cultural. O mote do pensamento pós-estruturalista está sobre os modos como as instituições, símbolos, normas, conhecimentos, leis e políticas são constituídos por representações que produzem os sujeitos e certas verdades acerca das diferenças. Processos de disciplinamento dos corpos e das condutas que se dão nas famílias, escolas, igrejas, entre outras instituições e ambientes, como a literatura, cinema, as mídias, que ensinam sujeitos a se tornarem de determinado modo.

Dentre as pesquisadoras pós-estruturalistas que marcam a virada epistemológica dos estudos de gênero, está Judith Butler que cria o conceito de performatividade e lança a seguinte questão: Quem é o sujeito do feminismo? A resposta óbvia é que são as mulheres; contudo, a categoria “mulher” e mesmo a categoria “homem” são profundamente instáveis e atravessadas por uma quantidade enorme de marcadores e especificidades. É importante salientar que, até esse momento, a noção de “sexo” como a diferença corporal fundamental entre homens e mulheres e tudo o que daí decorre segue existindo, ou seja, há na noção de “diferença” um fundamento biológico, que será questionado inicialmente por Gayle Rubin, Judith Butler e Linda Nicholson, criando as bases para uma teoria transfeminista e para o rompimento completo dos ditames da biologia sobre o funcionamento social das relações no mundo (VIEIRA, 2018, p. 241).

Explica Butler (2003, p. 17) que as teorias feministas têm presumido que existe uma identidade definida como categoria de “mulheres” que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior do seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada.

Apesar de toda produção e mobilização feminista, a superação da noção de “natureza feminina” ainda está longe de ser alcançada, permanece firme no imaginário social, político e cultural, seja na tradição das famílias conservadoras, seja pelo crescimento do neoconservadorismo. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzido e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p. 19).

Portanto, alguns conceitos cristalizados e naturalizados na sociedade como homem/mulher e masculino/feminino seguem enfatizando o caráter binário das desigualdades de gênero. Essa categorização perpassa uma relação de poder expressa via linguagem, que por sua vez, assume caráter político, ou seja, no que se refere às categorias de gênero e sexualidade podemos dizer que o fator biológico prepondera na definição dos sujeitos e, por conseguinte, seu lugar no mundo, como também incidirá na posição ocupada no ordenamento jurídico

vigente.

Os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que passam a representar: poder de regulação, legitimação e mesmo proteção. O poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar, conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder, jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante e lei”, de modo a invocar tal formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei.

Butler (2003) refere que a desconstrução da identidade não é fator que implicará na desconstrução da política, e sim é fundamental problematizar categorias cristalizadas tanto no meio acadêmico quanto na militância que engessam a luta e dividem esforços, pois, postulações que envolvem o corpo, o sexo e o desejo alcançariam níveis maiores de expressão e articulação no meio social ao colocar em cheque o binarismo latente e atestar sua fragilidade frente a um mundo que sempre se mostrou diverso e plural.

O foco comum da insurreição à ordem macropolítica de colonização dos corpos e do inconsciente é a desigualdade na distribuição de direitos nas formas pelas quais a sociedade estabelece um padrão de relações de poder assimétricas. Relações de poder que se manifestam não só entre as classes sociais, mas também nas relações de raça, gênero, sexualidade, religião, etnicidade, colonialidade. Tomá-las objeto de luta engloba disputar direitos junto ao Estado e suas leis, principalmente aqueles que ocupam posições subalternas na trama social.

Lutas que, nas últimas décadas, notadamente na última, garantiram a implementação de políticas públicas com foco na proteção aos direitos das mulheres, por meio da criação de redes de enfrentamento e atendimentos aos casos de violência através de instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia, os direitos e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Dessa forma, as relações de poder-saber da cultura patriarcal e os espaços institucionais que se encarregam de naturalizar e normalizar os padrões culturais levam-me a pensar nos discursos e nas práticas da violência construídos historicamente entre homens e mulheres nas mais diversas situações e espaços sociais. Práticas que caracterizam o que Rolnik (2018) chama de “regime colonial-capitalístico de cafetinagem da pulsão vital” enquanto força de criação, transformação e variação, cuja política de subjetivação provoca a interrupção dos processos de criação de novas formas de vida. O efeito de tal desvio é a despotencialização da vida, o que chega hoje à destruição das próprias fontes de energia vital da biosfera (ROLNIK, 2018, p. 33).

Corroborando para isso, a disseminação de macropolíticas neoconservadoras² pela assunção de governos em escala mundial que defendem valores morais da religião e da família tradicional, um forte retrocesso na luta por direitos das mulheres e de outras categorias sociais, como lésbicas, gays, homossexuais e transexuais.

Nesse sentido, explana Rolnik (2018), vai se tornando evidente que o capitalismo financeirizado precisa dessas subjetividades rudes no poder, para fazer o “trabalho sujo” imprescindível para a instauração de um Estado neoliberal e neoconservador: destruir todas as conquistas democráticas e republicanas, dissolver seu imaginário e erradicar da cena seus protagonistas. E se os neoconservadores aceitam a incumbência é porque nesses objetivos específicos seus interesses coincidem com os dos neoliberais.

Na cultura do regime colonial-capitalístico em suas várias dobras, a redução da subjetividade à sua experiência como sujeito, inseparável do abuso da pulsão, gera um trauma diante do qual tende a prevalecer a resposta reativa. Mas quando o desejo logra responder ativamente ao trauma do abuso, ele se potencializa e busca agir tendo em mira a descolonização do inconsciente, procurando desviar a pulsão vital do destino no qual sua cafetinagem a mantém confinada. A subjetividade ganha, então, a possibilidade de habitar simultaneamente o sujeito e o fora-do-sujeito em busca de retomar em suas mãos o poder de decidir o destino da pulsão, reassumindo sua responsabilidade ética perante a vida. Assim, se na esfera macropolítica os sujeitos se distribuem em uma cartografia organizada em pares binários, sendo o polo subalterno o agente por excelência da insurreição, a lógica da distribuição na esfera micropolítica é outra, e pode surgir de qualquer lugar na trama social, já que estamos todos sob o domínio do inconsciente colonial-cafetinístico (ROLNIK, 2018).

Mesmo que o dever do Estado seja de assegurar o direito de todas as mulheres “à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2006), prever a coibição e a punição dos crimes sem que sejam garantidas efetivamente condições dignas de vida também não garante o fim da violência.

Não se trata de negar a necessidade dos aparatos jurídicos frente a crescente situação de violências que muitas mulheres estão expostas, mas entender que as ações legais e institucionais jamais serão suficientes, até porque constituem e são constituídas como moldura de quadro

² Rolnik (2018) afirma que circula em nosso meio discursos que desqualificam e inferiorizam as mulheres, reservando a elas o papel de coadjuvantes nos cenários públicos e privados. Uma ordem discursiva perversa colocada em jogo pelas macropolíticas neoliberais e neoconservadoras que absorve um grande número de adeptos.

social e cultural que preserva o patriarcado como normalidade, o que legitima a dominação masculina sobre as mulheres e gera efeitos nos modos como aprendemos e nomeamos as diferenças de gênero.

Portanto, apesar de todas as lutas e reivindicações sociais, as mulheres continuam sendo afetadas por violências. Em nossa região ainda prevalece uma cultura patriarcal e machista que legitima o poder masculino e que, de certo modo, obscurece e naturaliza atos violentos contra mulheres. Violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais praticadas às mulheres, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos, acontecem de modo explícito ou velado. A violência praticada contra mulheres torna-se apenas mais uma estatística banalizada e, até mesmo, naturalizada pela cultura patriarcal e o neoconservadorismo que reforça a dominação masculina sob os corpos e as vidas de mulheres.

Há uma diferença fundamental entre os combates macro e micropolítico em suas respectivas abordagens das relações de poder: se a operação de resistência macropolítica visa redistribuir os lugares no interior das relações de poder, a operação de insubordinação própria da esfera micropolítica visa, diferentemente, desmanchar tais relações, dissolvendo seus personagens, seus respectivos papéis e a própria cena. Combater a cafetinagem da pulsão, medula do inconsciente colonial-capitalístico, implica construir para si um outro corpo, abandonando a carapaça de um corpo estruturado na dinâmica do abuso. E se esse combate se dá por afirmação e não por oposição, como é o caso na esfera macropolítica, é porque a diferenciação entre o pessoal e o extrapessoal não é dialética, mas paradoxal, e enfrentá-la implica ações afirmativas de um devir-outro dos personagens na cena das relações de poder. Em última análise, cada gesto de insurreição micropolítica é, nele mesmo, um movimento de ressurreição da vida (ROLNIK, 2018).

É pela construção de movimentos organizados que se opera a insurreição macropolítica, Construção do comum que coopera na insurgência micropolítica, quando agentes de ambas esferas se aproximam via ressonância intensiva por frequências de afetos (emoções vitais). Trata-se de tecer múltiplas redes de conexão e colaboração entre subjetividades e grupos que estejam vivendo situações distintas, com experiências e linguagens singulares, cujo elemento de união são “embriões de mundo que habitam”, impondo a urgência da criação de mundos outros, vidas outras. É indispensável e inadiável que a mulher se insurja contra a desigualdade de gênero. No entanto, se buscamos sair da situação subalternidade insurgindo-nos apenas na esfera macropolítica, nada garante que a subjetividade recupere sua plena existência, isso depende de como nos apropriamos da pulsão vital. Da mesma forma, se a insurreição não acontece na esfera micropolítica, é provável que continuemos dependentes do poder-saber

patriarcal e cativas do abuso machista, à medida que só concebemos nossa existência desse modo. Em outras palavras, a transformação vem da esfera micropolítica à macropolítica e vice-versa, em que deixamos de ser prisioneiras de uma lógica de oposição ao homem.

Importante frisar que diante da angústia que a desestabilização da cena machista provoca no homem, na qual ele tinha seu lugar garantido e podia repetir seu personagem *ad infinitum*, são várias suas possíveis respostas. E nesse caso, o(s) novo(s) personagem (ns) da mulher, por sua vez, tenderá(rão) a se transformar a partir dos afetos dessa nova dinâmica de interação e assim por diante. Nessa dança, pode surgir um novo roteiro, no qual a política do desejo que orienta os personagens e a dinâmica de sua relação já não estejam submetidas ao inconsciente colonial-cafetinístico, levando à formação de um outro regime de inconsciente e à consequente instauração de novas cenas na paisagem social, já distantes do machismo (ROLNIK, 2018).

Mas é óbvio que o cancelamento do teatro machista e a impossibilidade do personagem masculino exercer domínio, pode levá-lo a uma resposta reativa, violenta, movida por sua exasperada vontade de conservar a cena e seu personagem a qualquer preço, por medo de colapsar. É esta, infelizmente, a tendência que vem, não só prevalecendo, mas, expandindo-se nos últimos tempos. Uma de suas manifestações mais óbvias é justamente o espantoso aumento do número de feminicídios, à medida que avança a insurgência feminista, principalmente nas regiões das ex-colônias, como a América Latina e a África – fenômeno que participa do conjunto de situações deflagradoras do *tsunami* do conservadorismo, cada vez mais tacanho e cruel e que tem devastado o planeta (ROLNIK, 2018).

O objetivo é criar instrumentos pragmáticos e conceituais adequados para a descolonização do inconsciente. E essa tarefa impõe-se hoje com máxima urgência. Diante dessa emergência, percebo que um grande passo a ser dado refere-se a desconstrução de discursos que governam condutas de homens e mulheres presos às relações de poder-saber do patriarcado e do machismo.

Na constituição de relações de gêneros, ainda que nem sempre de forma evidente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação das formas de viver seus corpos e prazeres. Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa, experimentamos a censura e o controle. E, acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política (LOURO, 2000).

Todas essas questões mostram que aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos.

Assim, são categorizados gêneros e sexualidades, são estabelecidas divisões e rótulos que nomeiam identidades de formas explícitas, sutis ou violentas. Corpos femininos e masculinos são educados desde as infâncias por discursos e relações de poder-saber heteronormativas e patriarcais que acabam por naturalizar posições de dependência e desigualdade entre os gêneros, processos de subjetivação que resultam de tecnologias de governo de si e dos outros, guiadas pelo disciplinamento e normalização, reforçam desigualdades hierarquicamente distribuídas nos espaços públicos e privados.



Fonte: Revista Alegrar, n. 26, ago/dez. 2020

*Somos desfeitos uns pelos outros.
E se não o somos, falta algo em nós.*

Judith Butler- Vida precária

5 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Muitas mulheres aprendem, por muito tempo, a calar, a sufocar suas dores, descontentamentos e angústias. Outras aprendem a soltar sua voz e lutar por si e muitas outras que permanecem caladas. Escrever também é uma forma de lutar.

Movida pelo desejo de fazer da escrita minha arma no combate às forças de morte que, em nossos tempos, emudecem e violentam mulheres, trago, nesta escrita, a violência contra as mulheres como efeito do engendramento do aparato jurídico e da cultura patriarcal, por entender que esses dispositivos agem, simultaneamente, na regulação da vida das populações e no governo dos corpos de homens e mulheres.

Patriarcado fortalecido pelos movimentos neoconservadores que defendem a desigualdade de gênero e a subalternidade das mulheres como condições naturais, já que a elas cabe ocuparem o espaço privado e a vida familiar, enquanto que os espaços públicos e de comando seriam mais apropriados aos homens. Ordem discursiva demarcada pela posição privilegiada do homem branco, heterossexual, de classe média, que foi construída, historicamente, como a identidade referência. Segue-se que todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem, não estão revestidas de legitimidade.

Resulta que as relações de gênero na cultura patriarcal são guiadas por uma espécie de lógica que, se poderia dizer, invisível e insidiosa, pois, não emana de um único lugar, nem sempre é enunciada por um soberano, mas, está em toda parte. Expressa-se por meio de julgamentos, recomendações, repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos/as sujeitos envolvidos/as nessas relações. Assim, institui-se um padrão normalizador que, constantemente reiterado, acaba por tornar-se onipresente. Daí porque a norma se naturaliza e se faz penetrante (LOURO, 2008).

Segundo Foucault (2006) o surgimento e funcionamento do aparato jurídico se dá por meio do poder pastoral e do fortalecimento das instituições que o exercem, o que permitiu o desenvolvimento das ciências do homem. Nesse sentido, na chamada sociedade de soberania, o poder era, antes de tudo, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos através da disciplina. Na contemporaneidade, o poder jurídico tem funcionado como moldura de regulação da vida das populações. As novas formas do poder concernem, precisamente, à biopolítica, privilégio de se apoderar da vida, causar a morte ou deixar viver (FOUCAULT, 2008).

O aparato jurídico que toma como referência valores morais burgueses e cristãos, favorece a cristalização das posições desiguais de gênero, naturalizando a cultura patriarcal. Entram em ação relações de poder-saber que envolvem as questões de gênero via legislação e

ações judiciais que visam coibir agressões efetuadas contra mulheres, como os feminicídios.

Considero que a descolonização dos corpos e existência das mulheres prescinde da multiplicação e intensificação de forças que desnaturalizem a ordem social, cultural e jurídica, pois essas conformam as relações e modos de vida na atual conjuntura. Encontrar caminhos alternativos requer desterritorializar e criar novas relações com pessoas, instituições e acontecimentos para escapar da estrutura patriarcal (SANTINI; CAMELIER, 2015).

Por isso, o que se segue neste texto é a discussão da correlação entre os dispositivos jurídicos, a cultura patriarcal e os agenciamentos engendrados para manutenção dos regimes de verdade que regulam e conformam a ordem estabelecida.

5.1 O Aparato Jurídico no Enfrentamento à Violência

No livro “A verdade e as formas jurídicas”, Foucault (2002), por meio de conferências, analisa as contingências históricas em que, nas culturas ocidentais, o discurso jurídico constituiu-se enquanto domínio de poder-saber que regula as práticas sociais. O objetivo das suas pesquisas foi mostrar como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos. Trata-se do surgimento do sujeito de conhecimento (saber homem) via a história dos domínios científicos que regulam as relações sociais, mediante práticas de controle e da vigilância, condições históricas sob as quais a verdade jurídica aparece.

Assim, explica Foucault (2002, p. 17): “O conhecimento não é instintivo, é contra-instintivo, bem como ele não é natural, é contra-natural”. Entendimento que o leva a afirmar: “As condições políticas, econômicas, de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade”.

Pontua, Castro (2016) que todo o trabalho de Foucault poderia ser visto como uma análise filosófica-histórica das práticas de subjetivação. Nesse sentido, refere que não é o poder e nem o saber, mas o sujeito que constitui o tema geral de investigações do filósofo. Essas práticas de subjetivação, são também formas de objetivação, isto é, dos modos em que o sujeito foi objeto de saber e de poder, para si e para os outros.

Castro (2016) refere que do mesmo modo que não há como supor um indivíduo natural para explicar como se converte em sujeito jurídico, sujeito de direitos e, por conseguinte, como se gera o soberano e o Estado. A individualidade não é algo passivo, dado de antemão, sobre a

qual se aplica o poder, pois o indivíduo é, ao mesmo tempo, receptor e emissor de poder. Portanto, as práticas jurídicas assumem o estatuto de verdade que condiciona existências humanas, domínio de saber-poder que engendra em cada época e sociedade, regimes de verdade e formas de governar a vida social e individual.

As formas jurídicas contribuiram para o entendimento de que a verdade jurídica é produto de um contexto histórico e social, assim, não é universal e incontestável, tendo em vista que varia de acordo com o paradigma vigente. Isso mostra que toda relação social e produção da verdade está ligada ao poder. Logo, o direito enquanto resultado das relações sociais deixa de ser imparcial ou isento. O discurso jurídico é fruto das práticas do poder presentes no contexto social e influencia na sua produção.

Quando se fala sobre igualdade jurídica, reporta-se, de imediato, às garantias constitucionais que servem de parâmetro para a administração político-jurídica nos Estados Modernos. Nesse contexto, Foucault (1987), observa que as diversas instituições da modernidade em suas estruturas organizacionais e nos modelos culturais que as condicionam, desenvolvem elementos de um pacto social que afirma a garantia da igualdade entre indivíduos que vivem em condições desiguais. Nas diversas instituições disciplinares, funcionam regimes punitivos que têm a função de dirimir os pretensos desvios de conduta e afastar da vida social aqueles que não se enquadram no que prescreve as normas. Foucault (1987) refere que se trata de uma “sanção normalizadora” onde:

A sanção recebida pelo sujeito seria sua “adequação” ao conjunto de regras e comportamentos esperados e previstos, valorizados dentro dessa necessidade de homogeneização. Neste sentido fala-se em positividade da norma, a qual não produziria um sofrimento, uma expiação diretamente, mas se voltaria às condutas, aos comportamentos a fim de conforma-los ao padrão desejável pela coletividade. (LOURENÇO, 2008, p. 9).

Segundo Rocha essa implicação antes de estabelecer uma divisão entre as condições juridicamente postas e as formas culturalmente institucionalizadas, realiza uma aproximação na qual, se existe uma política ao nível de visibilidade das instituições que visam à sujeição do corpo e das subjetividades de forma mútua, então, “ali se encontra igualmente um direito de julgar e punir – e qualquer ação que provoque ruptura na ordem é um motivo para se julgar e punir – não um direito educacional *per se*, mas sob os auspícios da legalidade” (ROCHA, 2011, p. 47).

As práticas e os saberes jurídicos funcionam como vetores e agentes da normalização efetuados sobre a vida em sociedade. Contudo, se a utopia jurídica do Humanismo conformou

uma sociedade caracterizada por usufruir de direitos e garantias fundamentais consolidados dentro do ordenamento jurídico brasileiro, tais prerrogativas não se estenderam para todos os indivíduos, pois a disseminação da norma na sociedade ocidental não garante efetivamente um princípio de igualdade, visto que a normalização transforma o diferente em desigual.

É assim que, na ordem biopolítica contemporânea, o aparato jurídico segue servindo como vetor social e agente de normalização de relações desiguais encobertas sob uma retórica de igualdade de direitos, inclusive em relação às questões de gênero.

Nas últimas décadas, muitas foram as políticas criadas com foco na proteção à mulher em situação de violência. Um dos marcos históricos da luta pelos direitos das mulheres no plano mundial foi o Tratado sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, assinado, em 1979, na Convenção das Nações Unidas e que entrou em vigor em 1981 (BRASIL, 2002).

Desde o processo de elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), movimentos sociais de mulheres, principalmente os movimentos feministas, tem demonstrado intensa capacidade de articulação e de reivindicação de seus direitos. Mas ainda se observa, em pleno século XXI, que a desigualdade de gênero segue gritante no mundo todo.

No Brasil, o aparato legal de combate à violência contra mulheres é formado, principalmente, pelas Leis Federais 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha e Lei 13.104/2015, chamada Lei do Feminicídio. Na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) considera-se como “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Já na Lei nº 13.104/2015 define-se o feminicídio como crimes perpetrados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, ou seja, aqueles que envolvem violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Percebo que há uma diferença entre as leis em relação aos discursos da violência contra as mulheres. Enquanto a Lei Maria da Penha aponta para um espaço circunscrito das relações intrafamiliares, a Lei do Feminicídio apresenta uma perspectiva mais ampla de ocorrência da violência que extrapola o âmbito privado dos espaços domésticos. De certo modo, pode-se considerar que há um avanço no entendimento de que as mulheres passaram a ocupar importantes posições nos espaços públicos e sociais, porém, isto não as impede de serem alvo de diferentes formas de violência.

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, é um dos dispositivos jurídicos que age no processo constitutivo de produção da mulher como “sujeito de direitos e vítima das violências” ocorridas dentro dos lares e em outros espaços institucionais. Criada com o intuito

de resguardar e amparar os direitos das mulheres, a lei prevê e estabelece ações e mecanismos para coibir a violência, seja ela doméstica, quando envolvem pessoas que tenha laços de parentesco, vínculos afetivos presentes ou passados ou que convivam na mesma casa, ou em casos em que são agredidas em seu ambiente de trabalho e na vida pública.

Neste sentido, pontua Moura (2018, p. 10) que o discurso da Lei ao “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, torna os sujeitos objetos construídos e normalizados por relações de poder-saber, a partir das tecnologias sociais baseadas no saber jurídico. Nesse ínterim, os enunciados “coibir” e “prevenir” do intradiscurso constroem efeitos de sentido de ilusão de proteção do sujeito mulher através da legislação e impedem a visão quanto aos elementos de dominação, embora sempre haja resistência, já que a violência continua existindo.

Portanto, observo que a formação discursiva jurídico-governamental prescreve um tratamento diferenciado ao sujeito mulher nos casos de violência doméstica e familiar, por estar presente uma formação discursiva do sujeito mulher como subjetividade fragilizada que necessita de proteção especial na vida social e cultural. Ademais, vejamos:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006).

Esse enunciado legal produz discursivamente modos de subjetivação do sujeito mulher como submissa e desprotegida, discriminada socialmente, que somente será protegida pelo Estado, ou seja, como uma estratégia de governamentalidade que irá suprimir as formas de discriminação (MOURA, 2018).

É necessário mencionar que a Lei Maria da Penha reconhece como obrigação do Estado garantir a segurança das mulheres nos espaços públicos e privados, ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Portanto, através do aparato jurídico, o Estado assume o papel de regular a vida social, governando as relações de gênero e instituindo um sujeito mulher, ao mesmo tempo, “vítima de violência” e “sujeito de direitos” ao afirmar que o Estado liberal deve assegurar o direito “à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2006).

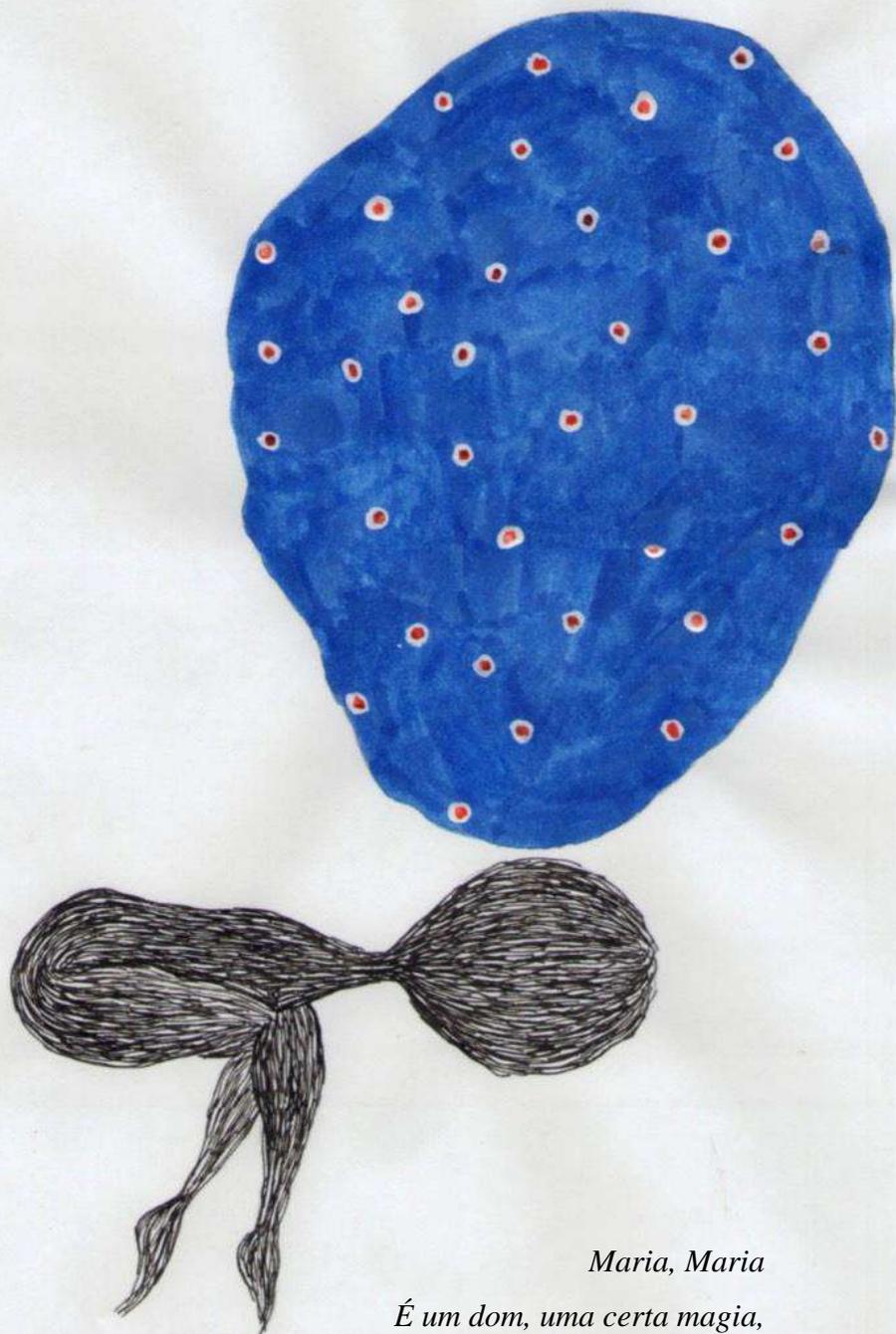
Não se trata de negar a necessidade dos aparatos jurídicos frente à crescente situação de

violência que muitas mulheres estão expostas. Contudo, não basta coibir e punir os crimes sem que sejam transformadas as culturas machistas e patriarcais que negam possibilidades às mulheres de decidirem suas próprias vidas, sem que sejam garantidas a elas condições dignas de existência, como previsto na Lei nº 11.340:

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2006).

Embora a Constituição Federal da República Brasileira (1998), assevere que “todos são iguais perante a lei”, tal enunciação acaba por ocultar as desigualdades de gênero. Ainda prevalece em nosso país a demarcação de relações binárias que atribuem posições generificadas e fortalecem a submissão das mulheres aos homens.

Daí, surge a questão ética e estética que desafia a sociedade brasileira como um todos e os profissionais das redes de atendimento e enfrentamento à violência a entenderem que verdades naturalizadas pela cultura patriarcal e machista são os principais vetores deste problema. Pois, tudo indica que insistir em mecanismos de regulação da população, inventar novas tecnologias de governo de si e dos outros, ampliar o aparato jurídico de coibição à violência, não impede que a violência se mantenha e aprofunde cada vez mais. Desnaturalizar tais discursos é o que nos cabe como indivíduos que desejam combater a violência.



*Maria, Maria
É um dom, uma certa magia,
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta.*

Milton Nascimento - Maria, Maria

6 MARIA(S) EM DEVIR

Ao dizer Marias (im)possíveis desejo multiplicar e intensificar micropolíticas de luta e de criação de forças insubmissas à ordem macropolítica de sujeição e colonização dos corpos e existências de mulheres que nos ensinam a sermos dóceis, discretas, gentis, a obedecer, desde à infância. Como dito por Louro (2008, p. 18):

Especialistas das mais diversas áreas dizem às mulheres o que vestir, como andar, o que comer (como e quando e quanto comer), o que fazer para conquistar (e para manter) um parceiro ou parceira amoroso/a, como se apresentar para conseguir um emprego (ou para ir a uma festa), como ficar de bem com a vida, como se mostrar sensual, como aparentar sucesso, como...ser.

Códigos éticos e estéticos que determinam um modo de ser e existir mulher a partir de um padrão de normalidade. Tenho claro que, a norma não emana de um único lugar, mas, em vez disso, está em toda parte, expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos/as. Ensina-nos Foucault, que a norma está inscrita entre as artes de julgar, ela é um princípio de comparação. Sabemos que tem relação com o poder, mas sua relação não se dá pelo uso da força, e sim por meio das práticas discursivas e não-discursivas presentes implícita e explicitamente na vida social. Daí porque a norma se faz penetrante, daí por que ela se naturaliza (LOURO, 2008).

De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, o padrão de normalidade cis-heteronormativo, historicamente, refere-se ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. A mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000).

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos outros/as, apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arroga-se o direito de representar as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder-saber e regimes de verdade.

Práticas guardadas na memória e na vida presente efetuam a, por meio da linguagem, a produção dos corpos e apontam as estratégias e as táticas hoje institucionalizadas das identidades sexuais e de gênero. Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia do gênero e da sexualidade, legitimando determinadas subjetividades e relações, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça, também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e negação de subjetividades (LOURO, 2000).

Assim que, nos contextos familiares tradicionais, as mulheres desempenham o papel de mãe e esposa, tendo a função de cuidar dos maridos e filhos. Aos homens cabe exercer a autoridade e prover materialmente a família. Delineia-se a função das mulheres, inclusive na submissão à autoridade do provedor. É o que nos mostra a história de Maria José no curta-metragem Vida Maria:

Figura 01: Curta-metragem Vida Maria.



Fonte: Google (2020)

Tenho me valido desse artefato cultural audiovisual e cinematográfico para fomentar interações com estudantes nas escolas que realizo intervenções educativas para tratar da temática violência contra as mulheres³. Com a exibição do curta-metragem procuro fomentar a discussão sobre as desigualdades de gênero, que naturalizam um certo modo de ser e existir mulher e que se repete do mesmo modo geração a geração. Mulheres filhas que se tornam mães

³ Tal discussão provem das reflexões acerca da minha experiência como advogada na Coordenadoria Municipal da Mulher da cidade de Bagé (RS) no ano de 2019, por meio do qual realizei diversas palestras nas escolas municipais levando informação e orientação aos estudantes das formas de prevenção para minimizar as diversas práticas de violência contra mulheres, em especial a divulgação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

e cuja vida se restringe ao espaço doméstico. Vidas destinadas ao cuidado dos outros num contexto de privação.

Nesses encontros, percebo que o curta-metragem dispara outras percepções e traz à tona formas de resistência à dominação das mulheres, contestação de direitos e conquistas alcançadas pelas lutas feministas. Contudo, os padrões heteronormativos e patriarcais não são rompidos. Pois, as escolas são alvo de políticas neoliberais e neoconservadoras que cerceiam os debates em torno da temática de gênero e sexualidade. Contudo, outros discursos não deixam de circular e colocam em xeque as práticas de governo que interditam corpos e relações afetivas consideradas fora da norma. Logo, o corpo nunca esteve tão em evidência quanto atualmente. Nunca se falou tanto em saúde, beleza, alimentação, sexualidade sob diferentes perspectivas. Nunca se deu tanto valor às relações e a conduta que temos com nosso próprio corpo, o que, no entanto, está longe de significar superação das desigualdades e injustiças.

Até porque, com Foucault é possível entender que a sujeição dos corpos e dos indivíduos tem uma história. Desde a modernidade, vários dispositivos foram operados para uma definição racional e biológica dos corpos submetidos aos processos produtivos na vida social, política e econômica. É isso que o filósofo chamou de sociedade disciplinar aliada ao biopoder. Regimes de sociabilidade em que os corpos são educados desde as infâncias por discursos e relações de poder e saber heteronormativas e patriarcais, estabelecendo o que é normal e o que anormal, culturas assentadas e reiteradas por várias instâncias.

Mas, contestadas à medida que se multiplicam outros modos de viver os gêneros e as sexualidades. Jogo de disputas que se abre a possibilidade de desconstrução da naturalização das relações heteronormativas e patriarcais. É no bojo dessas relações de poder-saber que as disputas por veracidade se intensificam entre forças reacionárias e conservadoras e forças transgressoras e desviantes de produção normalizadora de gêneros e sexualidades que encerra os corpos em unidades homogêneas e pares antagônicos. Por muitas vezes, os corpos escapam, agenciam novos desejos, novas subjetividades, outras formas de pensar e sentir a vida. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida são postos em ação, desestabilizando regimes de verdade cristalizados, uma desordem cada vez mais perturbadora.

É o que acontece, por exemplo, nas configurações familiares. As famílias mudam ao longo dos ciclos de vida de seus membros. O que é mais importante, entretanto, é que, por razões históricas e culturais, diferentes formas de vida familiar têm se constituído e o termo "família" é agora muitas vezes usado para descrever arranjos domésticos que são bastante diferentes daquela que era, num dado momento, a "norma". Surgem novas configurações:

família de pai solteiro ou de mãe solteira, dois pais, duas mães, casais homossexuais, transsexuais, entre outros arranjos familiares.

E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Há muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o, diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. Ponto de partida para o efetivo enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres, do que é ditado pela ordem do ser e existir mulher.

Estamos inconscientemente equipadas para compactuar com as formações dominantes, exercendo papéis sociais pré-estabelecidos como se fossem finalidades universais. A forma de fazer o inconsciente sair desse automatismo requer uma intervenção de desvio “provocada por um solavanco”, que permite ao desejo exprimir diferentemente no campo social. Quando o desejo logra responder ativamente ao trauma do abuso, ele se potencializa e busca agir tendo em mira a descolonização do inconsciente, procurando desviar a pulsão vital do destino no qual sua cafetinagem a mantém confinada (ROLNIK, 2018).

Ou seja, ao invés de reduzi-lo a complexos universais, termina por abri-lo para novas vias, agenciando relações econômicas e sociais, pessoas e funções, possibilitando linhas de fuga e variações. Este novo inconsciente se chama inconsciente maquínico, pois produz máquinas de desejo articuladas com o exterior de uma outra forma. Trata-se de uma individuação sem sujeito, em constante dinamismo, atravessada por fluxos semióticos e intensivos, que são a materialidade própria do desejo (SANTINI; CAMELIER, 2015).

Esse tipo de operação acontece em um nível molecular, no qual se renuncia às oposições entres os gêneros, às grandes máquinas duais, a todas as binarizações de valores (rico/pobre, forte/fraco, útil/inútil, limpo/sujo, baixo/alto, etc.); nível onde se constrói outro modo de vida, próprio e singular. Para isso, modifica-se a relação com o próprio corpo, cria-se uma nova percepção das coisas, uma nova sensibilidade e uma nova afectibilidade.

É a questão do corpo que se coloca como prioritária, porque é sobre ele, conforme Deleuze e Guattari, que incide tanto a fabricação de organismos e organizações que se opõem como também o próprio desvio. Portanto, se as formações de poder dominantes e repressivas operam estratificações de papéis, hierarquização da sociedade e codificação dos destinos, é a partir do corpo que se pode desnaturalizar esta cultura e criar linhas de fuga (SANTINI; CAMELIER, 2015).

Nas palavras de Deleuze e Guattari:

Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. Toda a crítica estruturalista da série parece inevitável. Devir não é progredir nem regredir segundo uma série. E sobretudo devir não se faz na imaginação, mesmo quando a imaginação atinge o nível cósmico ou dinâmico mais elevado, como em Jung ou Bachelard. [...] Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. Devir não certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a "parecer", nem "ser", nem "equivaler", nem "produzir". (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 18-20).

A partir do conceito de devir - imperceptível, indiscernível e impessoal - Deleuze e Guattari (2012) propõem o conceito de devir-mulher como chave para a criação de novos modos de existência. Segundo esses autores, as mulheres, enquanto “devir-minoritário”, apresentam maiores condições de transformação das subjetividades, pois não constituem o polo central de poder. Daí o entendimento de que: “[...] a sexualidade passa pelo devir-mulher do homem e pelo devir-animal do humano” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 75).

Portanto, o devir-mulher não é um recorte ou uma cópia de formas determinadas dos conjuntos molares. Não nos tornamos “como” uma mulher, uma criança ou um animal. Todo devir nunca é devir alguma coisa exterior e pré-estabelecida, conformar-se a um modelo ou fazer algo proporcional a ele. Devimos outra coisa quando uma nova forma de sentir, de experimentar e de viver se envolve na nossa, “assombrando-a e fazendo-a fugir”. Algo se modifica de maneira sutil no encontro de dois termos heterogêneos que se desterritorializam mutuamente (SANTINI; CAMELIER, 2015).

Deleuze e Guattari (2012, p. 74) apontam que “todos os devires começam e passam pelo devir-mulher”. Ele é a abertura e a chave para os outros devires (criança, animal, vegetal, mineral, imperceptível). Mas o devir-mulher deve ser compreendido em função de outra coisa: nem imitar, nem tomar a forma feminina, mas emitir partículas que entrem na zona de vizinhança de uma microfeminilidade. Isto é, produzir em nós mesmos uma mulher molecular. Criar a mulher molecular em homens e mulheres (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Qualquer movimento para fora das estruturas sociais de dominação deve começar pela sexualidade, pela saída do enquadramento dos gêneros e da organização binária dos sexos enquanto motivação ético-política contra a dominação. Os autores argumentam que a noção de “ser humano homem macho heterossexual branco adulto” é o ponto focal que estrutura o pensamento ocidental, que é excludente e repressivo em vários níveis: no nível sociopolítico, no individual e no sub-individual. E libertar-se da ordem dominante é a grande motivação ético-política que pode desencadear movimentos para além destas estruturas (SANTINI;

CAMELIER, 2015).

Desse modo, enquanto “minorias” as mulheres são forçadas a encontrar caminhos alternativos para a vida potente e o prazer. O corpo feminino é forçado a se desterritorializar e criar novas relações com pessoas, instituições e acontecimentos para não reproduzir a estrutura binária de gênero (SANTINI; CAMELIER, 2015).

Ou seja, inventando novas maneiras de pensar e de viver o corpo, nos abrimos a novas forças criadoras de vida. Arte e pensamento em uníssono. Novos cantos para novos mundos. Novos usos para as mãos, para a boca, para os ouvidos, para o corpo podem ser aprendidos e experimentados quando nos movemos em redes de afetos, de encontros que forcem a transgressão ao que violenta corpos e existências. Para isso, precisamos contar umas com as outras.



Fonte: Revista Alegrar, n. 26, ago/dez. 2020

Não mexe comigo que eu não ando só

Eu não ando só, eu não ando só

Não misturo, não me dobro

A rainha do mar

Anda de mãos dadas comigo

Me ensina o baile das ondas

Maria Bethânia - Carta de Amor

7 REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Os documentos legais aqui citados, servem de referência para indicar que é necessário enfrentar a violência de forma que contemple todas as mulheres cujos corpos são capturados pelas práticas discursivas e não-discursivas das sociedades heteronormativas e patriarcais, pois, embora o gênero seja marcador comum, há outras diferenças que influenciam e precarizam ainda mais a vida das mulheres de diferentes formas, esses combinam-se entre si e, portanto, devem ser consideradas.

Escolhi trabalhar aqui com os enunciados “violência contra mulheres” por levar em conta as críticas que as teorias feministas elaboraram sobre a categoria gênero, optando pela estratégia política de utilização da categoria mulheres para contemplar de forma interseccional diversos marcadores sociais e culturais - étnico-raciais, geracionais, renda familiar e escolaridade – que acabam por incidir de modo singular na vida de cada mulher.

Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, o que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas (BANDEIRA, 2014).

Entendo que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e cenários específicos da vida. As ações violentas incidem de diferentes modos sobre as mulheres, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Um avanço no combate à violência doméstica foi a implantação, nos anos 1980, das Delegacias de Atendimento à Mulher. Embora essas Delegacias tenham se concentrado no Estado de São Paulo e nas capitais propiciaram um “incremento de registro de ocorrências policiais em todo o Brasil” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008, p. 268).

Em se tratando de políticas para as mulheres, é importante entender que a rede de enfrentamento difere da rede de atendimento, mas que ambas se complementam. A conceituação diferenciada se dá por conta da atuação e ações depreendidas de cada uma. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres:

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e

de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. [...] Já a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. (BRASIL, 2011, p. 13-14).

Em outras palavras, as redes de atendimento têm sido utilizadas como estratégias para articulação e busca de soluções que atendam as necessidades das mulheres em situação de violência. Mais ampla que a rede de atendimento, a rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência corresponde à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Também é incumbência do Estado, adotar políticas de investimento na capacitação dos profissionais que atuam no combate à violência em unidades especializadas. Torna-se essencial que os profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência tenham conhecimento das relações de gênero e da violação dos direitos humanos. E essa qualificação requer urgência, dada a alta incidência de violências contra mulheres em suas diversas expressões.

A capacitação dos profissionais da Polícia Civil e Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Poder Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública, é um desdobramento da legislação que qualifica o atendimento às mulheres que necessitam recorrer a esses serviços. Pois, é inadmissível a consideração da violência doméstica como algo natural ou mera desavença entre casais. No âmbito governamental, destacam-se os principais órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência:

Figura 02: Rede de atendimento às mulheres em situação de violência.



Fonte: Autora (2021)

O Centro de Referência à Mulher tem por finalidade realizar o atendimento às mulheres agredidas, que sofreram violência física, moral, patrimonial, sexual e/ou psicológica. Para realizar o atendimento, o Centro de Referência à Mulher conta com uma equipe interdisciplinar, com profissionais de diversas áreas, como: psicólogos/as, assistente social, advogados/as, entre outros/as.

O foco da intervenção do Centro de Referência à Mulher é prevenir futuras agressões e promover a interrupção do ciclo de violência. Não é função registrar denúncia, pois exerce um papel de articulador entre as instituições e serviços que integram a rede de atendimento de mulheres em situação de violência. Assim, ensina Moura:

Os Centros de Referência funcionam como um elo entre as mulheres vítimas de violência e todas as políticas sociais do Estado e do Município, e estes encaminham às vítimas para serem incluídas nos diversos programas de capacitação profissionais e geração de renda. Também viabilizam o encaminhamento das vítimas para atendimento na rede de saúde quando estas necessitam de assistência médica após a violência, como para a realização da profilaxia para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, bem como na anticoncepção de emergência, quando foi praticada violência sexual. (MOURA, 2018, p. 91).

Um dos órgãos da Segurança Pública que integra a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é a Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar. Conforme preceitua

Gerhard:

O objetivo da Patrulha Maria da Penha é, através de fiscalizações sistemáticas, preencher a lacuna existente entre a medida protetiva de urgência solicitada pela vítima e o efetivo cumprimento desta pelo seu agressor. A fiscalização dessas medidas protetivas pela Patrulha Maria da Penha acontece a partir da colaboração da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), que repassa todas as ocorrências registradas com as Medidas Protetivas de Urgência solicitadas pelas vítimas, antes mesmo de estas serem encaminhadas e concedidas pelo juizado especial. A partir das informações da DEAM, é confeccionado um roteiro de visitas a ser cumprido pelos policiais militares e patrulheiros. A justificativa para acompanhar-se a vítima antes mesmo do deferimento por parte do juiz é a vulnerabilidade em que as vítimas se encontram logo após terem denunciado o agressor, terem requerido a representação contra o agressor e solicitado a Medida Protetiva de Urgência. (GERHARD, 2014, p. 87).

Por sua vez, as Casas Abrigo são equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência, que acolhem mulheres que correm grave risco de morte. Trata-se de um serviço sigiloso e temporário onde as mulheres permanecem por um período determinado, e possuem como objetivo garantir a integridade física e psicológica das vítimas e de filhos e filhas de menor idade (MOURA, 2018).

As Delegacias Especializadas, os Centros de Referência e as Casas Abrigo devem atuar em ações integradas com outras instituições, o poder público e a sociedade civil de modo que as políticas públicas de enfrentamento às violências e proteção dos direitos das mulheres possam se efetivar plenamente em todos os entes federados e nos municípios. Cabe então, observar a atuação de cada órgão que compõe a rede nos diferentes contextos do território nacional, como o trazido nesta pesquisa sobre o trabalho da Coordenadoria Municipal da Mulher no município de Bagé (RS).

7.1 A Coordenadoria Municipal da Mulher de Bagé (RS)

A materialização dos pressupostos de trabalho em rede é um grande desafio no que tange a horizontalidade entre diferentes políticas e setores. Como possibilidade, destaca-se a articulação do trabalho de diferentes áreas de formação e atuação profissional no atendimento à complexidade das demandas trazidas por mulheres em situação de violência.

Na cidade de Bagé (RS), a Coordenadoria Municipal da Mulher é vinculada a Secretaria de Assistência Social, Habitação e Direitos dos Idosos da Prefeitura Municipal de Bagé (RS) e, se destina à criação de programas, projetos, ações e coordenação da rede de atendimento e enfrentamento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Cabe destacar que o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRM) foi

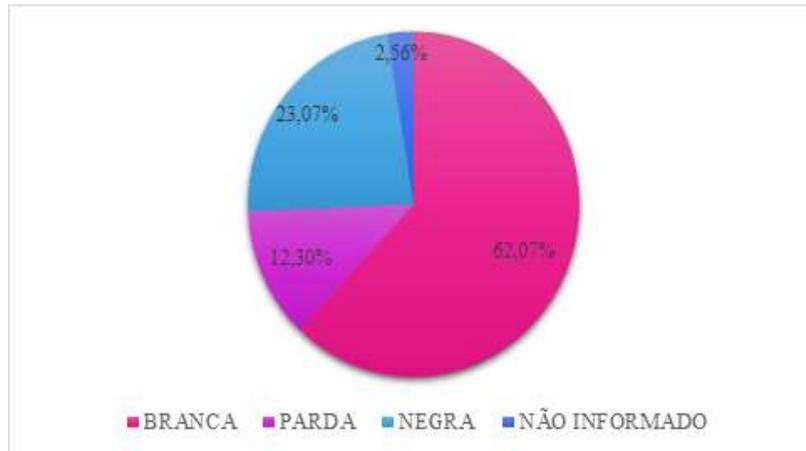
implementado pela Coordenadoria Municipal da Mulher de Bagé, sendo um espaço de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico às mulheres em situação de violência. As mulheres podem chegar até o CRM por encaminhamento da rede ou por demanda espontânea.

Com a pesquisa, busquei compreender como funciona a rede de atendimento às mulheres em situação de violência em âmbito local; que atravessamentos são constituídos nestas tramas; como as mulheres são subjetivadas pelas/nas práticas discursivas e não-discursivas da rede no que tange a produção de um sujeito mulher “vítima de violência”, tendo por base as narrativas das profissionais que prestam esse atendimento e o que dizem as próprias mulheres sobre si mesmas.

Minha experiência na Coordenadoria Municipal da Mulher suscitou várias indagações sobre as práticas ocorridas no atendimento às mulheres que recorrem a esse órgão. No que tange ao suporte jurídico, prestei atendimento às mulheres que recorreram à CMM, no ano de 2019. Foram 382 consultas registradas, 24 visitas domiciliares, 75 diligências (15 na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento - DPPA; 11 na DEAM; 16 no Fórum; 9 na Defensoria Pública do Estado; 5 no Ministério Público; 2 no Conselho Tutelar; 1 no Presídio; 10 na Casa Abrigo; 6 no Posto de Saúde). Além destes atendimentos específicos, colaborei em 71 ações educativas da CMM que aconteceram nas escolas, nos bairros, nas emissoras de TV, jornal e rádio locais e outros diversos espaços públicos onde se desenvolveram campanhas de esclarecimento e prevenção à violência contra mulheres.

Durante minha atuação na CMM, percebi que, mesmo com os atendimentos prestados e as medidas protetivas adotadas, as violências físicas, psicológicas, institucionais, não cessam. Observei que muitas mulheres retornavam à Coordenadoria em razão da reincidência de situações de violência. Recorrência que me instigou a pensar que elementos intervêm nesta problemática. Para dar conta da complexidade do problema, criei uma ficha para registro dos casos atendidos onde eram informados dados a respeito de marcadores étnico-raciais, geracionais, renda familiar, localidade de origem, estado civil, condição de maternidade, formas de violência ocorridas e escolaridade. A partir daí, tracei relações entre esses elementos no intuito de entender a reincidência dos casos de violência contra mulheres em âmbito local.

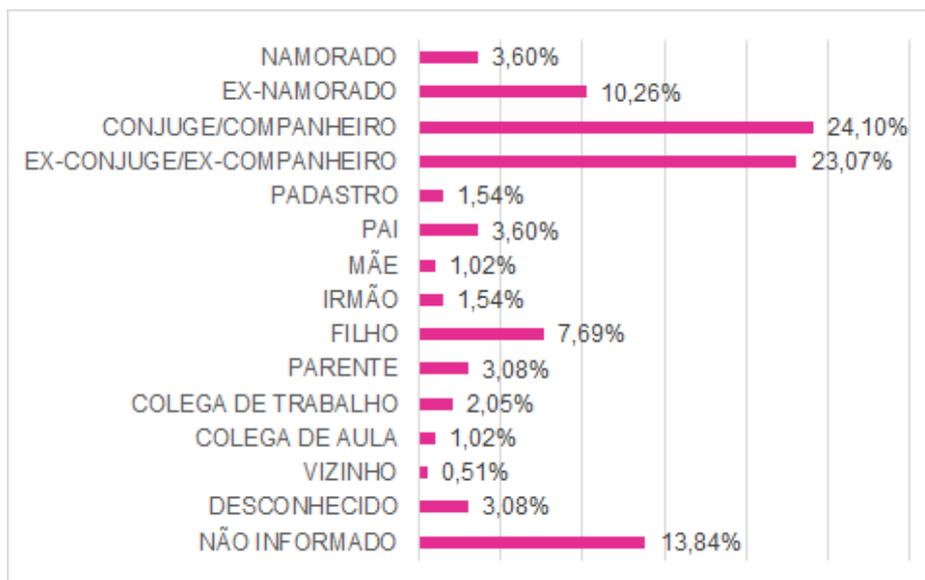
Figura 03: Marcadores étnico-raciais das mulheres atendidas na CMM.



Fonte: Autora (2019)

O gráfico mostra que, do total de 195 (cento e noventa e cinco) casos atendidos na CMM, a maioria das mulheres se autoidentificavam como brancas (62,07%). Contudo, há que se ponderar que tal indício não é suficiente para afirmar que a violência seja praticada com mais incidência contra mulheres brancas. É preciso levar em conta que, na formação étnico-racial do município de Bagé (RS), predomina a população branca. Além disso, suponho que muitas delas não se declaram negras por razões de discriminação racial que, de modo explícito ou velado, mantém-se presente em nossa sociedade.

Figura 04: Quem são os praticantes da violência contra as mulheres atendidas na CMM?

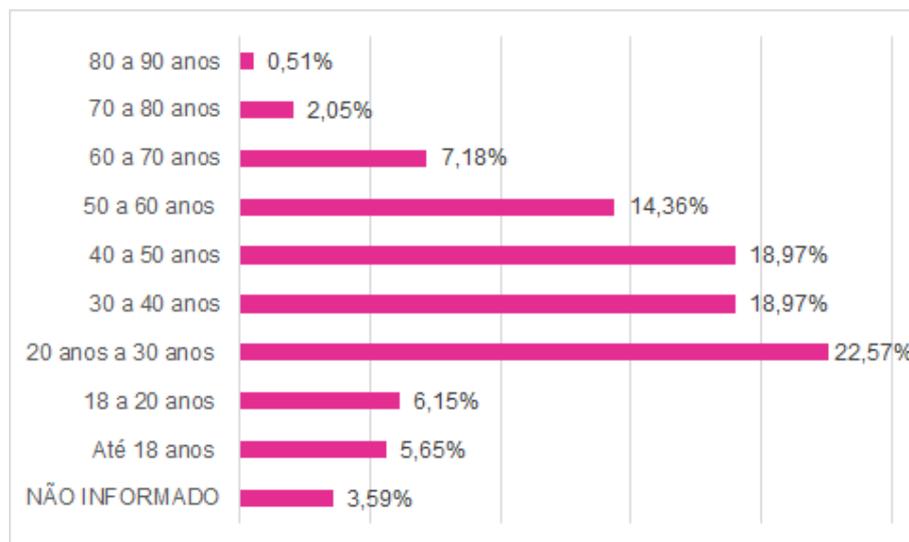


Fonte: Autora (2019)

A violência praticada por maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, como mostra o gráfico, é a que apresenta maior incidência (61,03%), Também apareceram as figuras do pai, padrasto, irmão e filho como agressores, o que leva-me a afirmar que a cultura patriarcal e heteronormativa está presente na nossa região, pois prepondera ainda o abuso do poder dos homens nas relações familiares e afetivas. As mulheres tendem a encarar as agressões como algo passageiro, uma espécie de “sacrifício” a ser suportado para o “bem da família”, algo que poderá ser superado, devendo manter o casamento ou relacionamento a qualquer custo.

As maiores demandas por atendimento são de mulheres na faixa etária dos 20 (vinte) aos 30 (trinta) anos, porém não é baixo o índice de mulheres com mais de 50 anos que recorrem a Coordenadoria, como indica o gráfico:

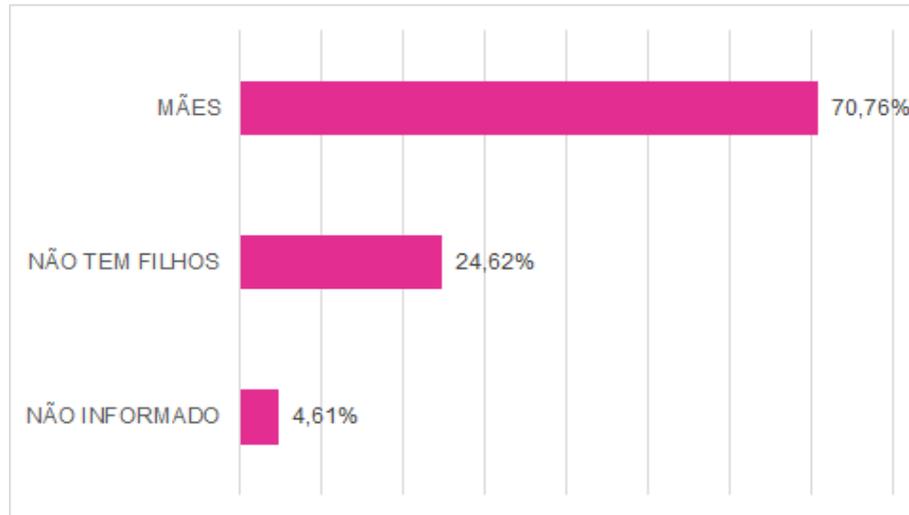
Figura 05: Dados geracionais das mulheres atendidas na CMM.



Fonte: Autora (2019)

Estes dados são preocupantes, porque demonstram que os relacionamentos entre casais começam precocemente e acontecem em relações de violência, sendo que, no caso das mulheres idosas, cuja faixa etária corresponde a mais de 60 anos, são os filhos que assumem esse papel de agressores. São mulheres cuja função social é, ainda, exclusivamente a de ser esposa, dona de casa e mãe, assim mostra o gráfico:

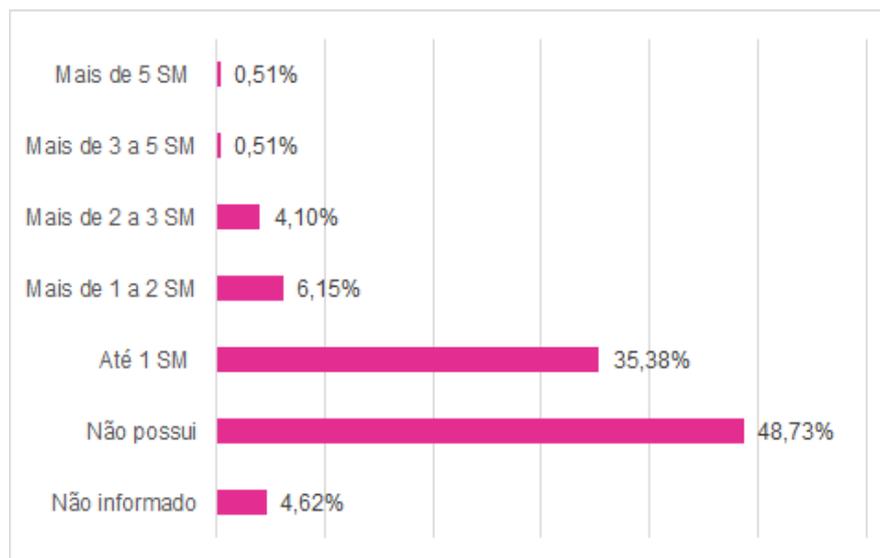
Figura 06: Condição de maternidade das mulheres atendidas na CMM.



Fonte: Autora (2019)

Os dados referentes à renda confirmam a dependência econômica da maioria das mulheres em relação a outras pessoas com as quais convivem (48,73% não possui renda própria) o que as tornam ainda mais vulneráveis. E mesmo aquelas que possuem uma renda baixa (35,38% recebe até um salário mínimo), em muitos casos, esses valores referem-se à pensão alimentícia ou outros programas governamentais destinados aos filhos.

Figura 07: Renda familiar das mulheres atendidas na CMM.

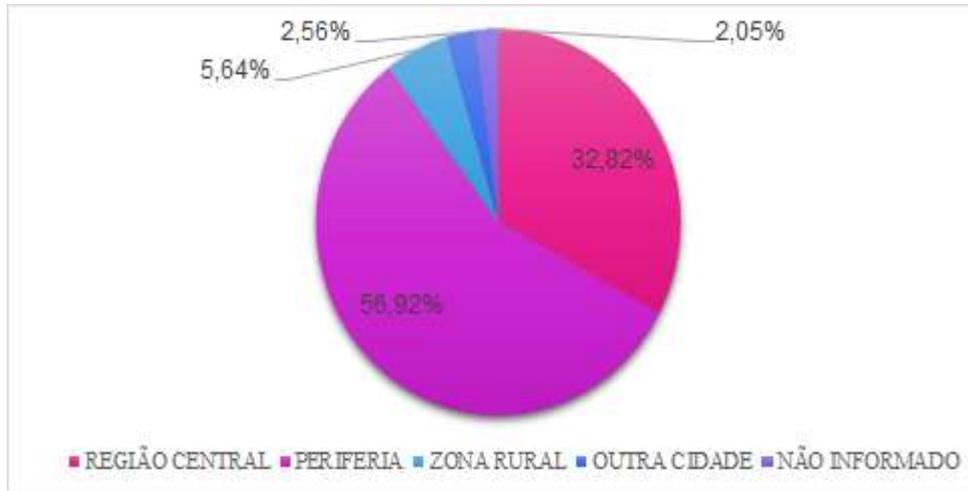


Fonte: Autora (2019)

Os dados mostraram também que a maioria das mulheres atendidas na CMM, no ano de

2019, residiam nas áreas periféricas da cidade (56,92%).

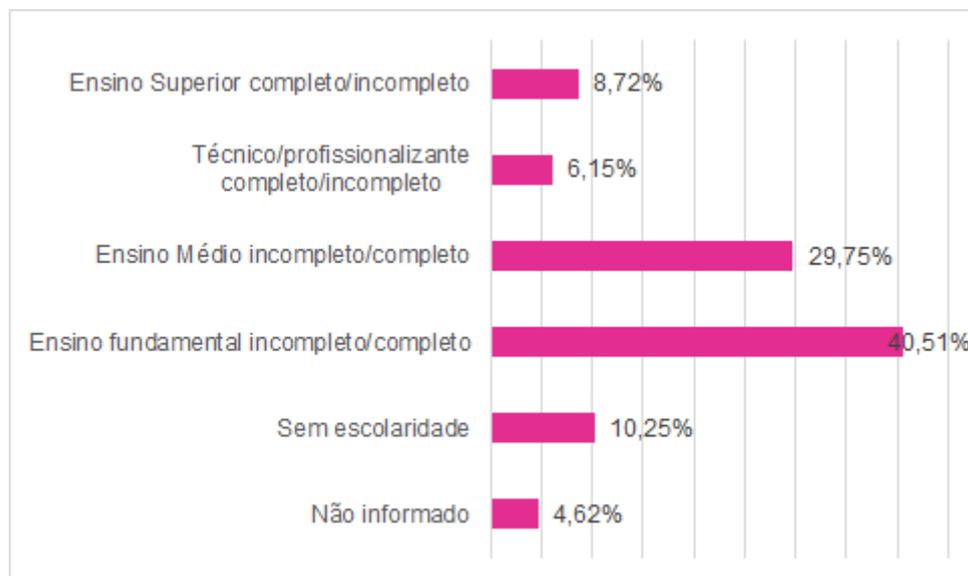
Figura 08: Bairros em que residem as mulheres atendidas na CMM.



Fonte: Autora (2019)

Mulheres das periferias que estão sujeitas à violência e que se mantêm presas a essa situação em decorrência da dependência econômica, como mostra o gráfico a seguir, possuem baixo nível de escolaridade (40,51% Ensino fundamental incompleto/completo; 10,25% sem escolaridade), portanto, a inserção no mercado de trabalho se torna mais difícil, a tendência é, quando conseguem emprego, desempenharem atividades de baixa remuneração ou ocuparem o mercado informal.

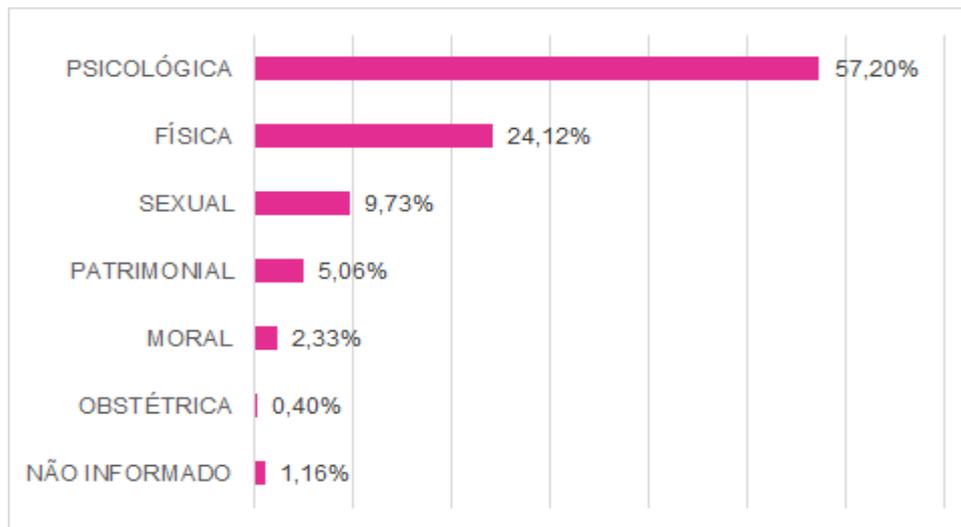
Figura 09: Nível de escolaridade das mulheres atendidas na CMM.



Fonte: Autora (2019)

Contudo, um número significativo delas já ascendeu ao ensino superior. Causa estranheza que mulheres, mesmo tendo alcançado um nível mais elevado de formação, ainda se envolvam em relações de violência de gênero, manifestada com mais frequência, em forma de agressão psicológica acontece com mais frequência, o que é indicado abaixo:

Figura 10: Formas de violência sofridas pelas mulheres atendidas na CMM.



Fonte: Autora (2019)

Violências físicas, sexuais, emocionais e morais não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero e, mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e a posição reservada às mulheres de sujeição ao domínio da cultura patriarcal. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mas do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência (SAFFIOTI, 2015).

Cabe ressaltar que, em nossa região, prevalece a cultura patriarcal e machista que legitima o poder masculino o que obscurece e naturaliza atos violentos contra mulheres. As desigualdades de gênero estão associadas a outros marcadores culturais, como as diferenças étnico-raciais, geracionais, escolaridade e renda. O que prende as mulheres à situação de subalternidade, própria da cultura patriarcal.

Passo, então, a analisar as circunstâncias em que mulheres são afetadas pela violência e as práticas discursivas presentes nas narrativas de profissionais que prestam atendimento às mulheres em situação de violência no contexto local, bem como os depoimentos de mulheres atendidas nas instituições que compõem a rede de proteção aos direitos das mulheres.

7.1.1 O que dizem Profissionais da Rede

As profissionais entrevistadas afirmaram a importância do trabalho que desempenham na rede de atendimento e enfrentamento à violência, algumas avaliam positivamente o andamento das ações, enquanto outras apontam fragilidades, mas todas destacam a necessidade de articulação dos distintos setores e agentes envolvidos no trabalho multidisciplinar:

*“Enquanto estivemos na Coordenadoria da Mulher a ideia do atendimento multidisciplinar e a discussão entre uma equipe técnica comprometida com profissionais engajados e politicamente articulados com relação às políticas públicas que eu me refiro, não a política em si, mas tendo consciência da **necessidade da articulação de rede entre profissionais da área jurídica, da assistência social e psicologia foram determinantes para que nós pudéssemos articular tanto a rede do sistema jurídico, no serviço social e do psicológico junto à casa de proteção à mulher. Acredito no serviço da rede, acredito no trabalho dos profissionais que se propõem a trabalhar de forma séria com a causa (...) no Hospital Universitário, na Santa Casa, na DEAM, na DPPA, na Brigada Militar, a/o Policial da Patrulha Maria da Penha, as pessoas sabem, sabem que existe um trabalho e que isso está articulado (...) Mas isso precisa melhorar muito, precisa melhorar um atendimento na linha de frente, nos postos de saúde, precisam de práticas profiláticas para que isso ah vamos falar sobre violência de gênero, violência contra a mulher sobre esse tipo de piada constrangedora, uma mudança cultural e isso vai levar tempo? vai levar”** (Psicóloga). **“A rede é um trabalho importantíssimo, não funciona se não tiver a parceria, se não tiver o apoio entre, Município, Estado, Poder Judiciário porque através desse trabalho multidisciplinar que conseguiremos realmente obter êxito nesse atendimento (...) Então existem inúmeros casos e acredito muito na prevenção. Eu acredito que a realidade para que seja enfrentada e que caíam as estatísticas e diminuam esses dados precisaria ter um trabalho de comunicação não violenta, de um trabalho que realmente existissem a prevenção, orientação, a conscientização para que seja houvesse um rompimento de ciclos e que as mulheres e também os homens pudessem se apropriar e entender muitos contextos para gerenciar de uma melhor maneira”** (Policial Militar). **“O trabalho na Delegacia da Mulher é fundamental, mas nós não faríamos nada sem***

o trabalho, as políticas públicas como a Coordenadoria da Mulher, a Brigada Militar através da Patrulha Maria da Penha, enfim. Todas essas outras peças que são fundamentais para que o trabalho funcione. Depois o Ministério Público, o Judiciário. O que eu entendo é que a Polícia Civil, a Delegacia e aqui nós estamos falando da violência doméstica contra a mulher a DEAM é a primeira porta, é a porta de entrada, é onde as mulheres vão em primeiro lugar. Às vezes elas podem até ir no Ministério Público né, podem procurar a Coordenadoria e tal, mas é um caminho que é inevitável né, elas tem que passar por aqui, é onde tudo começa na fase policial e depois tem a fase judicial. Então eu acho que é um trabalho fundamental (...) Fundamental, aqui também em Bagé a gente tem um trabalho que nós só temos a falar que ele é muito bem realizado, claro que nós temos as nossas adversidades, temos problemas, temos carências, mas o trabalho é realizado e eu acho que ele é sensacional. O contato que a gente tem, com a Coordenadoria, com a Casa Abrigo, enfim. Eu vejo com bons olhos a realidade do nosso município, sei que em alguns ainda não tem esse trabalho realizado de forma tão boa. Mas eu vejo com muito bons olhos e nós da DEAM sempre que precisamos tivemos um grande apoio e resposta e isso é fundamental. Porque muitas vezes nós aqui da Delegacia não vamos conseguir fazer sem a ajuda das outras pessoas que estão também imbuídas com esse objetivo” (Delegada). “Eu acho que tem tanta coisa para andar ainda, porque a gente olha e tem um monte de sugestões de melhorias, mas a gente tá travada no sistema. O sistema é meio viciado, não sai do mesmo lugar, vai até um pedaço e não pode avançar. Um pouco cerceada nas minhas vontades de ver o crescimento de ver abranger mais a área da violência contra as mulheres. (...) Falta nas casas pessoal capacitado para trabalhar, ter esse entendimento e conhecimento do que é realmente, é muito amador, não tem nada profissional, então falta a capacitação para os funcionários, e falta na verdade uma equipe física, falta na verdade equipe técnica. Porque o que acontece é que são feitos processos seletivos e se fosse um concurso para a área realmente teria uma capacitação, elas chegam muito cruas e vão aprendendo na prática. Todo dia tem alguma falha, até na fala com as usuárias, elas não tem aquele olhar mais humanizado, ou humanizados demais, ah fiquei com pena, coitada que não vai resolver nada. A gente também tem que direcionar, então eu acho que falta mesmo capacitação para as pessoas que trabalham nessa área” (Coordenadora Casa Abrigo).

Há de se levar em conta que muitas das profissionais entrevistadas passaram a ocupar tal função por meio de contratos temporários e estão a pouco tempo atuando na rede. Fatores que podem comprometer o andamento do trabalho e minimizar a extensão do problema da violência contra mulheres em nosso contexto. Pois, ao anunciar em seus discursos que a felicidade da mulher depende de um relacionamento amoroso em que ela saiba “escolher um

bom marido” ou que saiba se desvencilhar por sua conta das relações abusivas, as profissionais que atuam na rede parecem naturalizar a cultura patriarcal e heteronormativa que estabelece a desigualdade de gênero. É o que evidenciam as falas abaixo:

*“Acredito que seja devido a todas **agressões verbais e psicológicas desde crianças, desde os primeiros relacionamentos**, relacionamento com as mães elas trazem muito e não conseguem se definir como pessoas que merecem respeito. Muitas até voltam a violência por falta de perspectiva, por entender que só tem aquela pessoa, que é o agressor muitas vezes, por não se sentirem às vezes, até pela criação, até porque toda a família dela, **na maioria a mãe enquanto mulher já sofria violência, elas procuraram aquilo ali** como se fosse, têm uma palavra que a gente diz, retrata, alguma coisa assim. **E eu acredito que elas não têm essa consciência de que eu tenho que sair, eu posso**”* (Coordenadora da Casa Abrigo). *“Eu vejo mulheres extremamente fortes e fragilizadas com relação aos seus afetos, vejo mulheres que sempre foram muito fortes e no seu processo de amadurecimento, por uma extorsão patrimonial se percebem extremamente fragilizadas. Mulheres que ocupam cargos fantásticos, **mas não possuem nenhum tipo de estabilidade emocional para orquestrar os seus amores**, seus amores são dores, então mulheres que amam demais não, são mulheres que adoeceram. Então o sofrimento psíquico é um eco do desamor, então muitas vezes as pessoas dizem “ah mas a pessoa não consegue escolher um par amoroso” se repetem. Isso se repete porque a pessoa tem um sofrimento psíquico anterior que se projeta nas suas escolhas amorosas”* (Psicóloga). *Elas não se veem como pessoas merecedoras de respeito, porque a vivência delas enquanto criança não era assim, a mulher era desvalorizada, era desrespeitada. Mas a carência, **elas jogam todas as perspectivas delas em cima de uma pessoa**, e não se enxergam como pessoas de direito e mulheres fortes que são. Mulheres que têm uma vida pela frente, que podem sonhar, porque a maioria não sonha mais, o mundo delas foi muito limitado. **Se apegam ao amor**. Eu sempre digo pra elas que não é amor, ah porque ele tinha ciúmes de mim, não ele é egoísta, é possessivo e acha que tu também é propriedade dele. Mas elas entendem na hora, mas não assimilaram, são coisas que se perpetuam por muito tempo”* (Coordenadora da Casa Abrigo).

As narrativas das profissionais da rede apontam a baixa escolaridade associada à dependência financeira e emocional como elementos determinantes da violência contra mulheres em âmbito local, como afirmado na fala:

*“As mulheres que chegam aqui, até nós, são mulheres que não tem na maioria instrução, elas dependem economicamente dos maridos/companheiros, enfim. Elas abdicaram da sua vida muitas vezes, deixaram de estudar, não trabalham porque os maridos não querem. Então o que eu noto é que na grande maioria das vezes, **as mulheres têm dificuldade de cortar***

aquele ciclo da violência justamente porque elas dependem não só economicamente, mas emocionalmente dos companheiros. Então o que a gente nota é que a grande maioria ainda tem essa questão da dificuldade de separar a sua vida e de seguir o seu caminho e muitas vezes acabam retornando e aceitando aquela realidade justamente porque elas não têm aquela independência emocional/financeira” (Delegada).

Com isso, os discursos proferidos pelas profissionais entrevistadas indicam a responsabilização das mulheres atendidas pela violação dos seus corpos. Embora atribuam importância a atuação da rede no acolhimento, orientação e acompanhamento dos casos atendidos, reforçam a ideia da mulher esposa e mãe, condição de gênero reservada ao espaço doméstico, que, quando “vítima de violência”, é capaz por si só de romper com a situação de submissão ao homem agressor e vencer por sua própria conta as dificuldades e desigualdades sociais e de gênero:

*“A ideia de trabalhar em equipe sempre foi acolher, orientar, instruir e promover um serviço de acompanhamento à **mulher vítima de violência** para que **ela pudesse sentir-se confiante e pudesse articular dentro de si recursos internos para que ela sentisse capaz de continuar, seguir adiante, sentir-se fortalecida**”* (Psicóloga). *“Nós aqui da Delegacia, nós incentivamos que ela voltasse a estudar, a gente conseguiu depois de muita luta, porque num primeiro momento a gente achou que não podia e agora ela está com uma vaga e começou um estágio aqui, justamente para que **ela siga estudando, para ela ter a independência dela, ela pretende cursar uma graduação**”* (Delegada).

Atribuir às mulheres a responsabilização da violência pela incapacidade de “escolher” seus parceiros e cônjuges, limitando a existência ao espaço doméstico e as relações matrimoniais, legítimas padrões patriarcais e heteronormativos e corrobora para a naturalização e banalização da posição de subalternidade atribuída às mulheres na vida social. A luta contra as desigualdades passa a ser um empreendimento levado a cabo pelas mulheres violentadas:

*“Eu acredito que nós possamos provocar sim debates que são necessários para despertar nas pessoas **potencialidades que elas acreditam que estavam adormecidas dentro de si**”* (Psicóloga).

Ficou evidente que as profissionais entrevistadas assumem uma posição de especialistas por se considerarem capazes de atuarem na rede de enfrentamento à violência e poder garantir a proteção aos direitos das mulheres. Posição de poder-saber que as aparta das outras mulheres. Ao falar de si, nem todas se identificam como mulheres, mas como profissionais, esposas, filhas, mães e irmãs:

“Docente acadêmica e não só como profissional, mas como pessoa” (Psicóloga). *“Acho*

que no que diz respeito ao trabalho eu me considero uma pessoa muito dedicada ao que eu faço” (Delegada).

Portanto, não percebem a desigualdade de gênero como razão da subalternidade e a vulnerabilidade de um sujeito mulher “vítima de violência” produzido e instituído pelos aparatos jurídicos e reforçado nas relações sociais pela cultural patriarcal e heteronormativa. Foucault (1999) ressalta que entre as práticas de interdição, há o ritual de verdade que confere a certos sujeitos o poder-saber de falar em nome de outros. É o que acontece quando o estatuto de verdade se sustenta na posição privilegiada de um saber científico socialmente referendado nos campos do Direito, da Psicologia, da Assistência Social, dentre outros.

Diferente das demais profissionais entrevistadas, a Policial Militar da Patrulha Maria da Penha e a Coordenadora da Casa Abrigo se autoneameiam mulheres. Enquanto a primeira afirma enfrentar a desigualdade de gênero no exercício da profissão, a outra manifesta seu engajamento na defesa dos direitos das mulheres em razão da própria experiência que viveu de violência doméstica:

*“Eu me defino sendo uma mulher, filha do e da, onde eles tiveram três filhos, sou a filha caçula deste casal. Alguém que trabalhou desde cedo. A posição **policia** **militar** **especialmente o feminino**, nós temos um desafio diário onde a nossa carreira é a grande maioria masculino e dentro da própria instituição nós **rompemos barreiras e de acordo com isso a gente supera desafios, atingir algumas metas**. E o trabalho realmente na questão de enfrentamento é atender da melhor maneira possível a mulher e os envolvidos nesse contexto todo, para que busquem realmente a liberdade e a independência” (Policial Militar). “Mais resolvida em todas as áreas né, em questão de ter conhecimento **hoje até me enxergando por ter sido vítima de alguma agressão, de ter sofrido violência psicológica e emocional, não a física, mais ciente do ocorrido comigo em algumas situações da minha vida**” (Coordenadora da Casa Abrigo).*

Por sua vez, o sujeito “mulher vítima de violência” é construído discursivamente num jogo de enunciação em que alguns discursos assumem maior veracidade que outros. Mulheres são educadas, de alguma forma, por discursos e relações de poder-saber que podem reforçar o machismo e o patriarcado, uma vez que se trata de uma ordem social e não apenas de uma situação individual ou relação conjugal.

Refere Saffioti (2015) que o sujeito mulher constituído no entrelaçamento de gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, um desses marcadores culturais estará proeminente, enquanto os demais, ainda que vivos, colocam-se à sombra do primeiro. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a

tornar-se dominante. Mulheres negras, rurais, quilombolas, indígenas, pobres, lésbicas, transexuais, entre outras, não sofrem violência da mesma forma. Logo, não há como uniformizar e nomear um sujeito mulher, ou mesmo, um coletivo de mulheres como um grupo homogêneo:

Estamos tão acostumados a ler e a ouvir discursos sobre as mulheres, em geral elaborados por mulheres, que desnudam a dominação masculina, que acusam a redução das mulheres a mero objetos sexuais, que propõem novos direitos em benefício delas – ou ainda que procuram compreender a fragilidade crescente dos casais e das famílias -, que quase nos esquecemos de perguntar se existe uma realidade das mulheres que resiste às interpretações ideológicas e às estratégias políticas. Ora, no meio deste universo embaçado por mensagens e ruídos, entendemos claramente a mensagem: “Eu sou uma mulher”, dita pura e simplesmente, mas com uma convicção manifesta; e descobrimos uma realidade que não se deixa reduzir a uma análise objetiva, tipicamente econômica, nem a uma pesquisa genealógica. (TOURAINÉ, 2010, p. 27)

Conforme Touraine (2010, p. 34) “as mulheres são desestabilizadas por uma ‘estrutura’ social, por relações de poder e instituições que lhes impõem normas, deveres e interesses”, discursos que transformaram em “natureza” o que é “um modo de existência e de funcionamento de uma sociedade dominada por homens”. Produção de uma imagem de mulher que existe por si mesma. Logo, “Responder a esta objeção é a tarefa principal de uma sociologia que hoje busca desvencilhar-se de sua definição antiga e estreita, e que não quer explicar as condutas individuais ou coletivas a não ser pela organização social, política e econômica”.

Não há uma mulher enquanto ser natural, são mulheres que lutam, que resistem, mas que também, por muitas vezes, aceitam resignadas uma posição que as impede de quebrar as amarras de uma vida precária, indigna.

*“Então o que eu percebo é que **nenhuma mulher está livre que ocorra**. E o que realmente precisa é que qualquer mulher que seja vítima seja de violência física ou de qualquer outro tipo de violência, que muitas vezes não inicia pela física ela inicia por xingamentos, por verbal, psicológica, que ela não se acanhe, que ela busque ajuda, porque não é fácil sozinha, para que ela consiga realmente romper barreiras”* (Policia! Militar). *“**Mulheres possíveis mulheres reais, todas nós somos essa multiplicidade de mulheres**. Existem campanhas e acho que essas mulheres possíveis mulheres reais somos todas sensacionais, cada uma com seu potencial, cada uma com sua história”* (Psicóloga).

Ao afirmar: “eu sou uma mulher”, cada mulher assume tal identidade, constrói sua conduta, ao mesmo tempo, esta identificação pode encobrir a pluralidade de classes, nacionalidades, etnias de distintos grupos de pertença que se interseccionam com os marcadores

de gênero. Logo, a afirmação de uma identidade universal - ser mulher - comporta uma dimensão conflitiva implícita ou explícita.

No estudo feito por Touraine (2010) por meio de entrevistas e discussões com grupos de mulheres de diferentes ambientes, idades e opiniões, o autor as identifica como pós-feministas, por considerar que elas reconhecem o êxito do feminismo como evidente, mas, em suas falas, se reportam ao presente e não ao passado, ao passo que seu olhar se dirige as formas gerais de organização social e de dominação cultural, enquanto “atrizes de suas vidas e escolhas”:

Ser mulher não é pura constatação de um estado de fato, mas a afirmação de uma vontade de ser. A grande tarefa de todas elas é o dever de ser aquilo que elas entendem por mulher. Não se trata de uma adesão a uma ideia ou a este ou àquele movimento feminista; a maioria delas tem uma imagem negativa do feminismo, justamente porque o percebem como uma forma de ação política. Definir-se como mulher significa colocar no centro da vida certo relacionamento para consigo mesma e construir uma imagem de ser como mulher. (TOURAINÉ, 2010, p. 27).

Daí que, ao se reconhecerem mulheres, a afirmação radical da conquista de tal subjetividade se evidencia:

‘Eu sou uma mulher’ nos fez aprender que não existe uma identidade entre o que cria, que ama ou que rejeita, e o eu que já está constituído e que, por consequência, é visto pelo outro e se define por suas relações com o outro. As mulheres ainda estão muito presas ao mundo feminino tal como ele foi criado pelos homens para formar um gênero, que as submeteu ao interesse superior da binaridade homem-mulher e consequentemente da heterossexualidade. Ser uma mulher para si, construir-se como mulher é, ao contrário, transformar esta mulher para o outro em mulher para si. (TOURAINÉ, 2010, p. 41).

Mulheres que não se consideram mais objetos carregados de significações impostas de fora, mas atrizes cujo objetivo principal é construir a si mesmas como atrizes, como seres livres: “Eu sou uma mulher” quer dizer: “mulher, eu tenho o direito de ser uma mulher e de dar a este personagem o conteúdo que escolhi. Esta escolha é uma prova de minha liberdade, de minha capacidade de guiar-me e de valorizar-me” (TOURAINÉ, 2010, p. 31).

Mulheres que dão um sentido ao que procuram alcançar, a construção de si mesmas, afirmam em si sua própria existência, tornam-se independentes do que é dito sobre elas, do que se impõem como verdade, buscam ultrapassar os limites dos papéis sociais e culturais de dependência e experimentar outras vidas.

Cabe ainda trazer aqui o que as mulheres que experimentaram subverter a violência, e encontraram acolhida na Casa Abrigo, dizem de si mesmas.

7.1.2 O que dizem Mulheres Acolhidas na Casa Abrigo

No dia 06 de novembro de 2020, estive na Casa Abrigo para conversar com as mulheres lá acolhidas. Neste local, as mulheres e seus filhos/as abrigados/as desfrutam de um espaço tranquilo, seguro, confortável; dispõe de condições adequadas para atender as necessidades de alimentação, vestuário e higiene, recebem o atendimento à saúde básica e o acompanhamento de profissionais que auxiliam nas atividades diárias. Um espaço de moradia provisória em que as mulheres e as crianças se sentem protegidas, mas que, sob meu ponto de vista, não chega a constituir-se como “uma casa”, pois não encontrei ali brinquedos, objetos pessoais, ou outros artefatos que conte algo mais sobre a Casa e as marcas deixadas nela por quem habitou ou habita aquele lugar, mesmo que por pouco tempo.

Figuras 11 a 14: A Casa Abrigo.



Fonte: Autora (2020)

Durante a visita que fiz, conversei com a supervisora, a monitora e duas mulheres habitantes temporárias da Casa Abrigo. Uma delas, cuja idade era 26 anos (mas sua fisionomia denotava bem mais), se identificou como mulher branca, dona de casa, solteira, e disse não ter

concluído o ensino fundamental. Estava abrigada com seus dois filhos, o menor com 1 ano e 1 mês, e o outro com 7 anos. Sua filha de 11 anos estava residindo com a tia. Quanto à situação de violência que a trouxe para a Casa, ela relatou:

“Olha eu sou mais que vencedora porque não foi a primeira vez que eu sofri isso aí, umas quatro cinco vezes já sofri isso aí. Quando eu era mais nova meu pai me correu de casa de 12 pra 13 anos, eu era uma criança e o meu primeiro filho eu perdi com 12 anos. Meus três filhos são de pais diferentes, o do bebê, um gurizinho, é desse último. A minha filha mora com a minha irmã e os dois menores estão aqui. Ele já me bateu várias vezes, mas nessa última vez ele apontou a arma de fogo para o meu filho. Mas antes disso eu aguntei né, lá em casa, dei três medida protetiva e eu não saí de casa porque a casa é da minha mãe, aí eu morava no fundo do pátio dela. Ele nunca me deu nada, nem para mim nem para o pequeno, cuidado dele desde que nasceu. Recebo o bolsa família e a pensão do meu mais velho, mas eu quero trabalhar para ajudar. E ele não aceita a separação, mas eu decidi, para que eu quero homem se não me ajuda em nada, só me atrapalha, eu não podia sair para rua, não podia vir no centro, não podia ter amigo homem e amiga mulher era pior porque ele falava que eu tava de caso com as mulheres. E eu me sinto mais que vencedora, tava junto há 3 anos, teve um ano que foi pesadelo atrás do pesadelo. Nesse último ano aí eu coloquei aparelho e foi que piorou mais de ciúmes, ele era doente. Ele trabalhava e ia posar comigo, a gente teve um mês casado, morando junto, mas não deu certo e aí eu pedi para me deixar na minha mãe, pois quando não dá certo vai cada um para o seu lado. Ele foi preso há uns dois meses, por várias outras coisas que ele tem para trás, eu não faço nem ideia, tem 43 anos e agora se juntou com a irmã da minha filha por parte de pai. Ele ainda tentou sequestrar minha filha para voltar para ele de novo, quando eu já tava aqui na casa” (Maria Luiza⁴).

A outra mulher acolhida na Casa, tinha 56 anos, apresentava mobilidade reduzida em razão de deficiência física, ocasionada por um Acidente Vascular Cerebral aos 40 anos. Mulher branca, manicure, pedicure e maquiadora, formada no magistério, porém nunca exerceu a profissão por imposição do marido. Atualmente, é divorciada, e o que a levou a buscar atendimento na Casa Abrigo foi a violência provocada pelo irmão, como dito por ela:

“No domingo que ele me bateu, ele queria meu celular porque na outra vez que ele tentou me bater eu chamei a Brigada e a policial disse para ele que se ele me bater ele ia direto para o presídio porque eu sou deficiente, eu tive um AVC e eu tenho cérebro todo errado desde 2004, uso cadeiras de rodas. A briga foi porque ele pensa que eu vou morrer em seguida então

⁴ Os nomes atribuídos às mulheres acolhidas na Casa Abrigo são fictícios.

ele tomou conta de tudo das casas do aluguel. A minha mãe era maltratada só que na época dela não podia falar. Hoje eu tava com medo, eu vi um homem sentado idêntico a ele lá na Caixa quando fui sacar meu benefício e senti um frio no corpo, mas olhei aqueles guardas e pensei não vai acontecer nada” (Maria Antônia).

Estes depoimentos mostram que as situações de violência são causadas por agressores homens que têm vínculos afetivos com as mulheres. A desigualdade de gênero é evidente e as relações de dominação patriarcal são, em grande parte, por elas naturalizadas pelo modo como se referem aos episódios recorrentes de violência e a necessidade e expectativa de uma figura masculina protetora, que ofereça a elas o carinho e o cuidado que esperam.

Não basta, porém, identificar, ou mesmo, justificar os precedentes que induzem a naturalização da violência, praticada de forma recorrente na vida social marcada pelas desigualdades de gênero que sujeita alguns grupos e sujeitos mais que outros a situações de vulnerabilidade:

[...] existe também o fato de que mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, são, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade, se não a sua concretização. Isso significa que somos constituídos politicamente em parte pela vulnerabilidade social dos nossos corpos – como um local de desejo e de vulnerabilidade física, como um local de exposição pública ao mesmo tempo assertivo e desprotegido. (BUTLER, 2019, p. 40).

Apesar das desigualdades que tornam alguns segmentos mais vulneráveis que outros, estamos todos/as expostos/as e, por muitas vezes, somos cúmplices da violência à medida que ela funciona como dimensão da vida coletiva e comunitária na qual a vulnerabilidade humana está presente. Nesta situação, cabe pensar: “o que conta como humano? Quais vidas contam como vidas?” (BUTLER, 2019, p. 40).

Tomar o problema como uma definição que delimita as descrições de “agressor” ou “vítima”, é um modo de legitimar o enquadramento legal, o qual, nos “arranca de nós mesmos, nos prendem a outros, nos transportam, nos desfazem, nos envolvem”, de forma “irreversível, se não fatalmente, em vidas que não são as nossas” (BUTLER, 2019, p. 45).

Práticas discursivas e não-discursivas colocadas em funcionamento na vida social dilacerada pela violência afetam nossos corpos e presenças no mundo, fazem-nos despossuídos/as dos nossos corpos, por isso “temos o direito de reivindicar direitos de autonomia sobre eles” (BUTLER, 2019, p. 45).

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência à pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam

nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutamos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Construído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início ao mundo dos outros, ele carrega essa marca, a vida social é crucial na sua formação, só mais tarde, e com alguma incerteza, reivindico meu corpo como meu, se é que o faço. (BUTLER, 2019, p. 46).

Logo, a violência contra mulheres é produzida na vida social, individual e coletivamente. Entender como ela funciona, como diz Butler (2019, p. 38-40), requer, não apenas, chegar à “raiz” do problema, mas “oferecer uma outra visão de futuro em vez daquela que perpetua a violência em busca de negá-la [...] pensar e agir radicalmente e bem sobre as opções globais”. [...] Essa é uma “responsabilidade coletiva não apenas como nação, mas como parte de uma comunidade internacional fundamentada em um compromisso de igualdade e cooperação não violenta”, se “almejamos recriar condições políticas e sociais em terrenos mais sustentáveis”.

Assumir a responsabilidade coletiva na construção de uma comunidade não violenta requer compreender além do que foi estabelecido pelo discurso liberal e pelos dispositivos legais quanto ao combate a todas as formas de discriminação com vistas a proteção dos direitos individuais e coletivos na vida social, uma vez que essas práticas discursivas atribuem, de modo delimitado, aos próprios sujeitos envolvidos e subjugados a responsabilização pelas situações de violência. Contudo: “Pedir por reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já fomos. É solicitar um dever, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro. É também apostar na própria existência de si, na luta pelo reconhecimento” (BUTLER, 2019, p. 66).

É na malha das redes sociais, políticas, culturais que somos todos/as entregues à vontade e ação uns dos outros/as, colocados/as em risco constantemente. Não somos, naturalmente, homens ou mulheres, “agressores ou vítimas”, nos tornamos o que somos nas relações em que, posicionados enquanto tal, assumimos nossa condição de existência e vulnerabilidades que afetam a vida, tanto particular quanto socialmente. No contexto pesquisado, a violência contra mulheres é entendida como resultante de uma oposição binária naturalizada, homens contra mulheres, e reforça a ideia de dependência feminina frente à figura masculina, fruto da educação e da cultura patriarcal:

“Ah eu penso que é um absurdo né, ninguém tem o direito de bater nas mulheres porque foi de nós que os homens saíram. Mas eles querem bater, querem maltratar as mulheres, a gente que deu a vida pra eles. Eu sempre tinha uma esperança, olha voltei pra

ele umas 500 vezes, eu era bem apaixonada até agora pouco, agora cansei ainda mais que ele ficou com a irmã da minha filha e tentou pegar minha filha” (Maria Luiza).

A decisão de romper e a submissão de relações conjugais violentas, foi tomada pelas mulheres abrigadas somente após a intervenção das profissionais que atuam na rede, após vários atendimentos. Intervenção que é reconhecida pelas mulheres como necessária para o combate à violência. Como relataram:

*“Eu nunca tinha ouvido falar da casa abrigo, eu tinha dado parte dele aliás duas vezes, e foi na terceira vez que **uma mulher da Polícia me aconselhou eu ir para casa da mulher, ela disse porque ele vai voltar aqui e vai acabar te matando ou um dos teus filhos, aí eu fui lá peguei roupa e vim para cá e aqui eu tô bem acolhida, to desde o 11 de setembro aqui. Aqui eu encontrei apoio, foram bem atenciosos comigo e na casa tá ótimo para mim para o meus filhos, sempre me falaram de mal dessa casa, mas eu cheguei aqui eu achei bem bom, qualquer coisa que a gente precisa elas tentam ajudar e também são atenciosas com as crianças”*** (Maria Luiza). *“Aqui encontrei apoio, são todas muito boas para mim, no dia do fato eu liguei para a Brigada e eles não foram lá, aí eu liguei para o CREAS e eles me apresentaram a Coordenadora da Casa Abrigo. Por que um dia eles estiveram na minha casa e me falaram que eu podia pedir ajuda. Mas aqui é bom, as minhas colegas são boas, tô aqui desde outubro. Hoje a gente pode através de vocês a gente pode conversar através da Delegacia da Mulher, fui muito bem tratada lá”* (Maria Antônia).

Mulheres que se apoiam em outras mulheres, fortalecendo a rede de enfrentamento à violência e a proteção aos direitos de mulheres. Assim, encorajam-se decisões e alimenta-se o desejo de fazer planos e construir outras vidas possíveis:

“Assim que eu sair daqui vou dar um tempo para meus filhos, vou trabalhar vou alugar um apartamento para mim ir para as crianças e não quero ver ele tão cedo” (Maria Luiza).

Porém, ao anunciar a promessa de uma outra vida que não a presente, a fala acima evoca certo distanciamento entre a existência real e a que está por vir. Talvez, indique a percepção de uma existência em que a própria possibilidade de existir esteja negada e a vida que leva pareça um peso impossível de ser suportado. Condições subjugadas por situação de violência que projeta vida em dimensões separadas do que se vive e do que se espera viver. Assim, os sujeitos não conseguem “experimentar a realidade do mundo exterior mais do que a realidade da própria existência”. Projetar um futuro diferente do presente é encontrar sentido para sobreviver ao que nega a própria existência, pois cada uma, a sua maneira, está totalmente implicada na vida que vive. Cada um/a existe ao seu modo e nenhum ser está, de modo irrevogável, predestinado a

um único modo de existência (LAPOUJADE, 2017, p. 09-14).

Um ser pode participar de vários planos de existência como se pertencesse a vários mundos. Um indivíduo existe neste mundo; ele existe como corpo, existe como “psiquismo”, mas também existe como reflexo em um espelho, como tema, ideia ou lembrança no espírito de outro, tantas maneiras de existir em outros planos. Nesse sentido, os seres são realidades plurimodais, multimodais; e aquilo que chamamos de mundo é, de fato, o lugar de vários “intermundos”, de um emaranhado de planos. (LAPOUJADE, 2017, p. 14-15).

Portanto, cada modo de existir constitui uma arte de fazer-se existir ao mesmo tempo em vários planos, sejam reais ou virtuais, gestos que instauram a imanência da própria existência:

Desse ponto de vista, modo e maneira não designam de jeito algum a mesma coisa. Forçando a distinção poderemos dizer que o modo (de *modus*) pensa a existência a partir dos limites ou da medida dos seres (como mostra o derivado moderação), enquanto que a maneira (de *manus*) pensa a existência a partir do gesto, da forma tomada pelos seres quando aparecem. O modo limita uma potência de existir, enquanto que a maneira revela a forma do existir, a linha, a curvatura singular, e assim mostra uma “arte”. (LAPOUJADE, 2017, p. 15).

Arte de existir em devir, de promover a existência e torná-la real. O que vale é extrair das diversas maneiras de fazer-se existir enquanto ser, o “brilho particular que faz o esplendor de certos momentos da existência” (LAPOUJADE, 2017, p. 16). Mesmo que seja em pequenos fachos de luz que, no limite, apenas nos salve, em breves momentos, da destruição que corrói as formas de existências que povoam o mundo, tornado-as formas mais frágeis, mais vulneráveis do que, necessariamente, já são.

Penso que, a atuação dos profissionais que compõem a rede de atendimento e enfrentamento à violência deva estar circunscrita nessas artes. Lapoujade (2017) reporta-se ao personagem do advogado de Souriau para referir-se às características relacionais, dinâmicas ou existenciais, mas também, e principalmente, características jurídicas, que expressam essas artes de existência criadas por cada maneira de ser.

É a produção de existências em devires-testemunha que não simplesmente apreende o que percebe, mas quer atestar o valor do que percebe pela responsabilidade de fazer o/a outro/a também ver aquilo que ele teve o privilégio de ver, sentir ou pensar. Cada sujeito envolvido nesta relação torna-se, assim, sujeito criador (LAPOUJADE, 2017).

Desse modo, diz Lapoujade, o personagem do advogado é “quem convoca a testemunha, quem faz com que toda criação se torne um discurso de defesa a favor das existências que ela faz aparecer, ou melhor, comparecer” (2017, p. 22). Ao defender as existências que se fazem

possíveis, o/a advogado/a legitima o direito de existir sob determinada forma:

Não existimos por nós mesmos; só existimos realmente porque fazemos existir outra coisa. Toda existência precisa de intensificadores para aumentar sua realidade. Um ser não pode conquistar o direito de existir sem a ajuda de outro, que ele faz existir. Será esse, justamente, o papel do advogado? Intensificar a realidade das existências? Lutar por novos direitos? É uma questão de direito, mas é mais do que nunca a questão da arte: através de que “gestos” instauradores as existências conseguem se “colocar” legitimamente? (LAPOUJADE, 2017, p. 23-24).

Instaurar existências singulares é fazer valer o direito de existir singularmente:

A partir de então, instaurar é como se tornar o advogado dessas existências ainda inacabadas, seu porta-voz, ou melhor, seu porta-existência. Carregamos sua existência como elas carregam a nossa. Compartilhamos com elas a mesma causa, contanto que possamos ouvir a natureza das suas reivindicações, como se exigissem ser amplificadas, aumentadas, enfim, tornadas mais reais. Ouvir essas reivindicações, ver nessas existências aquilo que elas têm de inacabado, é forçosamente tomar o partido delas. É o que significa entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la existir de outra maneira. Nesse sentido, fazer existir é sempre fazer existir contra uma ignorância ou um desprezo. Temos sempre que defender o sutil contra o grosseiro, os planos de fundo contra o ruído do primeiro plano, o raro contra o banal, cujo modo de conhecimento tem como correlato a mais espessa ignorância. (LAPOUJADE, 2017, p. 90).

Banalização da violência contra mulheres que exige um trabalho complexo de cada um/a e de muitos/as e que não está nem estará dado de uma vez por todas. Mas cada passo adiante nesta direção é mais uma partícula do regime dominante, em nós e fora de nós, que se dissolve, e isto tem poder de propagação. É nestes momentos que a vida dá um salto e nos proporciona o gozo individual e coletivo de sua afirmação transfiguradora. “Desejar este acontecimento de uma vida não cafetinada é o antídoto para a patologia do regime colonial-capitalístico - que torna a vida genérica e nos faz desejar o gozo do poder – um gozo próprio de uma subjetividade reduzida ao sujeito, cuja cegueira nos leva a um miserável narcisismo devastador” (ROLNIK, 2018, p. 145).

É por assumir o compromisso com a arte de fazer ver o que vejo, de colocar-me a favor da vida de cada ser mulher em devir, que tornei-me advogada e, com esta escrita, busquei reforçar tal posição e decisão de defender o direito de existir, ser porta-existência da beleza da existência construída na maneira singular que cada uma de nós desejar existir.



“Tenho medos bobos e coragens absurdas”.

Clarice Lispector

Fonte: Revista Alegrar, n. 25, jan/jul. 2020.

8 DESEJAR VIDAS OUTRAS

O combate macro e micropolítico ao abuso vital requer o desmonte da cultura patriarcal como força determinante das desigualdades de gênero que favorecem a permanência e o agravamento da violência contra mulheres. Problematizar o que temos feito de nós mesmos por dentro de tudo isso que nos interpela e nos agencia foi o que busquei com esta escrita inspirada nas teorias pós-estruturalista. Por meio de um estudo de caso acerca da rede de atendimento e enfrentamento à violência, investiguei as práticas discursivas e não-discursivas presentes nos instrumentos legais, nos registros dos atendimentos prestados na Coordenadoria Municipal da Mulher da Cidade de Bagé/RS, onde atuei como advogada no ano de 2019, e nos depoimentos de profissionais desta rede e mulheres por ela atendidas.

Procurei entender as condições históricas, políticas, sociais e culturais, engendradas nas sociedades modernas e contemporâneas que colocam em ação práticas discursivas e não-discursivas de um sujeito mulher “vítima de violência”, produzido e capturado pelas políticas públicas. É no interior desta rede que relações de gênero calcadas no patriarcado e na heteronormatividade, definem um modo de ser e existir mulher na vida social, o que gera efeitos de regulação na vida de populações sob o manto da proteção aos direitos individuais e coletivos, intensificando a precarização da vida. Através do aparato jurídico, o Estado assume o papel de regular a vida social, governando as relações de gênero e instituindo um sujeito mulher “vítima de violência”. Sujeito que também aparece nas narrativas das profissionais que prestam atendimento na rede de combate à violência contra mulheres.

Cabe, portanto, entender que o discurso jurídico não está acima nem a parte das relações de poder-saber-prazer e regimes de verdade que governam a vida social. O Judiciário não está posto como um elemento que vai impedir a violência. Pelo contrário, age como dispositivo de equilíbrio de forças que permite a naturalização das desigualdades de gênero e a manutenção da cultura patriarcal. Não basta coibir e punir a violência sem que sejam transformadas as culturas machistas e patriarcais, expressas nestes discursos, que dizem às mulheres sobre si mesmas e sobre as contingências em que buscam se desvencilhar das violências.

Não há um modo natural de ser mulher. Os corpos ganham sentido socialmente e culturalmente. Neles são inscritos marcadores de gênero, sexualidade, idade, condição social, entre outras marcas, de uma determinada cultura, em relações construídas de diferentes modos. Gênero é uma interpretação do corpo dada pela cultura por relações semióticas arbitrárias. É performático. Aprendemos a ser deste ou daquele gênero, e nos reconhecemos nele ou não, à medida que passamos a desempenhar determinadas práticas na vida pessoal e social. Esse é um

processo educativo no qual os sujeitos estão implicados e são participantes ativos.

Assim que, os movimentos feministas abalaram e ainda abalam a cultura patriarcal e heteronormativa, forçando as sociedades ocidentais numa luta contra todas as formas de discriminação das mulheres na vida social. Produziram o “sujeito mulher do feminismo”, enquanto sujeito de direitos e detentor do poder sobre seus corpos. Combate que permanece vivo nas lutas feministas contemporâneas contra as desigualdades sociais, étnico-raciais e geracionais que, combinadas entre si, influenciam e vulnerabilizam ainda mais as mulheres.

O combate à violência exige o compromisso ético e estético de desnaturalização das práticas discursivas e não-discursivas que capturam os corpos para ordená-los na lógica heteronormativa e patriarcal. Para isso, é fundamental expandir e intensificar as políticas públicas de defesa dos direitos das mulheres que permitam a elas viver em condições dignas de existência, sem depender financeira ou emocionalmente de outras pessoas, formas de violências que precarizam e responsabilizam, de modo unilateral, as mulheres, tanto no ambiente familiar, quanto na vida pública, pelas agressões físicas, psicológicas e institucionais que enfrentam. Relações desiguais de gênero produzidas ao longo da história nas culturas ocidentais e que demarcam a própria formação e funcionalidade das instituições modernas disciplinadoras, associadas às tecnologias biopolíticas que capturam subjetividades no regime capitalístico contemporâneo ao serem reativadas forças conservadoras.

Portanto, se as relações de poder-saber-prazer operam a partir de desigualdade naturalizadas e normalizadoras de relações entre homens e mulheres, estas devem ser consideradas como um aspecto importante que alimenta nossos pensamentos e modos de vida dominantes – estratificação de posições, hierarquização da sociedade e codificação dos destinos. Libertar-se dessa ordem dominante que estrutura o pensamento ocidental é a grande motivação que pode desencadear movimentos para além destas estruturas.

É preciso (des)educar mulheres - Marias capturadas pela ordem patriarcal e heteronormativa - que as enclausuram nos espaços domésticos e na lida diária do cuidado com os filhos e os maridos. Marias que esperam o seu “príncipe encantado” e mesmo quando são “sapos”, quando ferem e violam os corpos de mulheres, por conta de uma educação machista, muitas delas seguem reforçando as desigualdades de gênero. Educação apreendida na família, na escola, na vida social, que tornam as mulheres incapazes de quebrar as amarras de uma vida precária, indigna que soterra suas potências.

Cabe aos profissionais que atuam na linha de frente do combate à violência contra mulheres reconhecer que a desigualdade de gênero é a razão principal da subalternidade produzida e instituída nas relações sociais. Logo, mulheres que passam por situações de

violência e estão expostas ao risco de morte, podem e devem contar com o atendimento assistencial, psicológico, médico, jurídico, educacional a cargo do Poder Público. Também, o atendimento prestado deve ser qualificado, garantindo aos profissionais que atuam na rede de atendimento e enfrentamento a violência a formação necessária para a desnaturalização das desigualdades de gênero que reforça a banalização da violência.

Quanto mais duras forem as contingências sociais, culturais e políticas de violência contra mulheres, maior deverá ser a responsabilidade coletiva de construção de comunidades não violenta e do combate a todas as formas de controle e negação ao direito que sustenta todos os demais: o direito à vida. Cada um/a de nós é chamado/a a testemunhar a favor da vida para multiplicar forças de dissolução das tramas sociais, culturais e políticas que enredam e prendem mulheres à violência.

Acredito que é possível quebrar os silenciamentos e suspender práticas discursivas e não-discursivas que operam na educação dos corpos femininos que ensinam a perceber e viver o gênero e a sexualidade que nos diz, aqui, agora, sobre o que falar e sobre o que silenciar, o que mostrar e o que esconder, quem pode falar e quem deve ser silenciado. Procurei mostrar, também, que podemos (e devemos) duvidar dessas verdades e certezas sobre os corpos e a sexualidade, que vale a pena pôr em questão as formas como eles costumam ser pensados e as formas como subjetividades são produzidas. Ditames de uma sociedade cis-heteronormativa calcada em padrões de normalidade mediante interpelações constantemente repetidas e reiteradas nas práticas educativas cotidianas para dar o efeito de substância e de algo natural. O resultado de tais processos é percebido pelos privilégios que as subjetividades consideradas normais desfrutam na ordem estabelecida, o que se desdobra, muitas vezes, na disseminação da violência contra mulheres.

Há que se perceber a multiplicidade de maneiras de viver os gêneros e as sexualidades. Experimentar prazeres e desejos, dar e receber afeto, amar e de ser amada/o, são práticas que acontecem de diferentes maneiras ao longo da vida de cada um/a, em cada cultura, época ou geração. Daí a impossibilidade de naturalização das relações humanas, sociais, em categorias fechadas de gênero ou sexualidade. Dar sentido à construção de gênero corresponde a afirmar que mulheres criam diferentes maneiras de existir singularmente e se reconhecem nelas quando se tornam independentes das “verdades” ditas sobre elas e das marcas impressas sobre os seus corpos, ultrapassando os limites dos papéis sociais e culturais de dependência e permitindo-se experimentar vidas outras.

Cada mulher pode inventar para si outras existências possíveis, pois, segundo Deleuze e Guattari (2012), às mulheres enquanto “devir-minoritário” apresentam condições de

possibilidade para transformações genuínas na medida em que possuem uma subjetividade mais fluida, que não constitui o polo central de poder. Devimos outra coisa quando uma nova forma de sentir, de experimentar e de viver se envolve na nossa, assombrando-a e fazendo-a fugir. A questão que se coloca é: escapar das estruturas sociais de dominação para agenciar novos desejos, novas subjetividades, outras formas de pensar e sentir a vida.

Assim, apoiada nos estudos aqui trazidos, procurei oferecer uma mirada mais complexa dos discursos que produzem o sujeito mulher “vítima de violência”, das contingências que capturam corpos de mulheres sujeitas a estes discursos e das estratégias de subversão criadas pelas próprias mulheres à ordem patriarcal estabelecida. Com isso, espero multiplicar forças num movimento de contágio que faça ecoar o canto, rasgar a pele, mover corpos dançantes embalados pela vida que nos passa, atravessa e transborda como força imanente que nos faz crer e ver que “é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre. Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fê na vida” (MARIA, MARIA, 1978).

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 maio 2021.

BENTO, Berenice. **Transviad@as: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. **Atlas da Violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Ministério da Mulher, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 11 maio 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CORAZZA, Sandra Mara. Manual infame... mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. **Teoria da Literatura e Ensino de Literatura**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 95-105, jan./abr. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/eliad/Downloads/11157-32538-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/eliad/Downloads/9717-Texto%20do%20Artigo-29081-1-10-20090310.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GERHARD, Nádía. **Patrulha Maria da Penha**. 1. ed. Porto Alegre: Age Editora, 2014.

GROSSI, Patricia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Revista Athenea Digital**, Barcelona, n. 14, p. 267-280, out. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/537/53701417.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2021.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KUHNERT, Duda. Performers são, antes de tudo, complicadores culturais. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 54-71.

LAPOUJADE, David. **As Existências Mínimas**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

LOURENÇO, Frederico Ricardo de Ribeiro. **Poder e norma: Michel Foucault e a aplicação do direito**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16076/DISSERTA%3FAO%20COMPLETA%20FINAL%20Frederico.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 02, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da Sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARIA, MARIA. Compositor: Miton Nascimento. *In*: Clube da Esquina 2. Emi-Odeon, 1978, 2 discos sonoros, v. 2, faixa 8.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 11-29.

MOURA, Nívea Barros de. Relações de poder e modos de subjetivação: uma análise discursiva da Lei Maria da Penha. **Revista Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 01, p. 148-164, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/viewFile/2977/1588>. Acesso em: 11 de maio 2021.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Michel Foucault e o direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTINI, Rose Marie; CAMELIER, Joana. Devir mulher, sexualidade e subjetividade: aproximações entre Deleuze e Guattari e Pierre Bourdieu sobre a construção social dos corpos. **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 19, p. 101-108, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/26204>. Acesso em: 11 maio 2021.

SOUZA, Bruna Mantese de. **Mulheres de fibra**: narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281238>. Acesso em: 11 de maio 2021.

TEDESCHI, Sirley Lizott; PAVAN, Ruth. A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 01-16, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i3.005>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9314/5607>. Acesso em: 11 de maio 2021.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social**, São Paulo, p. 63-100, out. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v10i2.86781>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86781/89783>. Acesso em: 11 de maio 2021.

TOURAINÉ, Alan. **O mundo das mulheres**. 2. ed. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault? **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 67-82, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v25n2/04.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2021.

VIEIRA, Helena. O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: Arte, Cultura, Política e Universidade. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 238-248.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: MARIAS (IM)POSSÍVEIS NAS TRAMAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS DA REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Docente Responsável: Prof^a. Dra. Dulce Mari da Silva Voss

Aluna: Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, na produção de dados da Pesquisa que tem como título “MARIAS (IM)POSSÍVEIS NAS TRAMAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS DA REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA”, cujo objetivo problematizar práticas discursivas e não-discursivas engendrados na/pela rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulher de modo a desconstruir regimes de verdade e modos de subjetivação de um “sujeito mulher vítima de violência”, visando corroborar na produção científico-acadêmica que aponte novas perspectivas de análise e formas de atuação educativas que invistam na atenção à singularidade de existências possíveis.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre a dissertação em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interrompê-lo a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Informamos ainda que manteremos em sigilo os nomes dos sujeitos participantes, preservando sua identidade profissional e resguardando-os de danos morais e sociais que possam afetar sua carreira ou imagem. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação serão assumidos pelos grupos de pesquisa proponentes. Esse instrumento, também autoriza a divulgação e a exposição de filmagens e imagens feitas no trabalho. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas através de artigos ou apresentações em eventos da área da educação.

Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pela docente responsável.

Nome do Participante ou responsável: _____

Assinatura da/o Participante

Assinatura da docente coordenadora
Bagé/RS, ____ de outubro de 2020.

APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Formação Acadêmica:

Profissão:

Tempo de Exercício na função:

- 1) Como ela (nome) se define? O que tem a dizer sobre ela mesma?
- 2) Como define a posição que ocupa na rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulheres?
- 3) O que a levou a ocupar essa posição?
- 4) O que pensa sobre a rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulheres?
- 5) O que pensa sobre a violência contra as mulheres?
- 6) O que tem a dizer sobre as mulheres que recorrem ao seu atendimento ou que são por ela atendidas?
- 7) Como são atendidas as mulheres por ela?
- 8) Conte algum episódio que lhe marcou?
- 9) Gostaria de acrescentar algo a mais que não foi perguntado?